



**CONGRESSO NACIONAL**

**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

---

**PROJETO DE LEI ORÇAMENTARIA  
PARA 2012**

(Projeto de Lei nº 28/2011-CN)

**RELATÓRIO DA RECEITA**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o  
exercício financeiro de 2012

**Senador ACIR GURGACZ (PDT/RO)**  
**Relator da Receita**

**Senador VITAL DO RÊGO (PMDB/PB)**  
**Presidente da CMO**

Brasília – DF, 11/10/2011



**CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

# RELATÓRIO DA RECEITA

## PL Nº 28/2011

(Mensagem nº 355/2011-CN)

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”

**SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO)**

Relator da Receita

**SENADOR VITAL DO REGO (PMDB-PB)**

Presidente da CMO



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>RELATÓRIO .....</b>	<b>3</b>
1.1	Histórico .....	3
1.2	Resumo e Resultado da Avaliação da Receita para 2012.. .....	4
1.3	Cenário Econômico e Finanças Públicas .....	5
1.4	Reestimativas de Receitas do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas – 2000 a 2011 .....	10
1.5	Receitas Primárias Estimadas na Proposta para 2012.....	11
1.5.1	<i>Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS. ....</i>	<i>14</i>
1.5.2	<i>Receita do RGPS.....</i>	<i>16</i>
1.5.3	<i>Receitas Não-Administradas pela RFB .....</i>	<i>17</i>
1.5.4	<i>Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta - Avaliação.....</i>	<i>19</i>
1.6	Receitas Financeiras Estimadas na Proposta para 2012 .....	20
1.7	Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais Estimadas na Proposta para 2012.. .....	21
1.8	Avaliação e Reestimativa das Receitas Primárias para 2012 .....	23
1.8.1	<i>Novas Perspectivas do Cenário Econômico para 2012.....</i>	<i>24</i>
1.8.2	<i>Reestimativa da Receita Primária para 2012 .....</i>	<i>27</i>
1.9	Estimativa de Receitas Administradas pela RFB – Amparo Legal ....	34
1.10	Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e para Correção de Identificador de Receita Primária.....	34
1.11	Emendas de Renúncias de Receitas Apresentadas .....	35
1.12	Anexos.....	36
<b>2</b>	<b>VOTO.....</b>	<b>37</b>



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

**PARECER** da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 28, de 2011 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”.

**RELATOR: Senador ACIR GURGACZ**

## 1. RELATÓRIO

### 1.1 Histórico

1. Em atenção ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Excelentíssima Senhora Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN (Mensagens nº 355, de 2011-CN, e nº 344, de 2011, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (PLOA2012).
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), **Senador Vital do Rego**, foram-nos atribuídas as tarefas de avaliar e relatar a receita orçamentária para o exercício de 2012.
3. Conforme é de conhecimento, a avaliação das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

4. A Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, por sua vez, em seu art. 30, § 1º, determina que na apreciação do projeto de lei orçamentária a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator-Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior do cenário macroeconômico ou da legislação tributária.
5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do **Comitê de Avaliação da Receita**, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Além deste Relator, integram esse Comitê os **Senadores Lídice da Mata e Francisco Dornelles** e os **Deputados Geraldo Simões, Zé Geraldo, Genecias Noronha, Domingos Sávio, Márcio Reinaldo Moreira, Gonzaga Patriota e Jorge Pinheiro**, aos quais agradeço.
6. Esse documento, que observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução, procurou, a partir do exame da conjuntura econômica, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no PLOA2012.
7. As emendas à Receita de renúncia de arrecadação somaram quatro unidades e também são objeto de consideração neste Relatório.

### **1.2 Resumo e Resultado da Avaliação da Receita para 2012**

8. A conclusão deste Relatório é que as Receitas Primárias constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 estão estimadas abaixo de seu potencial de arrecadação esperado para esse exercício.
9. Em função disso, reestimamos as Receitas Primárias para 2012, brutas e líquidas, de R\$ 1.097,3 bilhões e R\$ 911,7 bilhões para R\$ 1.127,3 bilhões e R\$ 937,3 bilhões, mostrando acréscimos de R\$ 29,9 bilhões e R\$ 25,6 bilhões, respectivamente, com relação aos valores contidos na Proposta para 2012.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

10. A Tabela I, a seguir, mostra de forma resumida os itens da Receita Primária para os quais foram reestimados os valores de arrecadação previstos na Proposta para 2012 e os respectivos acréscimos de receitas (ver Tabela VII, mais adiante).

### TABELA I

REESTIMATIVA DAS RECEITAS PRIMÁRIAS PARA 2012 - RESUMO DAS VARIAÇÕES DAS RECEITAS  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

	variações em R\$ milhões		
	Brutas	Transf. E/M	Líquidas
<b>A. Receita Administrada pela RFB (líquida de incentivos e exceto RGPS)</b>	<b>16.779,5</b>	<b>3.333,4</b>	<b>13.446,1</b>
Ajuste da base de arrecadação de 2011, incorporando a receita realizada até agosto/11, depurada de receitas atípicas, e aplicação de novas hipóteses de variação para o PIB e preços para 2012, mais condizentes com o atual momento econômico (a).			
<b>B. Receita do RGPS</b>	<b>7.772,5</b>		<b>7.772,5</b>
Ajuste da estimativa para 2012 incorporando à previsão outros elementos que não apenas a aplicação do percentual incremental de variação da massa salarial sobre a arrecadação-base do ano anterior.			
<b>B. Receita Não Administrada</b>	<b>5.429,8</b>	<b>999,8</b>	<b>4.430,0</b>
Concessões - expectativa de licitação na área do Pós Sal - 11ª Rodada	500,0		500,0
Salário - Educação	1.234,8	999,8	235,0
Receita Própria (F50,82 e 81)	1.772,3		1.772,3
Demais Receitas	1.922,7		1.922,7
<b>C. Receitas Primárias Adicionais (A+B)</b>	<b>29.981,8</b>	<b>4.333,2</b>	<b>25.648,6</b>

Fonte: Consultorias de Orçamentos do SF e CD

(a) inclui nas transferências R\$ 199,7 milhões para os Fundos Regionais

### 1.3 Cenário Econômico e Finanças Públicas

11. O cenário econômico básico do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 embute em suas estimativas as hipóteses de crescimento real de 5% para o PIB, com a inflação em queda e convergindo para meta oficial de 4,5% (IPCA acumulado no ano está estimado em 4,8%). Para 2011, a reprogramação elaborada pelo Poder Executivo prevê uma variação do PIB de 4,5% e IPCA acumulado de 4,5%.
12. O PIB nominal estimado para 2012 é estimado em R\$ 4,5 trilhões e, para 2011, em R\$ 4,1 trilhões, denotando um aumento nominal de 9,75%.
13. A economia brasileira em 2010 mostrou forte e rápida recuperação com relação à crise financeira externa que eclodiu ao final de 2008, registrando um crescimento real de 7,5% do PIB com relação a 2009, recorde anual para os últimos decênios.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

14. Porém, esse expressivo desempenho associado à elevação dos preços internacionais das commodities levou a um aumento das pressões inflacionárias que acabaram empurrando a inflação para níveis superiores ao centro da meta oficial de 4,5% a.a. . Nos últimos doze meses terminados em agosto a inflação medida pelo IPCA atingiu 7,21%.
15. Tendo em vista essa recidiva inflacionária, a política econômica perseguida pelo novo Governo foi a de buscar, gradativamente, trazer a taxa de inflação de volta para o centro da meta ao longo dos anos de 2011 e 2012, evitando o emprego de alternativas ultra-ortodoxas que prometem resultados rápidos, mas que comprometem de modo negativo e em demasiado o ritmo de crescimento do PIB e do emprego.
16. Nessa linha de atuação o Governo, a par de adotar robusto contingenciamento de despesas orçamentárias no início do ano, envolvendo recursos da ordem de R\$ 50,7 bilhões, formou o compromisso de cumprir a meta “cheia” de resultado primário para 2011 e 2012, vale dizer, abrindo mão de poder fazer valer a permissão legal de desconsiderar da meta os investimentos feitos ao abrigo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC<sup>1</sup>.
17. Neste particular, destaque-se que o Governo vem cumprindo o prometido: no acumulado do ano até agosto o resultado primário consolidado de todo o setor público atingiu R\$ 96,5 bilhões, equivalentes a 3,65% do PIB, significando que a meta anual já foi realizada em 81,8%. Para 2012, a meta fixada é de R\$ 139,8 bilhões, equivalente a 3,10% do PIB<sup>2</sup>.
18. Ao mesmo tempo, o Governo decidiu continuar com a adoção das chamadas medidas macroprudenciais (controle da expansão do crédito, elevação das taxas de depósitos compulsórios, etc.) também com o objetivo de mitigar a necessidade de elevação pronunciada da taxa básica de juros

---

<sup>1</sup> A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, Lei nº 12.309, de 10.08.10, estabeleceu uma meta “cheia” de resultado primário consolidado para o setor público de R\$ 125,5 bilhões. A Lei nº 12.377, de 30.12.10, alterou a LDO para 2010 e 2011, estabelecendo meta zero para as empresas estatais; com isso, aquela meta foi reduzida para R\$ 117,9 bilhões. A meta dos orçamentos fiscal e da seguridade social permaneceu em R\$ 81,8 bilhões.

<sup>2</sup> A Lei nº 12.465, de 12.08.11, LDO2012, fixou o resultado primário em 3,10% do PIB, equivalente a R\$ 139,8 bilhões.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

SELIC cujos efeitos danosos sobre a evolução da dívida pública e o desempenho econômico do setor privado são por demais conhecidos.

19. A taxa de juros básica SELIC que em 2010 havia iniciado em 8,75% e encerrado o ano em 10,75% começou o ano de 2011 sendo elevada para 11,25% e, em agosto, atingiu 12,50%.
20. Os efeitos de políticas restritivas não são imediatos. Em especial, as medidas de política monetária mostram uma defasagem de até seis meses para mostrar resultados sobre a inflação, embora possam apresentar maior rapidez quanto ao desaquecimento da produção.
21. De todo modo, o resultado líquido das medidas restritivas já tem se feito sentir na atividade econômica. O IBGE divulgou no começo de setembro a evolução do PIB no 2º bimestre de 2011 mostrando uma evolução de 0,8% sobre o trimestre anterior e sugerindo um crescimento anual de apenas 3,2%, bastante inferior à expectativa de 4,5% esperada pelo Governo, tornando mais nítida a aguardada desaceleração da atividade econômica. Esse dado foi particularmente importante, uma vez que embora nos dois últimos trimestres de 2010 com relação aos trimestres imediatamente anteriores a variação do PIB tenha mostrado desaceleração, no primeiro trimestre de 2011 o ritmo de crescimento voltou a acelerar registrando variação de 1,2% com relação ao trimestre anterior<sup>3</sup>.
22. O regime de metas de inflação aliado à realização de metas de resultado primário e ao mecanismo de câmbio flutuante permanece como o tripé principal da política econômica do Governo.
23. No entanto, uma das conseqüências do sucesso dessa política tem sido a atração de imensas quantidades de capital para investimento direto e, em

---

<sup>3</sup> Ainda de acordo com o IBGE, no acumulado do ano sobre igual período do ano anterior, a taxa de crescimento do PIB já vinha caindo, registrando 4,2% no primeiro trimestre e 3,6% no primeiro semestre de 2011, depois de atingir 7,5% em 2010.





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

função disso, o real vinha se valorizando frente ao dólar e ficando prejudicial à competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional<sup>4</sup>.

24. A competitividade das empresas exportadoras também tem sido afetada pela redução da demanda externa por parte dos países desenvolvidos e pela carga tributária que eleva o custo de produção no mercado doméstico, o que prejudica o emprego e a produção.
25. Nesse contexto, para estimular a inovação e a competitividade das empresas brasileiras, o Governo decidiu criar o Plano Brasil Maior, por meio das Medidas Provisórias nº 540 e nº 541, de 2 de agosto de 2011, criando mecanismos e estímulos creditícios e fiscais visando contrabalançar os efeitos perniciosos da valorização cambial.
26. Em fins do mês de julho último houve novo agravamento da crise internacional, tanto causada pela bastante menor expectativa de crescimento, ou mesmo recessão, dos Estados Unidos como pela continuidade de previsão de medíocre crescimento dos países da zona do euro e pela crise da dívida soberana de países mediterrâneos e a Irlanda, tendo em vista os elevados déficits públicos e relação dívida/PIB e a possibilidade desses países não poder cumprir a contento os seus compromissos financeiros.
27. Após a entrega da Proposta Orçamentária para 2012 ao Congresso Nacional, em 31.08.2011, o Copom do Bacen, no início de setembro, surpreendeu aos agentes econômicos reduzindo em 0,50 ponto de percentagem a taxa de juros SELIC enquanto analistas aguardavam, ao menos por uma reunião, a estabilização dessa taxa em 12,50%.
28. Esse movimento, embora tenha surpreendido muitos analistas, encontra justificativa na expectativa do BACEN de desaceleração excessiva na economia brasileira e no esperado agravamento da crise internacional que deverá impactar negativamente o desempenho de nossa economia.

---

<sup>4</sup> Há também atração de capitais para a realização de operações de *carry trade* visando aproveitar o diferencial de taxas de juros entre as vigentes no Brasil e no exterior. O Governo, porém, tem lutado contra isso tanto através de medidas regulatórias como por meio de tributação pelo IOF.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

29. Relativamente à inflação, embora a redução repentina da taxa de juros possa parecer contraditória com relação ao que se espera no combate à inflação, as autoridades monetárias contam com que, por força da desaceleração da economia mundial, haverá menor pressão sobre os preços das commodities e que isso ajudará a conter a evolução dos preços internos.
30. Espera-se, assim, que em meio ao agravamento da crise internacional está se abrindo uma janela de oportunidade para se promover a redução sustentada da taxa de juros tirando o Brasil do *podium* de maior taxa do mundo e reduzindo os gastos orçamentários com esse tipo de despesa e não menos importante a relação Dívida Líquida/PIB.
31. A propósito, a autoridade fazendária, e mesmo a Presidência da República, já haviam manifestado intenção de criar condições fiscais para produzir a redução continuada na taxa de juros ao longo dos próximos anos. Corrobora isso, além da atual política fiscal, o fato de que a própria LDO2012 prevê um resultado primário consolidado para o setor público de 3,1% do PIB até 2014. Professam, ainda, que essa meta, a exemplo de 2012, será cumprida na sua dimensão “cheia”, sem descontar os desembolsos por conta do PAC. De resto, naquele mesmo ato legal, a meta fiscal síntese para 2014 será reduzir a relação Dívida Líquida/PIB para abaixo de 28,5% do PIB, contra 39,2% do PIB registrado em agosto de 2011.
32. Por fim, lembramos que de acordo com o anexo II, inciso XXV, da LDO2012, o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão deverá enviar ao Presidente da CMO, no dia 21 do mês de novembro deste exercício, documento contendo a eventual atualização dos parâmetros econômicos para 2011 e suas projeções empregadas para a elaboração da peça orçamentária para 2012, sem que isso comprometa o Relator da Receita, ou o Comitê, com a realização de possíveis reestimativas de receitas.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

### 1.4 Reestimativas de Receitas do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas – 2000 a 2011

33. As estimativas de receitas constantes das Propostas de Orçamento encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo têm se mostrado constantemente inferiores aos valores efetivamente realizados, com exceção do ano de 2009 cuja arrecadação foi afetada pela crise que eclodiu ao final de 2008 e que levou à recessão econômica no exercício seguinte. No ano de 2009 o valor arrecadado ficou R\$ 68,7 bilhões abaixo da estimativa da Proposta, como mostra a Tabela II, a seguir.

**TABELA II**  
**Receitas Primárias dos Projetos de Leis Orçamentárias (PLOAs),**  
**Receitas Primárias das Leis Orçamentárias (LOAs) E**  
**Receitas Primárias Realizadas.**

Exercícios	<i>R\$ milhões</i>				
	PLOAs [a]	LOAs [b]	Realizada [c]	Diferença [d= c - a]	Diferença [e= c - b]
2000	229.008	237.005	236.659	7.651	-346
2001	268.893	280.234	272.586	3.693	-7.648
2002	305.950	318.385	323.971	18.021	5.586
2003	328.931	353.719	360.376	31.445	6.657
2004	402.164	413.465	425.033	22.869	11.568
2005	457.404	482.454	490.737	33.333	8.283
2006	526.219	545.902	545.415	19.196	-487
2007	603.411	618.272	620.357	16.946	2.085
2008	682.723	687.577	715.780	33.057	28.203
2009	808.884	805.286	740.628	-68.256	-64.658
2010	853.606	873.895	908.595	54.989	34.700

Fonte: Elaboração Consultorias

34. Por outro lado, a Tabela mostra também que o Congresso Nacional tem, relativamente, obtido mais êxitos em suas reavaliações da receita.
35. Em 2000 e 2006, as estimativas do Congresso praticamente empataram com a receita realizada. Em 2001 foi o único ano da série em que o Parlamento superestimou a receita, muito provavelmente devido à queda abrupta da atividade econômica devido à crise de energia.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

36. Para os demais anos, a receita efetivamente arrecadada sempre ficou acima daquelas estimadas pelo Congresso Nacional. Em 2008, exercício de excepcional desempenho da economia e da arrecadação, a receita realizada foi maior do que a prevista na Lei em R\$ 28,3 bilhões, sendo que apenas nas receitas administradas RFB, o excesso foi R\$ 22,5 bilhões. Em 2009, com a concessão de incentivos fiscais estimados em R\$ 20,0 bilhões, visando contrabalançar a queda na atividade econômica, e a própria diminuição não prevista do PIB contribuíram para a frustração de receita de R\$ 64,7 bilhões, na ótica da estimativa do Congresso, e de R\$ 68,3 bilhões, na visão da Proposta. Em 2010, tanto o Poder Executivo como o Congresso Nacional ficaram com suas estimativas de receitas abaixo da efetivamente realizada, embora a discrepância naquele tenha sido bem mais pronunciada.
37. Para 2011, essa história tende a se repetir. A 4ª avaliação de receita e despesa (janeiro a agosto de 2011), elaborada pelo Poder Executivo, reestima que a arrecadação desse exercício será de R\$ 997,4 bilhões, R\$ 6,9 bilhões acima do valor contido na LOA2011. Relativamente ao Projeto de Lei para 2011, essa diferença entre a arrecadação esperada para ser realizada e a prevista será maior, pois a Proposta continha uma estimativa de receita de R\$ 967,6 bilhões, inferior em R\$ 29,8 bilhões ao que o Governo agora espera arrecadar.

### 1.5 Receitas Primárias Estimadas na Proposta para 2012

38. Do ponto de vista legal, as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2012 atendem ao que dispõem a Constituição Federal e a legislação pertinente, em particular a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO em vigor.<sup>5</sup> Elas refletem as legislações vigentes (tributária e outras) e guardam compatibilidade, na classificação e na metodologia de estimação, com a legislação de finanças públicas.

---

<sup>5</sup> A Resolução nº 01/2006-CN pede que no Relatório da Receita se verifique o “atendimento às normas constitucionais e legais pertinentes à Receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com a lei do Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a Lei Complementar nº 101, de 2000”.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

39. As projeções de receitas do PLOA2012 foram construídas tomando como base períodos diferentes de arrecadação realizada em 2011. No caso das Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS) foi tomada por base a arrecadação realizada até julho de 2011 e a estimada para o segundo semestre deste exercício apoiadas em hipóteses de comportamento dos parâmetros econômicos relevantes tanto para o restante do ano de 2011 como para 2012. Para a estimativa da receita do RGPS a arrecadação base de 2011 foi estimada também apoiada na receita realizada até julho desse ano.
40. No caso das Receitas Não-Administradas tomou-se por base a arrecadação realizada até junho de 2011 e a estimada para o restante do ano apoiada em informações específicas de cada item de receita ou nas hipóteses aventadas, sendo a única exceção a receita do salário-educação para a qual se utilizou a receita realizada do mesmo período das Receitas Administradas pela RFB.
41. Nas estimativas, o Poder Executivo empregou as projeções dos indicadores econômico-fiscais que constaram da grade de parâmetros de 21 de julho de 2011 da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
42. Na Proposta, a estimativa da Receita Primária Bruta para 2012 atinge R\$ 1.097,3 bilhões, representando avanço nominal de R\$ 99,9 bilhões, sobre o valor estimado para 2011 pela 4ª Avaliação. As Transferências Constitucionais a Estados e Municípios somam R\$ 185,7 bilhões, com aumento de R\$ 19,9 bilhões, e a Receita Primária Líquida alcança R\$ 911,7 bilhões, mostrando acréscimo de R\$ 80,0 bilhões, na mesma base de comparação.
43. A Tabela III, a seguir, mostra a estimativa da Receita contida no PLOA 2012, a receita realizada em 2010, a estimativa da receita do PLOA2011 e as reavaliações da expectativa do Poder Executivo sobre a receita a ser realizada em 2011. A coluna “f” da Tabela apresenta os acréscimos de



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

receita em 2012 relativamente à expectativa de arrecadação em 2011, decorrente da 4ª Avaliação Bimestral de agosto.

**TABELA III**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Receitas Primárias Brutas e Líquidas Estimadas para 2012

Discriminação	2010 - Realizada [a]		2011 - LOA [b]		2011- 3ª Aval [c]		2011- 4ª Aval [d]		2012 - PLOA [e]		Variação - R\$ [f = e-d]
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	
<b>I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA</b>	<b>921.054,9</b>	<b>25,28</b>	<b>990.474,6</b>	<b>25,22</b>	<b>972.435,9</b>	<b>23,66</b>	<b>997.449,2</b>	<b>24,27</b>	<b>1.097.340,7</b>	<b>24,18</b>	<b>99.891,5</b>
<b>I.1 Receita Administrada pela RFB</b>	<b>531.182,3</b>	<b>14,58</b>	<b>642.075,6</b>	<b>16,35</b>	<b>626.303,4</b>	<b>15,24</b>	<b>637.722,2</b>	<b>15,52</b>	<b>707.777,0</b>	<b>15,60</b>	<b>70.054,8</b>
I.1.1. Imposto de Importação	21.093,3	0,58	23.130,9	0,59	25.888,3	0,63	26.062,3	0,63	30.590,6	0,67	4.528,3
I.1.2. IPI	37.553,8	1,03	49.241,4	1,25	43.429,0	1,06	43.623,3	1,06	49.257,2	1,09	5.633,9
I.1.3. Imposto de Renda	194.672,4	5,34	243.020,4	6,19	236.900,8	5,76	238.567,9	5,80	270.873,3	5,97	32.305,4
I.1.4. IOF	26.576,1	0,73	31.950,7	0,81	32.769,9	0,80	32.760,3	0,80	37.997,6	0,84	5.237,3
I.1.5. COFINS	141.232,3	3,88	157.967,7	4,02	160.547,6	3,91	161.506,3	3,93	174.057,1	3,84	12.550,8
I.1.6. PIS/PASEP	40.794,4	1,12	41.094,7	1,05	42.353,1	1,03	42.816,2	1,04	45.999,1	1,01	3.182,9
I.1.7. CSLL	46.370,3	1,27	62.061,3	1,58	53.322,1	1,30	60.065,2	1,46	63.424,2	1,40	3.359,0
I.1.8. CIDE-combustíveis	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	9.322,9	0,23	9.537,0	0,23	9.835,7	0,22	298,7
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	15.130,6	0,42	24.972,4	0,64	21.769,7	0,53	22.783,7	0,55	25.742,2	0,57	2.958,5
<b>I.2. Arrecadação Líquida do RGPS</b>	<b>211.968,4</b>	<b>5,82</b>	<b>240.055,4</b>	<b>6,11</b>	<b>240.055,4</b>	<b>5,84</b>	<b>245.584,6</b>	<b>5,98</b>	<b>266.296,4</b>	<b>5,87</b>	<b>20.711,8</b>
<b>I.3. Receitas Não Administradas</b>	<b>100.671,7</b>	<b>2,76</b>	<b>102.622,9</b>	<b>2,61</b>	<b>100.455,0</b>	<b>2,44</b>	<b>108.520,3</b>	<b>2,64</b>	<b>117.442,3</b>	<b>2,59</b>	<b>8.922,0</b>
I.3.1. Concessões	1.158,4	0,03	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	1.753,5	0,04	-630,1
I.3.2. Dividendos	22.414,5	0,62	17.563,9	0,45	15.169,5	0,37	17.169,5	0,42	20.427,0	0,45	3.257,5
I.3.3. Contrib dos Servidores ao PSSS	8.573,9	0,24	9.736,6	0,25	9.550,6	0,23	9.466,9	0,23	10.296,3	0,23	829,4
I.3.4. Compens. Financeira - <i>Royalties</i>	24.420,7	0,67	27.365,5	0,70	27.365,5	0,67	29.048,6	0,71	32.562,9	0,72	3.514,3
I.3.5. Receita Própria ( F 50, 82 e 81)	12.687,8	0,35	12.291,4	0,31	12.476,4	0,30	14.083,1	0,34	14.455,0	0,32	371,9
I.3.6. Salário-Educação	11.049,2	0,30	11.904,2	0,30	11.904,2	0,29	13.024,8	0,32	14.318,7	0,32	1.293,9
I.3.7. Demais Receitas	20.367,1	0,56	21.377,7	0,54	21.605,2	0,53	23.343,8	0,57	23.628,9	0,52	285,1
<b>I.4. Complemento do FGTS</b>	<b>2.523,5</b>	<b>0,07</b>	<b>2.839,0</b>	<b>0,07</b>	<b>2.839,0</b>	<b>0,07</b>	<b>2.839,0</b>	<b>0,07</b>	<b>2.957,2</b>	<b>0,07</b>	<b>118,2</b>
<b>I.4. I.5 Incentivos Fiscais</b>	<b>-98,6</b>	<b>0,00</b>	<b>-118,3</b>	<b>0,00</b>	<b>-216,9</b>	<b>-0,01</b>	<b>-216,9</b>	<b>-0,01</b>	<b>-132,2</b>	<b>0,00</b>	<b>84,7</b>
<b>I.6 Operações com Ativos</b>	<b>74.807,6</b>	<b>2,05</b>	<b>3.000,0</b>	<b>0,08</b>	<b>3.000,0</b>	<b>0,07</b>	<b>3.000,0</b>	<b>0,07</b>	<b>3.000,0</b>	<b>0,07</b>	<b>0,0</b>
<b>II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>133.176,9</b>	<b>3,66</b>	<b>165.331,7</b>	<b>4,21</b>	<b>161.957,2</b>	<b>3,94</b>	<b>165.756,4</b>	<b>4,03</b>	<b>185.665,9</b>	<b>4,09</b>	<b>19.909,5</b>
<b>III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>787.878,0</b>	<b>21,62</b>	<b>825.142,9</b>	<b>21,01</b>	<b>810.478,7</b>	<b>19,72</b>	<b>831.692,8</b>	<b>20,24</b>	<b>911.674,8</b>	<b>20,09</b>	<b>79.982,0</b>
<b>. Estimativa do PIB nominal</b>	<b>3.643.547,6</b>		<b>3.927.061,1</b>		<b>4.109.400,0</b>		<b>4.109.900,0</b>		<b>4.537.477,0</b>		

Fontes: LOA 2011 e PLOA2012; Relatório de Aval. 3ª/4ª Bimestres de 2011-SOF/MP.

44. Em 2012, embora a Receita Primária Bruta, com relação à 4ª Avaliação de 2011, caia como proporção do produto para 24,18% do PIB, em termos da Receita Administrada pela RFB haverá um aumento da Carga Tributária Federal Bruta de 15,52% do PIB em 2011 para 15,60% do PIB em 2012, a despeito da concessão adicional de estímulos estimados em R\$ 6,3 bilhões nesse ano por conta do recém criado Programa Brasil Maior de incentivo à indústria nacional<sup>6</sup>.
45. É de se registrar, que essa Carga Tributária, após ter atingido um máximo 16,1% do PIB em 2008 e, em função da crise econômica e concessão de estímulos tributários, ter caído para 14,32% do PIB em 2009,

<sup>6</sup> A rigor, essa é a carga tributária federal das receitas administradas pela RFB. A carga tributária federal deveria incluir itens também da receita não administrada como Salário-Educação, *Royalties*, Contribuição dos Servidores ao PSSS e outras.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

voltou a subir em 2010 atingindo 14,58% do PIB e, como vimos, para 2011 e 2012 prenuncia retomada de elevação.

### 1.5.1 – Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS

46. As Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, líquidas de restituições, aumentam para R\$ 707,8 bilhões em 2012, mostrando crescimento nominal de R\$ 70,0 bilhões sobre a estimativa da 4ª Avaliação de 2011. Como proporção do PIB também há aumento de receita, pois, como vimos, se espera 15,52% do PIB em 2011 e 15,60% do PIB em 2012.
47. Essas receitas compõem o segmento mais importante das Receitas Primárias Brutas, representando 64,5% do total.
48. As Receitas Administradas pela RFB incluem a previsão de R\$ 18,0 bilhões à título de receitas extraordinárias, com destaque de R\$ 7,1 bilhões pelo Imposto de Renda; R\$ 4,5 bilhões pela contribuição da COFINS; R\$ 1,5 bilhão pela contribuição da CSLL; R\$ 1,3 bilhão pelo IPI e R\$ 1,2 bilhão pela contribuição do PIS/PASEP.
49. Ainda que todos os tributos mostrem acréscimo de arrecadação, os maiores aumentos absolutos de receita ocorrerão no IPI, no Imposto de Renda, no IOF e na contribuição da COFINS. Como proporção do PIB a maioria dos itens dessas receitas apresentam acréscimo em 2012 com relação à 4ª Avaliação de 2011.
50. Os principais parâmetros e suas variações médias projetadas para 2012, com relação a 2011, que embasaram a feitura, pelo Poder Executivo, das estimativas de receitas para 2012 são: a) variação de preço de 5,36% pelo Índice Especial de Receitas (IER, composto por 0,55IPCA+0,45IGPdi; b) variação do PIB de 5,00%; c) variação da taxa média de câmbio em 1,97%; d) variação da taxa de juros Over-Selic de 3,93%; e) variação da massa salarial em 9,79%.
51. A seguir, elencamos as principais explicações para as variações nas receitas tributárias em 2012 com relação à estimativa utilizada como base de 2011 para as projeções da Proposta.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

- 52. Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI)** - acréscimo de R\$ 5,6 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) do crescimento de 4,2% esperado na produção industrial; b) da alteração da tributação de cigarros (mais R\$ 2,0 bilhões) e da atualização da tabela de preços de referência das bebidas, a despeito da prorrogação para até 31.12.2012 das desonerações concedidas a material de construção civil, bens de capital, tratores e caminhões e da esperada queda na produção de cigarros (menos 5,5%) e de bebidas (menos 2,9%) e c) receitas extraordinárias esperadas em 2012 deduzidas de retiradas da base de receitas atípicas de 2011 (mais R\$ 0,4 bilhão).
- 53. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** - acréscimo de R\$ 35,7 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada da base de 2011 de receitas atípicas do IRPJ (pessoas jurídicas) e da CSLL e do IRRF (IR fonte) e acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (mais R\$ 4,9 bilhões, líquidos); b) aumento no IRPF (pessoas físicas) em grande parte explicado pelo crescimento da massa salarial em 2011 (declaração de ajuste); c) do crescimento da massa salarial em 2012 (IR fonte); d) do aumento esperado dos rendimentos de capital; e) do crescimento do PIB em 2011 (declaração de ajuste do IRPJ-CSLL) e em 2012 (outras pessoas jurídicas); f) da variação de preços (IER= 5,36) e g) da correção da tabela do IRPF e IR fonte em 2012.
- 54. Contribuições Sociais da COFINS e PIS/PASEP** - acréscimo de R\$ 15,7 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada da base de 2011 de receitas atípicas e do acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (R\$ 4,8 bilhões, líquidos) e b) da variação nominal estimada para o faturamento de 10,7%.
- 55. Imposto de Importação (II)** – acréscimo de R\$ 4,5 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada de receitas atípicas da base de 2011 e do acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (mais R\$ 0,6 bilhão); b) aumento de 13,7% da variação em dólar das importações; c) do efeito-legislação decorrente do resultado conjugado da variação da alíquota média





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

das tarifas e do fim da vigência do REPORTO (Lei nº 11.033/04) e PROUCA/RECOMPE (Lei nº 12.249/10).

**56. Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)** – acréscimo de R\$ 5,2 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada de receitas atípicas da base de 2011 e do acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (mais R\$ 0,2 bilhão); b) da variação de preços; c) da variação do PIB; d) da alteração das alíquotas sobre as operações de câmbio nas transações que envolvam a entrada e saída de moedas (Decretos nºs. 7.454/11 e 7.457/11) e do aumento das alíquotas nas operações de crédito para pessoas físicas (Decreto nº 7.458/11).

**57. Outras Administradas pela RFB** – acréscimo de R\$ 2,9 bilhões como resultado, principalmente: a) do efeito conjugado do ajuste na base de 2011 com as receitas extraordinárias de 2012 (mais R\$ 1,6 bilhão); b) variação de preços e c) variação do PIB.

**58. CIDE – Combustíveis** – a estimativa de receita do PLOA2012, neste caso, supõe que não haverá aumento nos preços dos combustíveis, sendo o pequeno acréscimo de arrecadação decorrente de uma esperada variação de 4,2% no consumo de gasolina e diesel.

### 1.5.2 - Receita do RGPS

59. A arrecadação líquida do RGPS em 2012, em termos nominais, atingirá R\$ 266,3 bilhões, com um aumento de R\$ 20,7 bilhões com relação à 4ª Avaliação de 2011, embora como proporção do PIB caia de 5,98% para 5,87%.

60. As principais razões para esse comportamento decorrem do efeito líquido dos seguintes fatores: a) ajuste da base de 2011 (menos R\$ 1,9 bilhão); b) crescimento da massa salarial que incorpora efeito- preço do aumento das remunerações e efeito-quantidade decorrente do crescimento do emprego e da formalização; c) efeito legislação decorrente, de um lado, da variação do salário-mínimo e do teto previdenciário, e, de outro, da



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

alteração da alíquota de contribuição do microempreendedor individual (MP nº 529/11) e do Plano Brasil Maior (MP nº 540/11), cuja desoneração da folha de pagamentos irá resultar em perda de arrecadação de R\$ 2,0 bilhões.

### 1.5.3 - Receitas Não-Administradas pela RFB

61. As Receitas Não-Administradas pela RFB aumentam para R\$ 117,4 bilhões em 2012, mostrando crescimento nominal de R\$ 8,9 bilhões sobre a estimativa da 4ª Avaliação de 2011. Porém, caem como proporção do PIB de 2,64% em 2011 para 2,59% do PIB em 2012.
62. Nestas estimativas, as hipóteses básicas de comportamento dos parâmetros, para alguns deles, inexplicavelmente, diferem das adotadas nas estimativas das receitas administradas pela RFB. As variações médias de 2011 para 2012 são as seguintes: a) IPCA – 4,80%; b) IGP-di – 5,00%; c) PIB – 5,00%; d) Taxa de câmbio – 5,31%; e) Massa Salarial – 9,42% e f) Misto de variáveis - PSS – 4,27%.
63. **Compensação Financeira – *Royalties*** – É o item mais relevante dentre as Receitas Não-Administradas, com R\$ 32,6 bilhões, ou 27,8% desse total, e é composta pelas parcelas recebidas pela exploração de petróleo, gás natural, recursos minerais e hídricos, sendo que a quase totalidade daquele valor (88%) resultado das atividades petrolíferas. A projeção para 2012 indica aumento de R\$ 3,5 bilhões em relação a 2011 e a projeção da receita dos *royalties*-petróleo trabalha com as hipóteses de preço médio do petróleo *Brent* de US\$ 111,64/barril, taxa de câmbio média de R\$ 1,64 e programação da produção física de 2012 fornecida pelas empresas à Agência Nacional de Petróleo – ANP.
64. **Receita com Dividendos** - é outra importante fonte de receita deste grupo com previsão de arrecadação de R\$ 20,4 bilhões para 2012, mostrando aumento de R\$ 3,3 bilhões sobre 2011. Em termos de proporção do PIB, a receita também aumenta de 0,42% do PIB para 0,45% do PIB. é que registre uma queda de 11,5%. Em relação a 2008, o aumento é de 20,1%. A projeção, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, apóia-se na



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

tendência histórica dos últimos 3 exercícios, na média de dividendos pagos e na projeção do resultado de 2011 com base nas últimas informações de resultados mensais das empresas.

**65. Contribuição do Salário-Educação** – a receita para 2012 está estimada em R\$ 14,3 bilhões mostrando aumento de R\$ 1,3 bilhão sobre 2011. A projeção foi feita tomando-se a arrecadação projetada de 2011, a partir da execução no período de janeiro a julho de 2011, corrigida pela variação da massa salarial. Como proporção do PIB essa receita apresenta estabilidade nos dois exercícios em 0,32% do PIB.

**66. Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público** – O Projeto estima em R\$ 10,3 bilhões a receita para 2012, com aumento de R\$ 0,8 bilhão sobre a previsão de 2011. Aquela arrecadação representa 0,23% do PIB, a mesma relação esperada para 2011. A par da projeção de 2011 em moldes semelhantes da Contribuição Salário-Educação, foi aplicado nessa base o índice de 4,27% que contempla o crescimento vegetativo da folha (novas admissões, aposentadorias concedidas e reestruturações de carreira).

**67. Demais Receitas Não – Administradas** – a receita esperada para 2012 está estimada em R\$ 23,6 bilhões, com incremento de R\$ 0,3 bilhão sobre a expectativa de arrecadação de 2011. Em 2012, pela Proposta, aquela receita representará 0,52% do PIB, proporção inferior à esperada para 2011 que é estimada em 0,57% do PIB. Envolve itens como Contribuição de Montepio Civil, Contribuição ao Fundo de Saúde da Polícia Militar do DF e Contribuição ao Fundo de Saúde dos Bombeiros do DF e sua projeção é influenciada pela variação do PIB e pela inflação esperada.

**68. Complemento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** – a receita para 2012 está estimada em R\$ 2,9 bilhões, com a mesma participação de 0,07% no PIB do que em 2011 e superior em R\$ 0,1 bilhão a receita esperada para esse último exercício. A projeção para 2012 apóia-se na média de 2011 inflada pela variação da massa salarial.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

**69. Receita de Operações com Ativos** – A Proposta espera arrecadar R\$ 3,0 bilhões em 2012 com alienação de ativos (0,07% do PIB), o mesmo valor esperado para 2011 e que, provavelmente, não se verificará. Refere-se à alienação de ativos inservíveis ou que não tenham função para as atividades da União, a partir de levantamentos de órgãos e do Serviço de Patrimônio da União (SPU).

### **1.5.4 - Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta - Avaliação**

70. As regras da Resolução nº 1/2006 estabelecem que conste deste Relatório, em separado, análise e avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras.

71. Essas receitas provêm de uma infinidade de itens e são diretamente arrecadadas pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta, em função, principalmente da prestação de serviços e convênios. (ver Informação Complementar ao PLO2012 que atende ao inciso XII, a-4 e b-2 do Anexo III da LDO2012, recursos de fontes identificadas como 250 - recursos próprios não-financeiros - e 280 - recursos próprios financeiros).

72. Em sua maior parte a projeção dessas receitas envolve diferentes metodologias de estimação da arrecadação base, acrescida da variação do índice de inflação específico e, para alguns casos, da expectativa de crescimento do PIB no ano anterior (4,5%).

73. Essas receitas são estimadas em R\$ 14,5 bilhões na Proposta para 2012, correspondendo a 0,32% do PIB e mostram acréscimo nominal de R\$ 0,4 bilhão sobre 2011. Em termos de proporção do produto haverá queda, eis que em 2011 são estimadas em 0,34% do PIB.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

### **1.6 Receitas Financeiras Estimadas na Proposta para 2012**

74. As Receitas Financeiras no Projeto de Orçamento para 2012 somam R\$ 1.020,9 bilhões, das quais 82,5% são derivadas da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional (incluindo TDA).
75. Essas Receitas, praticamente, representam a metade do valor total de R\$ 2.118,3 bilhões de todas as Receitas contidas na Proposta.
76. A parcela referente ao Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal, que representa 64,0% das Receitas Financeiras, consta de forma destacada, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, O montante dessa fonte varia em função do prazo de maturação da dívida mobiliária, sendo tanto menor quanto mais longo for esse prazo, e também em função da composição da dívida.
77. Os dois itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro junto ao Banco Central e Resultado do Banco Central) rendem ao Tesouro R\$ 76,4 bilhões, representando 7,7.% das Receitas Financeiras.
78. Receitas de amortizações de empréstimos a Estados e Municípios montam a R\$ 20,3 bilhões e representam 2,0% do total dos ingressos financeiros.
79. A Tabela IV, a seguir, mostra a composição integral das Receitas Financeiras no PLOA2012.



**TABELA IV**  
**Receitas Financeiras no Projeto de Lei Orçamentária para 2012**

<b>Receitas por Natureza</b>	<b>R\$ milhões</b>	<b>Part %</b>
TÍTULOS DE RESPONS. DO TESOUREO NACIONAL - REFIN. DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	653.282.592,6	64,0%
TÍTULOS DE RESPONS. DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	187.352.417,3	18,4%
RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	42.439.000,0	4,2%
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREO NACIONAL	36.052.841,2	3,5%
JUROS DE EMPRÉSTIMOS	33.730.092,2	3,3%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS	20.349.530,1	2,0%
CONTRIB PATRONAL P/ O REG PRÓPRIO DE PREVID - CPSS - OP INTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.408.758,9	1,4%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.963.811,5	0,8%
REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENV ECONÔMICO	7.105.860,0	0,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	3.380.006,6	0,3%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	3.255.230,7	0,3%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - EM CONTRATO	2.458.376,9	0,2%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	2.002.770,0	0,2%
ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM	2.000.000,0	0,2%
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	1.202.951,2	0,1%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.118.644,0	0,1%
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	711.053,9	0,1%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS	563.492,4	0,1%
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA	540.000,0	0,1%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFIN DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	394.248,7	0,0%
REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	196.700,2	0,0%
SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	187.581,8	0,0%
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS	125.412,8	0,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	61.170,7	0,0%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - BEA/BIB	12.467,5	0,0%
OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	6.746,0	0,0%
SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	46,5	0,0%
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.020.901.803,8</b>	<b>100,0%</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS PRIMÁRIAS</b>	<b>1.097.371.879,7</b>	
<b>TOTAL DAS RECEITAS NA PROPOSTA PARA 2012</b>	<b>2.118.273.683,4</b>	

Fonte: FLOA2012

## **1.7 Receitas do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais Estimadas na Proposta para 2012**

80. As fontes de financiamento do orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2012 somam R\$ 106,8 bilhões, mostrando uma queda de 1,2% sobre a dotação total (lei mais créditos) de 2011. Em 2010, o valor realizado alcançou R\$ 94,4 bilhões.

81. A Tabela V, a seguir, mostra a evolução dessas fontes.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

**TABELA V**

**Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais  
2010 - 2012**

Discriminação	2010	2011	2012
	Realizado	Lei + Créditos (Dotação Atual)	PL nº 28/10-CN
<b>Recursos Próprios</b>	<b>62.609</b>	<b>95.277</b>	<b>87.840</b>
Geração própria	62.609	95.277	87.840
<b>Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</b>	<b>8.170</b>	<b>6.816</b>	<b>11.422</b>
Tesouro - Direto	635	1.149	1.218
Saldo de Exercícios Anteriores	226	452	400
Controladora	7.308	5.206	9.804
Outas Estatais	0	9	
<b>Operações de Crédito de Longo Prazo</b>	<b>6.322</b>	<b>3.643</b>	<b>4.992</b>
Internas	4.393	3.596	2.917
Externas	1.929	46	2.075
<b>Outros Recursos de Longo Prazo</b>	<b>17.305</b>	<b>2.306</b>	<b>2.576</b>
Debêntures	0	0	76
Controladora	2.587	1.733	1.647
Outras Fontes	14.718	573	853
<b>Total</b>	<b>94.407</b>	<b>108.042</b>	<b>106.830</b>

Fontes: PL nº 28/11-CN e Demonstrativos das fontes de financiamento dos investimentos,

agregados por natureza - DEST/MPOG (dados até o 3º bimestre de 2011). Elaboração Consultorias

82. Observa-se que tais fontes são majoritariamente constituídas por recursos próprios dessas entidades, sendo que em 2012 representarão 82,2% da fonte total. O Grupo Petrobrás é responsável pela maior parcela individual dos dispêndios de investimento com cerca de 90% do total, seguido do Grupo Eletrobrás.
83. Cumpre registrar que, segundo o Poder Executivo, na definição dos limites de investimentos foi levada em conta a real capacidade de geração de recursos de cada empresa a partir de suas propostas, observada a meta zero desse segmento governamental para o cômputo das Necessidades de Financiamento Líquido do Governo Federal. Com isso, os programas e ações ficam com recursos assegurados evitando-se as hipóteses de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para financiar investimentos.



## **1.8 Avaliação e Reestimativa das Receitas Primárias para 2012**

84. Em nossa avaliação, as receitas primárias estimadas na Proposta para 2012 acham-se abaixo de seu potencial de realização, por diversas razões.
85. Em primeiro lugar, entendemos a dificuldade enfrentada pelo Poder Executivo na elaboração do orçamento para 2012 num momento repleto de incertezas, principalmente no âmbito internacional.
86. É de conhecimento que a Proposta foi concebida em meio a um cenário em que se vislumbrava um menor crescimento das economias desenvolvidas, mas nada que pudesse afetar de forma significativa o desempenho da economia brasileira.
87. Todavia, pouco antes da entrega da peça orçamentária ao Congresso Nacional, no último dia de agosto, as condições internacionais se agravaram de tal forma que agora é grande a probabilidade de acontecer uma recessão nas economias mais avançadas. Nos EUA devido ao esgotamento dos instrumentos fiscais e creditícios e da pouca resposta da demanda e produção aos estímulos que até agora foram implementados. Na Europa devido ao agravamento da crise soberana dos países de menor desenvolvimento com a elevação das chances de não se honrar o pagamento de compromissos financeiros seguido do travamento do sistema de crédito e suas conseqüências sobre a fluidez do sistema econômico. No Japão, pelas já conhecidas dificuldades internas vigentes nessa economia somada ao fato de ser um país extremamente comprometido com relações comerciais com outros países desenvolvidos.
88. Não obstante esse fato, parece-nos que a Proposta, aparentemente, foi elaborada mostrando certa inconsistência macroeconômica, pois projetava uma Taxa Selic (média anual) de 12,0% para 2011 com um crescimento de 4,5% para o PIB, e, ao mesmo tempo, previa um aumento para 12,4% daquela Taxa para 2012, mas com um crescimento de 5,0% do PIB, maior do que o ano precedente, contrariando o consenso existente de relação





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

inversa que entre o comportamento dessas variáveis<sup>7</sup>. É verdade que a Proposta previa a possibilidade de se descontar R\$ 25,6 bilhões à título de dispêndios do PAC e isso poderia contribuir para justificar a comentada discrepância<sup>8</sup>.

89. Com o agravamento da situação internacional e a expectativa de que isso venha a ter reflexos mais profundos sobre a economia brasileira, o Banco Central promoveu uma súbita guinada de rumo na política monetária e, na reunião do Copom setembro, contrariando as expectativas mais pessimistas que previam uma estabilidade do nível de juros, reduziu de 12,50% para 12,00% a Taxa Selic. Com isso essa e as demais condicionantes do crescimento econômico foram profundamente alteradas.
90. Autoridade fazendária, em declarações à imprensa, passou a transmitir a informação de que o Governo faria, até 2014, um resultado primário “cheio”, isto é, sem descontar gastos com o PAC, da ordem de 3,10% do PIB para o consolidado do setor público, numa sinalização de que essa política fiscal mais austera daria suporte para sucessivas reduções na taxa básica de juros, aproveitando a janela de oportunidade oferecida pela crise internacional para colocar a taxa de juros real da economia brasileira em níveis mais compatíveis com aqueles experimentados nas economias mais maduras.

### 1.8.1- NOVAS PERSPECTIVAS DO CENÁRIO ECONÔMICO PARA 2012

91. Tendo em vista essa mudança de cenário, e apoiado em sinalizações vinda das autoridades governamentais, avaliamos que ao final de 2011 a Taxa de juros Selic deverá se situar em 11,0% e que a média para 2012 deverá ser de 10,50%.
92. Quanto ao crescimento do PIB, estimamos que em 2012, atingirá 4,5%, devido a redução da taxa de juros média relativamente a 2011 e a

---

<sup>7</sup> A menos que se estivesse prevendo uma forte expansão do crédito ou uma redução do resultado primário ou um acréscimo nas exportações ou, ainda, um robusto crescimento da renda disponível, o que não parece ser o caso.

<sup>8</sup> É de se registrar que a 4ª Avaliação bimestral de receita e despesa de 2011, elaborada pelo Poder Executivo, prevê um crescimento do PIB de 4,50% para 2011 com uma Taxa Over – Selic média de 11,79%.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

manutenção dos níveis do consumo e investimentos esperados pelo Governo. Vale dizer, entendemos que a redução da taxa de juros compensará, ainda que parcialmente, os possíveis efeitos negativos da crise internacional sobre a economia brasileira.

93. A Tabela VI, a seguir, mostra as diferenças entre os parâmetros da Proposta com os empregados pelo Congresso Nacional na reestimativa das receitas primárias para 2012, sendo que para os demais não houve modificações.

### TABELA VI

**Parâmetros empregados no PLOA 2012 comparados com os adotados Congresso Nacional em sua reestimativa de receitas**

Parâmetros	2011 - 4ª Aval bim [a]	PLOA2012 [b]	Focus Top 5 [c]	Congresso Nacional [d]
PIB real - variação %	4,50	5,00	3,70	4,50
PIB nominal - R\$ bilhões	4.109,90	4.537,50	ni	4.510,10
IPCA acumulado - variação %	5,80	4,80	5,96	6,00
IGP-di acumulado - variação %	6,14	5,00	5,29	6,00
Taxa Over Selic - média %	11,79	12,50	10,46	10,50
Taxa Câmbio - média - R\$/US\$	1,61	1,64	1,73	1,80
Massa Sal Nominal - variação %	13,36	9,79	ni	9,79
Petroleo - média - US\$/barril	112,52	111,64	ni	104,00
Salário Mínimo - R\$	545,00	619,21	ni	619,21
Reaj Nom Sal Mínimo - variação %	6,86	13,62	ni	13,62

**Fontes:** Relat. Aval. Receita/Despesa do 4º Bim. de 2011 - SOF/MP e PLOA2012

[c] câmbio médio extraído das informações do FOCUS-BC e variação do PIB do universo da pesquisa.

94. Com relação ao comportamento da inflação adotamos a hipótese de que a queda no preço das *commodities*, em decorrência da crise internacional, compensaria em parte o efeito da elevação da taxa de câmbio sobre os preços. Assim, adotamos a hipótese de que o IPCA e IGPdi variarão, em média 6,02% e 5,59%, em 2012 (6,0% no acumulado), acima do que espera o Projeto.

95. Isto posto, entendemos que, embora haja reflexos internacionais da crise externa na economia doméstica, uma taxa de juros mais baixa concorreria para que o crescimento do setor privado não venha a desacelerar em acentuada magnitude.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

96. É de se observar que nossas hipóteses situam-se a um meio termo entre as que estão admitidas na Proposta e aquelas esperadas pelo mercado, que, conforme pesquisa FOCUS de 30.09.2011 mostram-se mais pessimistas, esperando para 2012 um crescimento do PIB de apenas 3,70%.
97. Relativamente à adoção dos novos parâmetros, embora de um lado atuem no sentido de reduzir a estimativa de receitas, ao prever menor crescimento para o PIB real, de outro compensam essa queda ao admitir uma maior variação nos índices de preços do que aquelas supostas na Proposta. Porém, como a variação da massa salarial ficou invariável e houve um acréscimo da taxa câmbio média, esses fatores concorreram para que houvesse um aumento nas previsões da receita.
98. Mas, outra questão identificada é que explica a maior parte da subestimativa das previsões de receitas contidas no Projeto de Lei para 2012. Trata-se da base de arrecadação de 2011 que serve de suporte para a aplicação dos parâmetros esperados para 2012 de forma a produzir a receita esperada nesse exercício.
99. A arrecadação efetiva de 2011, todos sabemos, vem agradavelmente surpreendendo o Poder Executivo a cada mês. No início do exercício, o corte de despesas levado a cabo pelo Decreto nº 7.445, de 01.03.2011, juntamente com a 1ª Avaliação bimestral de receitas e despesas, pressupunha uma superestimativa da receita orçamentária para 2011 da ordem de R\$ 20,3 bilhões.
100. A despeito de a cada bimestre a arrecadação efetiva ter ficado acima da esperada pelo Decreto, o Poder Executivo somente veio a reconhecer esse fato na 4ª Avaliação de agosto, atribuindo o excesso a antecipação de pagamento do REFIS III e pagamento de débitos da CSLL<sup>9</sup>.
101. Examinando o modelo de previsão de receita que fundamenta a Proposta vemos que grande parte da resposta da receita tributária em

---

<sup>9</sup> Da 1ª à 4ª Avaliações, um acompanhamento da arrecadação acumulada até o mês, feito pelas Consultorias, para itens que correspondem a 89% da Receita Primária Bruta, mostrou convergência entre a receita prevista na LOA e a receita realizada.



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

relação à variação da atividade econômica pode ser explicada pela arrecadação-base admitida como hipótese e, nessa linha, constatamos que itens que poderão se repetir em 2012 ou foram excluídos da base ou foram nela subestimados.

### **1.8.2- REESTIMATIVA DA RECEITA PRIMÁRIA PARA 2012**

102. As Receitas Primárias para 2012, brutas e líquidas, foram reestimadas neste Relatório para R\$ 1.127,3 bilhões e R\$ 937,3 bilhões, mostrando acréscimos de R\$ 29,9 bilhões e R\$ 25,6 bilhões, respectivamente, com relação aos valores contidos na Proposta para 2012 (ver Tabela VII, adiante).
103. Os resultados, por tributo, de nossa reestimativa dessas Receitas, levando em conta as alterações de parâmetros e o ajuste de base, estão reunidos na Tabela VII, a seguir, que mostra as reestimativas para itens específicos da Receita Administrada pela RFB, Receita do RGPS e da Receita Não-Administrada.



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

## TABELA VII ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Reestimativa do Congresso Nacional para as Receitas Primárias Brutas e Líquidas para 2012

(R\$ milhões)

Discriminação	PLOA 2012		Reestimativa CN		Diferença - R\$	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
<b>I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA</b>	<b>1.097.340,7</b>	<b>24,18</b>	<b>1.127.322,5</b>	<b>25,00</b>	<b>29.981,8</b>	<b>0,66</b>
<b>I.1 Receita Administrada pela RFB</b>	<b>707.777,0</b>	<b>15,60</b>	<b>724.556,5</b>	<b>16,07</b>	<b>16.779,5</b>	<b>0,37</b>
I.1.1. Imposto de Importação	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	3.377,3	0,07
I.1.2. IPI	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	2.195,5	0,05
I.1.3. Imposto de Renda	270.873,3	5,97	275.153,7	6,10	4.280,4	0,09
I.1.4. IOF	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	1.185,4	0,03
I.1.5. COFINS	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	3.560,8	0,08
I.1.6. PIS/PASEP	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	1.704,5	0,04
I.1.7. CSLL	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	-50,0	0,00
I.1.8. CIDE-combustíveis	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	0,0	0,00
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	525,6	0,01
<b>I.2. Arrecadação Líquida do RGPS</b>	<b>266.296,4</b>	<b>5,87</b>	<b>274.068,9</b>	<b>6,08</b>	<b>7.772,5</b>	<b>0,17</b>
<b>I.3. Receitas Não Administradas</b>	<b>117.442,3</b>	<b>2,59</b>	<b>122.872,1</b>	<b>2,72</b>	<b>5.429,8</b>	<b>0,12</b>
I.3.1. Concessões	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	500,0	0,01
I.3.2. Dividendos	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	0,0	0,00
I.3.3. Contrib dos Servidores ao PSSS	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	0,0	0,00
I.3.4. Compens. Financeira - <i>Royalties</i>	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	0,0	0,00
I.3.5. Receita Própria ( F 50, 82 e 81)	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	1.772,3	0,04
I.3.6. Salário-Educação	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	1.234,8	0,03
I.3.7. Demais Receitas	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	1.922,7	0,04
<b>I.4 Complemento do FGTS</b>	<b>2.957,2</b>	<b>0,07</b>	<b>2.957,2</b>	<b>0,07</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>
<b>I.4.5 Incentivos Fiscais</b>	<b>-132,2</b>	<b>0,00</b>	<b>-132,2</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>
<b>I.6 Operações com Ativos</b>	<b>3.000,0</b>	<b>0,07</b>	<b>3.000,0</b>	<b>0,07</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>
<b>II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>185.665,9</b>	<b>4,09</b>	<b>189.999,0</b>	<b>4,21</b>	<b>4.333,1</b>	<b>0,10</b>
II.1 FPE - FPM - IPI/EE	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	3.133,7	0,07
II.2 Fundos Regionais	5.166,2	0,11	5.365,9	0,12	199,7	0,00
II.3 Salário-Educação	8.591,2	0,19	9.591,0	0,21	999,8	0,02
II.4 Compens. Financeira - <i>Royalties</i>	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	0,0	0,00
II.5 Cide- combustíveis	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	0,0	0,00
II.6 Demais	682,4	0,02	682,4	0,02	0,0	0,00
<b>III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>911.674,8</b>	<b>20,09</b>	<b>937.323,5</b>	<b>20,78</b>	<b>25.648,7</b>	<b>0,57</b>
<b>. Estimativa do PIB nominal</b>	<b>4.537.477,0</b>		<b>4.510.126,3</b>			

Fonte: PLOA2012 e Consultorias



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

104. Conforme já comentamos, a base de projeção da Proposta para 2012 foi a arrecadação de 2011. Esta, porém, foi construída a partir da utilização dos valores de arrecadação realizados de janeiro a julho de 2011 e projetados de agosto a dezembro, com fundamento nos parâmetros econômicos produzidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
105. Observamos que a base de projeção do Poder Executivo estava subestimada, principalmente a partir da comparação entre a arrecadação realizada de janeiro a julho de 2011 com o mesmo período do ano anterior.
106. Essa subestimativa foi confirmada com o advento do Relatório de Receita e Despesa da 4ª Avaliação Bimestral de 2011, envolvendo o período de janeiro a agosto desse exercício, quando a nova estimativa da Receita Primária Bruta, exceto INSS, aumentou em R\$ 19,5 bilhões, com relação à avaliação anterior.
107. Como parte desse aumento se deveu a arrecadação de receitas atípicas, optamos por escolher a receita dessa última Avaliação, expurgadas daquelas receitas, como base de projeção para 2012, mesmo procedimento metodológico empregado pela RFB.
108. Assim, procedemos a ajustes de base nos seguintes tributos: Imposto de Renda Fonte-rendimentos do trabalho, Imposto de Importação, Imposto de Renda Remessas ao Exterior, Imposto sobre Produtos Industrializados-vinculado à importação e Contribuições sociais da COFINS e PIS/PASEP.
109. Para os impostos vinculados ao câmbio, optamos por aumentar a projeção dos meses de outubro a dezembro de 2011, de acordo com o aumento da taxa de câmbio prevista para o último trimestre do ano. Para 2012, admitimos que o efeito líquido do crescimento da economia com uma maior taxa de câmbio média seja o de manter inalterada as quantidades físicas importadas.
110. Para as Contribuições Sociais da COFINS e o PIS/PASEP a projeção de agosto a dezembro de 2011 levou em conta a variação nominal do período de janeiro a julho de 2011 frente ao mesmo período do ano anterior. É de se



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

observar que embora o crescimento real do PIB esteja em desaceleração isso está sendo compensado pelo maior crescimento dos preços.

111. No caso do Imposto de Renda Fonte Rendimentos do Trabalho, o valor adotado teve como base a arrecadação até agosto de 2011 e seu crescimento nominal com relação ao mesmo período do ano anterior que foi projetado para os quatro meses restantes de 2011. Esse imposto acompanha a variação da massa salarial, que vem crescendo ao desse exercício.
112. No caso da receita do RGPS, a reestimativa da Receita Líquida para 2012 que elaboramos alcança R\$ 271,4 bilhões, superior em R\$ 7,7 bilhões a Receita estimada no PLOA2012.
113. De uma maneira geral, a razão para essa diferença decorre do fato de que a metodologia de projeção subjacente ao Projeto de Lei Orçamentária tem sido incapaz de explicar integralmente o comportamento dessa receita. A metodologia empregada, basicamente, projeta a arrecadação esperada no exercício-base (no caso, 2011) pela evolução prevista para a variação da massa salarial no exercício seguinte.
114. Numa análise temporal, constatou-se que diferenças entre a receita realizada e a estimativa baseada nessa metodologia decorreram, em exercícios anteriores, entre outras razões, pela ausência de fatores que incorporassem à previsão o incentivo à formalização, os ganhos com o aprimoramento dos controles sobre os contribuintes (esforço de arrecadação), bem como da abrangência limitada sobre a massa salarial. A arrecadação do ano de 2011 evidencia essa imperfeição. A diferença entre a estimativa mais atualizada do Poder Executivo<sup>10</sup> e aquela que constou do PLOA2011 é de R\$ 11.731,2 milhões. Na lei orçamentária para 2011, o Congresso acrescentou R\$ 6.202,0 milhões à estimativa do Projeto, por conta dessa imperfeição. Mesmo assim, a estimativa da LOA2011 ficará aquém da arrecadação que provavelmente se realizará.

---

<sup>10</sup> Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. 4º Bimestre de 2011



115. A Tabela VIII, a seguir, resume os procedimentos adotados para a reestimativa da Receita do RGPS para 2012.

**TABELA VIII**  
**Reestimativa do Congresso Nacional para a Receita do RGPS para o Orçamento de 2012**

Discriminação	2010		2011		2012
	Jan-Ago	Jan-Dez	Jan-Ago	Jan-Dez	
Massa Salarial (variação%) <sup>(1)</sup>		14,90		13,36	9,79
Receita Projetada pela Massa sem Refis IV		208.710,65		238.405,04	267.214,51
Receita Realizada <sup>(2)</sup>	129.120,28	212.401,03	150.661,94	245.584,60	
Refis IV (Lei nº 11.941/09)	1.400,07	2.086,64	2.345,73	3.048,14	3.660,00
Receita Realizada sem Refis IV (Jan-Ago)/(Jan/Dez) x 100 <sup>(3)</sup>	127.720,21	210.314,39	148.316,21	-	
Receita Projetada pelo % médio do período (Jan/Ago)/(Jan-Dez) sem Refis IV		60,73		60,94	
Receita Projetada pelo % médio do período (Jan/Ago)/(Jan-Dez) com Refis IV				243.387,09	
Desvio: Receita Realizada sobre Projetada pela Massa sem Refis IV (em %) <sup>(4)</sup>		0,77		2,09	1,96
Desoneração do Plano Brasil Maior				-	2.031,00
<b>Receita Estimada pelo PLOA2012</b>					<b>266.296,00</b>
<b>Receita Projetada pela Massa mais Desvio mais Refis IV menos Desoneração</b>					<b>274.068,85</b>
<b>Acréscimo de Receita em 2012 pela Reestimativa do Congresso Nacional</b>					<b>7.772,90</b>

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social (Boletim Estatístico da Previdência Social); PL 28/11-CN, informações complementares. Secretaria de Política Econômica (Ministério da Fazenda).  
Elaboração das Consultorias.

<sup>(1)</sup> Em 2010, observada. Para 2011 e 2012, projeções da SPE/MF(21/07/2011).

<sup>(2)</sup> Em 2011 realizada é estimativa da 4ª Avaliação Bimestral para 2011.

<sup>(3)</sup> Em 2011, média dos percentuais do período 2006 a 2010.

<sup>(4)</sup> Em 2012, média dos desvios dos anos 2007 a 2011, exceto 2008.

116. Em nossa metodologia projetamos a receita de 2011 aplicando ao valor arrecadado nos oito primeiros meses desse exercício o percentual médio, observado em anos anteriores, correspondente à receita arrecadada nesse período sobre o total. Cautelosamente, retiramos a arrecadação relativa ao Refis IV que não segue esse padrão de crescimento<sup>11</sup>. Ao valor assim obtido, R\$ 243,4 bilhões, foi somado o total esperado, para todo o ano, do Refis IV. Também calculamos o desvio entre as receitas projetadas, sem o Refis IV, pela massa salarial e pelo percentual médio.

117. Desse modo, a arrecadação para 2012 foi reestimada considerando a nova projeção para 2011 sem o Refis IV, o crescimento previsto pelo Executivo para a massa salarial em 2012, o desvio metodológico de 1,96%, o Refis IV e descontando as previsões da RFB para a desoneração dos setores de informática, calçadista, moveleiro e de confecções dentro do Programa Brasil Maior.

<sup>11</sup> De janeiro a agosto de 2011 foram arrecadados R\$ 2.435,7 milhões.





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

118. Quanto ao acréscimo na Receita de Concessões o mesmo decorre da expectativa de recebimento de Bônus de Assinatura de Contratos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.
119. Como se sabe, tais bônus são valores devidos pelas concessionárias vencedoras de licitações, realizadas exclusivamente na forma de concorrência pública, para exploração e produção de petróleo e gás natural e pago integralmente no ato da assinatura dos contratos no valor nominal previamente especificado pelo edital de abertura do certame. Estão previstos tanto nos contratos de concessão nos termos da Lei do Petróleo, Lei N° 9.478/97, aplicável aos campos localizados nas camadas do *pós-sal*, quanto nos contratos de partilha de produção regidos pela recente Lei N° 12.351/10, aplicável aos campos pertencentes às camadas do *pré-sal*.
120. Essas receitas, que têm previsão nula na Proposta orçamentária, foram por nós reestimadas com base no conteúdo da proposta de Plano Plurianual encaminhada pelo Poder Executivo, em tramitação no Congresso Nacional, assim como em informações extraídas de declarações do Ministro de Estado das Minas e Energia, competente para a iniciativa de licitações relativas à matéria, bem assim das emanadas da Agência Nacional de Petróleo - ANP, competente para subsidiar e dar cumprimento às licitações autorizadas pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.
121. Relativamente aos contratos de concessão, apuramos a intenção de ser realizada em 2012 a 11ª Rodada, para exploração e produção de campos novos do pós-sal, quando serão licitados 174 blocos exploratórios, sendo 87 em terra e 87 na plataforma marítima, em uma área total de 123 mil Km<sup>2</sup>, já autorizada pelo CNPE, além de mais 7 licitações para produção em campos maduros, cujas licitações prometem arrecadar receita total superior a R\$ 500,0 milhões, com base nos resultados de licitações anteriores com o mesmo perfil, especialmente a 9ª Rodada.
122. Mantivemos inalterada a estimativa da Receita de Compensação Financeira – *Royalties*, uma vez que o aumento que admitimos para a taxa de câmbio média para 2012 teve seus efeitos sobre a arrecadação



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

neutralizados pela redução na expectativa para o preço médio do barril de petróleo no mesmo exercício.

123. No caso do Salário-Educação, Receitas Próprias e Demais Receitas Não Administradas, optamos por reestimar a arrecadação de 2011, que serve de base para a projeção de 2013, devido ao aumento de arrecadação que ocorreu entre o envio da Proposta e a 4ª. Avaliação. A previsão para 2011 do Salário-Educação aumentou em R\$ 1,2 bilhão; das Receitas Próprias em R\$ 1,8 bilhão e das Demais Receitas Não-Administradas em R\$ 1,9 bilhão. Não foi detectada nenhuma receita atípica nesses casos.
124. Não consideramos a perda de receita de R\$ 50,0 milhões decorrente da redução da alíquota específica da CIDE sobre a gasolina com base na informação de que esse valor será compensado pela maior arrecadação das Contribuições sociais do PIS e da COFINS devido ao aumento da taxa de câmbio.
125. Também, não consideramos qualquer impacto de redução de receita decorrente da aprovação do projeto de lei complementar que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (Supersimples – PLC 77/11-Complementar). Nosso entendimento é de que o impacto será neutro, do ponto de vista da arrecadação de tributos.
126. Vale ressaltar que detectamos problemas de classificação das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Muitas receitas estão levando classificação genérica, ao invés de estarem classificadas em suas respectivas rubricas, como o PIS/PASEP, COFINS, Imposto de Renda, IPI etc. Isso tem dificultado sobremaneira as avaliações e as projeções do Congresso por imposto. O mesmo ocorre nas Receitas Não-Administradas. Observamos que no PLOA 2012, encontram-se R\$ 8,0 bilhões de receitas na rubrica Outras Receitas Não Administradas e R\$ 19,0 bilhões em Demais Receitas Administradas.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

### **1.9 Metodologia da Estimativa das Receitas Administradas pela RFB – Amparo Legal**

127. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, art.33, § único, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO.
128. Ocorre que apenas até a LDO de 2009 houve essa previsão legal, ao determinar que as estimativas *“se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante”*.
129. Entendemos que a ausência dessa previsão legal nos demais anos e na LDO2012 não constitui obstáculo, pois a LRF, matriz desse dispositivo, em seu art. 12, já cuida do assunto nos mesmos termos: *“As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizada.”*
130. A determinação de que os dois anos seguintes constem da previsão aplicam-se, nosso ver, a informações que devam constar da LDO ou das informações complementares, neste caso prestadas pelo Executivo, uma vez que não cabe ao substitutivo do Projeto de Lei Orçamentária trazê-los.

### **1.10 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e para Correção de Identificador de Receita Primária**

131. Caberá ao Relator-Geral promover:
- a) os ajustes técnicos necessários à utilização das receitas identificadas neste Relatório e aqueles decorrentes de alteração na meta de resultado primário, inclusive, se for o caso, disponibilizando fontes financeiras de recursos, e



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

b) acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

### 1.11 Emendas de Renúncias de Receitas Apresentadas

132. Os pareceres às emendas de Renúncia de Receita estão em anexo.
133. Foram apresentadas quatro emendas de renúncias de receita de autoria do nobre Deputado João Dado de nºs.90410001; 90410002; 90410003 e 90410004, visando reservar recursos para o PL nº1711/11, que isenta do IPI veículos de transporte de carga utilizados por feirantes; PL nº 2614/07, que isenta de IPI os automóveis de fiscais tributários; PL nº 4593/04, que isenta da Contribuição do PIS/PASEP as entidades sindicais de trabalhadores e PLnº 634/07, que amplia os gastos com saúde do contribuinte no IRPF para poder considerar até mesmo gastos de pessoas que, embora não sejam seus dependentes, vivam sob seu auxílio. O montante bruto dessas renúncias é estimado em R\$ 473,2 milhões e o valor líquido que seria suportado pela União, isto é, depois de consideradas as parcelas dos Fundos de Participação, alcançaria R\$ 271,7 milhões.
134. Emendas de renúncia de receita refletem, regra geral, o interesse de parlamentares em assegurar que projetos de lei de sua iniciativa, ainda em tramitação, não se inviabilizem por falta de adequação orçamentária e financeira, posto que, para sua aprovação, deve ser demonstrado que a renúncia correspondente ao benefício proposto já foi considerada na lei orçamentária.
135. Caso tivéssemos aprovado alguma emenda de renúncia de receita relativa a Projeto de Lei em tramitação estaríamos exercendo julgamento quanto ao mérito da proposição, em detrimento de outros Projetos que também estão tramitando, mas que, por razões desconhecidas, não tiveram apresentadas emendas de renúncia de receita respectiva. Além disso, não saberíamos se, com ou sem modificações ou veto, o Projeto se



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

transformaria em lei, e conseqüentemente, se de fato redundaria em desoneração e queda de arrecadação no próximo exercício.

136. A reserva de valores para atender Projetos de Lei que envolvam renúncia de receita tributária equivale ao processo de alocação dos recursos feita em etapa posterior à esta dentro do processo orçamentário legislativo.

137. Nosso entendimento é que esta fase mostra-se mais apropriada para a avaliação daquelas proposições, pois, se houver disponibilidade de recursos, pode ser assegurada dotação como se despesa obrigatória fosse, sob a forma de reserva, com titulação específica. A evidência de que existiriam recursos para custear a aprovação de tais Projetos constaria, assim, da lei orçamentária, e com mais fácil visualização por parte dos interessados.

138. Em função desses argumentos resolvemos considerar as referidas emendas como rejeitadas.

139. Adicionalmente, deixamos nossa sugestão ao Relator-Geral do Orçamento de 2012 para que, na medida de suas possibilidades, considere a alternativa de estabelecer a mencionada reserva de recursos para o atendimento de Projetos de Lei em tramitação envolvendo renúncias de receitas tributárias.

140. Por último, relativamente ao OF. SEC. N. 71/2011/CMO de 05.10.2011, do Exmo. Sr. Presidente da CMO, que estipulou prazo de até o dia 11.10.2011 para a que esta Comissão emitisse o Parecer de subsídio ao Relator da Receita de que trata Of. Nº 323/2011 – CFT, de 28.09.2011, informamos que até momento da feitura deste Relatório não recebemos o referido documento.

### **1.12 Anexos**

141. Encontram-se, em anexo, Tabelas contendo a evolução das receitas primárias de 2008 a 2012, bem como a composição e detalhamento da estimativa da RFB para no período 2012 e os demonstrativos, comparando-as com os valores respectivos contidos no Projeto de Lei, classificadas por



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

natureza e fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

## **2. VOTO**

142. Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

**Senador ACIR GURGACZ**

Relator da Receita



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

### Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

#### ANEXO 1

#### RECEITAS PRIMÁRIAS BRUTAS E LÍQUIDAS 2010-1012

Discriminação	2010								2011								2012								
	Proposta		Lei		Acréscimo do Congresso		Realizado		Proposta		Lei		Acréscimo do Congresso		3ª Av. Bimestral 2011	4ª Av. Bimestral 2011	Proposta		Congresso 1a.Estimativa		Acréscimo do Congresso 1a.Estimativa				
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	
I. RECEITA TOTAL	853.606,1	25,66	873.894,9	26,28	20.288,80	0,62	921.054,9	25,28	967.626,1	24,86	990.474,8	25,22	22.848,7	0,36	972.436,0	23,66	997.449,4	24,27	1.097.340,8	24,18	1.127.322,6	25,00	29.981,8	0,81	
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	545.065,9	16,39	557.739,7	16,77	12.673,80	0,39	531.206,0	14,58	632.109,3	16,24	642.075,8	16,35	9.966,4	0,11	626.303,4	15,24	637.722,4	15,52	707.777,0	15,60	724.556,6	16,07	16.779,6	0,47	
I.1.1. Imposto de Importação	17.186,2	0,52	17.186,2	0,52	0,00	0,00	21.093,3	0,58	23.130,9	0,59	23.130,9	0,59	0,00	-0,01	25.888,3	0,63	26.062,3	0,63	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	3.377,2	0,08	
I.1.2. IPI	39.722,9	1,19	39.722,9	1,19	0,00	0,00	37.553,8	1,03	50.736,3	1,30	49.241,4	1,25	-1.494,9	-0,05	43.429,0	1,06	43.623,3	1,06	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	2.195,5	0,06	
I.1.3. Imposto sobre a Renda	207.738,3	6,24	207.738,3	6,25	0,00	0,00	194.672,4	5,34	243.020,4	6,24	243.020,4	6,19	0,00	-0,05	236.900,8	5,76	238.567,9	5,80	270.873,3	5,97	275.153,7	6,10	4.280,4	0,13	
I.1.4. IOF	21.122,6	0,63	27.596,4	0,83	6.473,80	0,19	26.576,1	0,73	28.939,3	0,74	31.950,7	0,81	3.011,3	0,07	32.769,9	0,80	32.760,3	0,80	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	1.185,5	0,03	
I.1.5. COFINS	145.866,3	4,38	152.066,3	4,57	6.200,00	0,19	141.232,3	3,88	157.117,7	4,04	157.967,7	4,02	850,00	-0,01	160.547,6	3,91	161.506,3	3,93	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	3.560,8	0,10	
I.1.6. PIS/PASEP	38.347,2	1,15	38.347,2	1,15	0,00	0,00	40.794,4	1,12	41.094,7	1,06	41.094,7	1,05	0,00	-0,01	42.353,1	1,03	42.816,2	1,04	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	1.704,5	0,04	
I.1.7. CSLL	56.225,8	1,69	56.225,8	1,69	0,00	0,00	46.370,3	1,27	54.461,3	1,40	62.061,3	1,58	7.600,00	0,18	53.322,1	1,30	60.065,2	1,46	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	-50,00	0,01	
I.1.8. CPMF/CCSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,6	0,00	68,8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.1.9. CIDE - Combustíveis	7.306,3	0,22	7.306,3	0,22	0,00	0,00	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	8.636,1	0,22	0,00	0,00	9.322,9	0,23	9.537,0	0,23	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	0,00	0,00	
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	11.550,3	0,35	11.550,3	0,35	0,00	0,00	15.130,6	0,42	24.972,4	0,64	24.972,4	0,64	0,00	-0,01	21.723,1	0,53	22.714,9	0,55	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	525,6	0,02	
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS	204.338,5	0,00	204.338,5	6,14	0,00	6,14	211.968,4	5,82	233.853,4	6,01	240.055,4	6,11	6.202,0	0,11	240.055,4	5,84	245.584,6	5,98	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08	7.772,5	0,21	
I.3. Outras Receitas	104.303,3	6,14	111.918,3	3,37	7.615,00	-2,78	177.979,1	4,88	101.781,6	2,61	108.461,8	2,76	6.680,3	0,15	106.294,0	2,59	114.359,3	2,78	123.399,7	2,72	128.829,4	2,86	5.429,7	0,14	
I.3.1. Concessões	1.797,7	3,14	1.812,7	0,05	15,00	-3,08	1.158,4	0,03	1.283,6	0,03	2.383,6	0,06	1.100,00	0,03	2.383,6	0,06	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	2.253,5	0,05	500,0	0,01	
I.3.2. Dividendos	16.117,0	0,05	16.117,0	0,48	0,00	0,43	22.414,5	0,62	17.563,9	0,45	17.563,9	0,45	0,00	0,00	15.169,5	0,37	17.169,5	0,42	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	0,00	0,00	
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	9.184,0	0,48	9.184,0	0,28	0,00	-0,21	8.573,9	0,24	9.736,6	0,25	9.736,6	0,25	0,00	0,00	9.550,6	0,23	9.466,9	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	0,00	0,00	
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	28.416,1	0,28	28.416,1	0,85	0,00	0,58	24.420,7	0,67	24.844,2	0,64	27.365,5	0,70	2.521,2	0,06	27.365,5	0,67	29.048,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	0,00	0,00	
I.3.5. Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	12.140,1	0,85	12.240,1	0,37	100,00	-0,49	12.687,9	0,35	12.283,4	0,32	12.291,4	0,31	8,00	0,00	12.476,4	0,30	14.083,1	0,34	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	1.772,3	0,04	
I.3.6. Salário-Educação	10.868,0	0,02	10.868,0	0,33	0,00	0,31	11.049,2	0,30	11.904,2	0,31	11.904,2	0,30	0,00	0,00	11.904,2	0,29	13.024,8	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	1.234,7	0,03	
I.3.7. Complemento do FGTS	2.253,3	0,33	2.253,3	0,07	0,00	-0,26	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	0,00	0,00	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	0,00	0,00	
I.3.8. Operações com Ativos	1.300,0	0,07	2.400,0	0,07	1.100,00	0,00	74.807,6	2,05	0,00	0,00	3.000,0	0,08	3.000,00	0,08	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	0,00	0,00	
I.3.9. Demais Receitas	22.227,1	0,04	28.627,1	0,86	6.400,00	0,82	20.343,5	0,56	21.326,7	0,55	21.377,7	0,54	51,00	0,00	21.605,2	0,53	23.343,8	0,57	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	1.922,7	0,05	
I.4. Incentivos Fiscais	-101,5	0,66	-101,5	0,00	0,00	-0,67	-98,6	0,00	-118,3	0,00	-118,3	0,00	0,00	0,00	-216,9	-0,01	-216,9	-0,01	-132,2	0,00	-132,2	0,00	0,00	0,00	
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	143.913,0	4,33	143.913,0	4,33	0,00	0,00	133.176,9	3,66	164.873,5	4,24	165.331,7	4,21	458,2	-0,03	161.957,2	3,94	165.756,4	4,03	185.665,9	4,09	189.999,0	4,21	4.333,1	0,12	
II.1. FPE/FPM/PI-EE	113.269,4	3,41	113.269,4	3,41	0,00	0,00	105.744,4	2,90	135.819,0	3,49	134.996,8	3,44	-822,2	-0,05	131.939,9	3,21	132.797,0	3,23	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	3.133,7	0,09	
II.2. Subsídio aos Fundos Constitucionais	4.228,4	0,13	4.228,4	0,13	0,00	0,00	3.068,5	0,08	3.591,4	0,09	3.598,0	0,09	6,7	0,00	3.282,5	0,08	3.769,2	0,09	5.166,2	0,11	5.365,9	0,12	199,7	0,01	
Repassse Total	7.419,6	0,22	7.419,6	0,22	0,00	0,00	6.836,6	0,19	8.807,9	0,23	8.763,0	0,22	-44,8	0,00	8.447,5	0,21	8.458,9	0,21	9.598,5	0,21	9.798,2	0,22	199,7	0,01	
Superávit Fundos	-3.191,2	-0,10	-3.191,2	0,00	0,00	-3.767,2	-0,10	-5.216,5	-0,13	-5.165,0	-0,13	51,50	0,00	-5.165,0	-0,13	-4.689,7	-0,11	-4.432,3	-0,10	-4.432,3	-0,10	0,00	0,00		
II.3. Salário Educação	6.520,8	0,20	6.520,8	0,00	0,00	6.553,7	0,18	7.142,5	0,18	7.142,5	0,18	0,00	0,00	7.019,7	0,17	7.923,6	0,19	8.591,2	0,19	9.591,0	0,21	999,7	0,02		
II.4. Compensações Financeiras	17.872,7	0,54	17.872,7	0,54	0,00	0,00	15.480,9	0,42	16.019,9	0,41	17.293,7	0,44	1.273,7	0,03	17.278,4	0,42	18.495,7	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	0,00	0,00	
II.5. Cide combustíveis	1.692,2	0,05	1.692,2	0,05	0,00	0,00	1.775,7	0,05	1.968,3	0,05	1.968,3	0,05	0,00	0,00	2.069,9	0,05	2.138,4	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	0,00	0,00	
II.6. Demais	329,6	0,01	329,6	0,01	0,00	0,00	553,7	0,02	332,4	0,01	332,4	0,01	0,00	0,00	366,9	0,01	632,5	0,02	682,4	0,02	682,4	0,02	0,00	0,00	
1.7 FPM adicional																						0	0,00	0	0,00
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	709.693,1	21,33	729.981,9	21,95	20.288,80	0,62	787.878,1	21,62	802.752,5	20,62	825.143,0	21,01	22.390,5	0,39	810.478,7	19,72	831.693,0	20,24	911.674,9	20,09	937.323,6	20,78	25.648,7	0,69	
<b>Memorando:</b>	SPE 15/07 - PIB 4,5%		SPE 12/11/09 - PIB 5,0%		SPE 05/01/11 - PIB 7,5%		SPE 21/09 - PIB 5,5%		SPE 05/01/11 - PIB 7,5%		SPE 07/07 - PIB 4,5%		SPE 09/09 - PIB 4,5%		SPE 07/07 - PIB 5,0%		FOCUS 26/09 - PIB 4,5%								
Produto Interno Bruto	3.326.525,0		3.325.465,5		3.643.547,6		3.892.476,3		3.927.061,1		4.109.431,9		4.109.863,2		4.537.476,5		<b>4.510.126,3</b>								

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
 Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 2  
 RECEITA PRIMÁRIAS BRUTAS E LÍQUIDAS, 2008-2012

Discriminação	2008		2009		2010				Previsão 2011				Previsão 2012					
	Realizado		Realizado		Lei		Realizado		Lei		3ª Av. Bimestral 2011		4ª Av. Bimestral 2011		Proposta Orçamentária		Congresso 1a. Reest.	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	717.442,2	23,88	740.627,8	23,25	873.894,9	26,28	921.054,9	25,28	990.474,8	25,22	972.436,0	23,66	997.449,4	24,27	1.097.340,8	24,18	1.127.322,6	25,00
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	466.337,0	15,52	456.139,3	14,32	557.739,7	16,77	531.206,0	14,58	642.075,8	16,35	626.303,4	15,24	637.722,4	15,52	707.777,0	15,60	724.556,6	16,07
I.1.1. Imposto de Importação	17.171,3	0,57	15.967,9	0,50	17.186,2	0,52	21.093,3	0,58	23.130,9	0,59	25.888,3	0,63	26.062,3	0,63	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75
I.1.2. IPI	37.361,1	1,24	28.086,4	0,88	39.722,9	1,19	37.553,8	1,03	49.241,4	1,25	43.429,0	1,06	43.623,3	1,06	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14
I.1.3. Imposto sobre a Renda	179.249,4	5,97	178.795,8	5,61	207.738,3	6,25	194.672,4	5,34	243.020,4	6,19	236.900,8	5,76	238.567,9	5,80	270.873,3	5,97	275.153,7	6,10
I.1.4. IOF	20.340,3	0,68	19.293,4	0,61	27.596,4	0,83	26.576,1	0,73	31.950,7	0,81	32.769,9	0,80	32.760,3	0,80	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87
I.1.5. COFINS	121.923,9	4,06	118.957,1	3,73	152.066,3	4,57	141.232,3	3,88	157.967,7	4,02	160.547,6	3,91	161.506,3	3,93	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94
I.1.6. PIS/PASEP	31.515,8	1,05	31.723,2	1,00	38.347,2	1,15	40.794,4	1,12	41.094,7	1,05	42.353,1	1,03	42.816,2	1,04	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06
I.1.7. CSLL	44.613,2	1,48	45.050,1	1,41	56.225,8	1,69	46.370,3	1,27	62.061,3	1,58	53.322,1	1,30	60.065,2	1,46	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41
I.1.8. CPMF/CSS	1.109,5	0,04	91,5	0,00	0,0	0,00	23,6	0,00	0,0	0,00	46,6	0,00	68,8	0,00	0,0	0,00	0,00	
I.1.9. CIDE - Combustíveis	5.944,0	0,20	4.914,5	0,15	7.306,3	0,22	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	9.322,9	0,23	9.537,0	0,23	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	7.108,6	0,24	13.259,4	0,42	11.550,3	0,35	15.130,6	0,42	24.972,4	0,64	21.723,1	0,53	22.714,9	0,55	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS	163.355,3	5,44	182.008,4	5,71	204.338,5	6,14	211.968,4	5,82	240.055,4	6,11	240.055,4	5,84	245.584,6	5,98	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08
I.3. Outras Receitas	87.750,9	2,92	102.534,9	3,22	111.918,3	3,37	177.979,1	4,88	108.461,8	2,76	106.294,0	2,59	114.359,3	2,78	123.999,7	2,72	128.829,4	2,86
I.3.1. Concessões	6.080,0	0,20	3.091,4	0,10	1.812,7	0,05	1.158,4	0,03	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05
I.3.2. Dividendos	13.363,8	0,44	26.683,0	0,84	16.117,0	0,48	22.414,5	0,62	17.563,9	0,45	15.169,5	0,37	17.169,5	0,42	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	6.627,5	0,22	7.558,6	0,24	9.184,0	0,28	8.573,9	0,24	9.736,6	0,25	9.550,6	0,23	9.466,9	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	25.031,7	0,83	19.412,0	0,61	28.416,1	0,85	24.420,7	0,67	27.365,5	0,70	27.365,5	0,67	29.048,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72
I.3.5. Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	10.283,1	0,34	11.137,8	0,35	12.240,1	0,37	12.687,9	0,35	12.291,4	0,31	12.476,4	0,30	14.083,1	0,34	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36
I.3.6. Salário-Educação	8.776,4	0,29	9.588,9	0,30	10.868,0	0,33	11.049,2	0,30	11.904,2	0,30	11.904,2	0,29	13.024,8	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34
I.3.7. Complemento do FGTS	1.837,7	0,06	2.502,9	0,08	2.253,3	0,07	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07
I.3.8. Operações com Ativos	0,0	0,00	0,0	0,00	2.400,0	0,07	74.807,6	2,05	3.000,0	0,08	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07
I.3.9. Demais Receitas	15.750,9	0,52	22.560,2	0,71	28.627,1	0,86	20.343,5	0,56	21.377,7	0,54	21.605,2	0,53	23.343,8	0,57	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57
I.4. Incentivos Fiscais	-1,1	0,00	-54,8	0,00	-101,5	0,00	-98,6	0,00	-118,3	0,00	-216,9	-0,01	-216,9	-0,01	-132,2	0,00	-132,2	0,00
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	127.464,0	4,24	119.900,0	3,76	143.913,0	4,33	133.176,9	3,66	165.331,7	4,21	161.957,2	3,94	165.756,4	4,03	185.665,9	4,09	189.999,0	4,21
II.1. FPE/FPM/PI-E	101.880,6	3,39	97.560,6	3,06	113.269,4	3,41	105.744,4	2,90	134.996,8	3,44	131.939,9	3,21	132.797,0	3,23	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35
II.2. Subsídio aos Fundos Constitucionais	2.778,9	0,09	3.053,9	0,10	4.228,4	0,13	3.068,5	0,08	3.598,0	0,09	3.282,5	0,08	3.769,2	0,09	5.166,2	0,11	5.365,9	0,12
Repasso Total	6.631,2	0,22	6.285,9	0,20	7.419,6	0,22	6.835,6	0,19	8.763,0	0,22	8.447,5	0,21	8.458,9	0,21	9.598,5	0,21	9.798,2	0,22
Superávit Fundos	-3.852,255	-0,13	-3.232,0	-0,10	-3.191,2	-0,10	-3.767,2	-0,10	-5.165,0	-0,13	-5.165,0	-0,13	-4.689,7	-0,11	-4.432,3	-0,10	-4.432,3	-0,10
II.3. Salário Educação	5.172,9	0,17	5.740,1	0,18	6.520,8	0,20	6.553,7	0,18	7.142,5	0,18	7.019,7	0,17	7.923,6	0,19	8.591,2	0,19	9.591,0	0,21
II.4. Compensações Financeiras	15.795,2	0,53	12.213,1	0,38	17.872,7	0,54	15.480,9	0,42	17.293,7	0,44	17.278,4	0,42	18.495,7	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46
II.5. Cide combustíveis	1.578,9	0,05	962,4	0,03	1.692,2	0,05	1.775,7	0,05	1.968,3	0,05	2.069,9	0,05	2.138,4	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05
II.6. Demais	257,4	0,01	369,9	0,01	329,6	0,01	553,7	0,02	332,4	0,01	366,9	0,01	632,5	0,02	682,4	0,02	682,4	0,02
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	589.978,2	19,63	620.727,8	19,49	729.981,9	21,95	787.878,1	21,62	825.143,0	21,01	810.478,7	19,72	831.693,0	20,24	911.674,9	20,09	937.323,6	20,78
Memorando																		
Produto Interno Bruto (R\$ milhões)	3.004.881,1		3.143.015,0		3.325.465,5		3.643.547,6		3.927.061,1		4.109.431,9		4.109.863,2		4.537.476,5		4.510.126,3	

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal, Ministério do Planejamento





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
 Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 3

RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2007-2012

RECEITAS	2007		2008		2009		2010		2011						2012			
	Realizado		Realizado		Realizado		Realizado		Lei		Reprogr/3a.aval		Reprogr/4a.aval		Proj Lei		Congresso 1a. Est.	
	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB
Imposto sobre Importação	12.216	0,46	17.171	0,57	15.968	0,51	21.093	0,58	23.131	0,59	25.888	0,63	26.062	0,63	30.591	0,67	33.968	0,75
Imposto sobre Exportação	63	0,00	37	0,00	66	0,00	44	0,00			42	0,00	39	0,00	46	0,00	46	0,00
Imposto sobre Produtos Industrializados	31.876	1,20	37.361	1,24	28.086	0,89	37.554	1,03	49.241	1,25	43.429	1,06	43.623	1,06	49.257	1,09	51.453	1,14
I.P.I. - Fumo	2.803	0,11	3.211	0,11	3.314	0,11	3.705	0,10	3.875	0,10	3.561	0,09	3.755	0,09	5.106	0,11	5.347	0,12
I.P.I. - Bebidas	2.589	0,10	2.489	0,08	2.304	0,07	2.430	0,07	2.845	0,07	2.807	0,07	2.886	0,07	3.033	0,07	3.076	0,07
I.P.I. - Automóveis	5.229	0,20	6.032	0,20	2.097	0,07	5.786	0,16	6.988	0,18	7.218	0,18	7.403	0,18	8.051	0,18	8.094	0,18
I.P.I. - Vinculado à Importação	7.692	0,29	10.351	0,34	8.384	0,27	11.259	0,31	11.858	0,30	13.294	0,32	13.263	0,32	15.802	0,35	17.787	0,39
I.P.I. - Outros	13.563	0,51	15.278	0,51	11.987	0,38	14.373	0,39	23.676	0,60	16.549	0,40	16.316	0,40	17.266	0,38	17.148	0,38
Imposto sobre a Renda	148.014	5,56	179.249	5,97	178.796	5,69	194.672	5,34	243.021	6,19	236.901	5,76	238.568	5,80	270.873	5,97	275.154	6,10
I.R. - Pessoa Física	13.710	0,52	15.048	0,50	14.808	0,47	17.309	0,48	20.746	0,53	21.941	0,53	22.343	0,54	25.195	0,56	25.644	0,57
I.R. - Pessoa Jurídica	67.798	2,55	81.414	2,71	81.084	2,58	84.874	2,33	106.011	2,70	102.489	2,49	102.444	2,49	116.655	2,57	116.097	2,57
I.R. - Retido na Fonte	66.506	2,50	82.787	2,76	82.903	2,64	92.489	2,54	116.263	2,96	112.471	2,74	113.781	2,77	129.023	2,84	133.413	2,96
I.R.R.F. - Trabalho	32.072	1,21	41.346	1,38	42.074	1,34	49.144	1,35	61.322	1,56	58.020	1,41	58.072	1,41	63.361	1,40	64.627	1,43
I.R.R.F. - Capital	21.488	0,81	25.585	0,85	23.432	0,75	25.169	0,69	33.455	0,85	34.195	0,83	34.527	0,84	43.051	0,95	43.051	0,95
I.R.R.F. - Remessas	7.908	0,30	9.932	0,33	10.917	0,35	11.594	0,32	13.656	0,35	12.821	0,31	13.679	0,33	14.032	0,31	17.192	0,38
I.R.R.F. - Outros	5.037	0,19	5.924	0,20	6.480	0,21	6.581	0,18	7.831	0,20	7.435	0,18	7.503	0,18	8.579	0,19	8.542	0,19
I.O.F. - Imposto s/ Operações Financeiras	7.855	0,30	20.340	0,68	19.293	0,61	26.576	0,73	31.951	0,81	32.770	0,80	32.760	0,80	37.998	0,84	39.183	0,87
I.T.R. - Imposto Territorial Rural	374	0,01	465	0,02	473	0,02	523	0,01	-	-	556	0,01	569	0,01	624	0,01	624	0,01
CPMF - Contrib. Movimentação Financeira	36.520	1,37	1.109	0,04	92	0,00	24	0,00	-	-	47	0,00	69	0,00	-	0,00	-	-
COFINS - Contribuição s/ Seguridade	103.196	3,88	121.924	4,06	118.957	3,78	141.232	3,88	157.968	4,02	160.548	3,91	161.506	3,93	174.057	3,84	177.618	3,94
Contribuição p/o PIS/PASEP	26.632	1,00	31.516	1,05	31.723	1,01	40.794	1,12	41.095	1,05	42.353	1,03	42.816	1,04	45.999	1,01	47.704	1,06
CSLL - Contrib. Soc. s/Lucro Líquido	34.471	1,30	44.613	1,48	45.050	1,43	46.370	1,27	62.061	1,58	53.322	1,30	60.065	1,46	63.424	1,40	63.374	1,41
CIDE - Combustíveis	7.943	0,30	5.944	0,20	4.915	0,16	7.759	0,21	8.636	0,22	9.323	0,23	9.537	0,23	9.836	0,22	9.836	0,22
Contribuição p/o FUNDAF	367	0,01	252	0,01	327	0,01	429	0,01	-	-	577	0,01	576	0,01	863	0,02	863	0,02
Outras Receitas Administradas	7.983	0,30	6.354	0,21	12.394	0,39	14.136	0,39	24.972	0,64	20.547	0,50	21.531	0,52	24.209	0,53	24.735	0,55
Rec Administr. RFB(exceto PrevSoc.)	417.509	15,69	466.337	15,52	456.139	14,51	531.206	14,58	642.075,7	16,35	626.303	15,24	637.722	15,52	707.777	15,60	724.557	16,07

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal

Memorando:

Produto Interno Bruto (R\$ milhões)	2.661.344	3.004.881	3.143.015	3.643.547,6	3.927.061,1	4.109.431,9	4.109.863,2	4.537.476,5	4.510.126,3
-------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

**ANEXO 4**  
**PREVISÃO DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2012 - CONGRESSO NACIONAL**  
(A PREÇOS CORRENTES)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECAD AÇÃO BASE - 2011 PLOA 2012	ARREC. BASE- 2011 4A. Aval.	ARRECAÇÃO O BASE CONGRESSO	AJUSTE DE BASE	BASE AJUSTADA CONGRESSO	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2012 Congresso	RECEITAS EXTRAOR DINÁRIAS	TOTAL	Receita
						PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]				Liquida de Restituição
												Congresso
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	26.153	26.103	26.103	(156)	25.947	1,1396	1,1371	0,9901	33.291	727	34.017	33.968
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	16	15	16	-	16	1,1332	1,0450	1,0000	19	0	19	46
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZ	46.857	47.022	47.022	(862)	46.161	-	-	-	54.216	1.294	55.510	51.453
I.P.I. - FUMO	3.581	3.754	3.754	-	3.754	1,0000	0,9451	1,4790	5.247	100	5.347	5.347
I.P.I. - BEBIDAS	2.725	2.765	2.765	-	2.765	1,0000	0,9712	1,0981	2.949	76	3.025	3.076
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	7.250	7.315	7.315	-	7.315	1,0139	1,0551	1,0000	7.825	200	8.025	8.094
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	13.382	13.284	13.511	30	13.541	1,1428	1,1372	0,9910	17.439	373	17.813	17.787
I.P.I. - OUTROS	19.918	19.905	19.905	(892)	19.013	1,0421	1,0472	1,0004	20.756	545	21.301	17.148
IMPOSTO SOBRE A RENDA	254.288	253.872	257.044	(2.180)	254.863	-	-	-	287.001	7.060	294.061	275.154
I.R. - PESSOA FÍSICA	22.031	22.408	22.408	-	22.408	1,0888	1,0223	1,0110	25.217	618	25.835	25.644
I.R. - PESSOA JURÍDICA	107.546	106.978	106.978	(305)	106.672	1,0619	1,0443	1,0023	118.568	2.975	121.544	116.097
I.R. - RETIDO NA FONTE	124.711	124.486	127.658	(1.875)	125.782	-	-	-	143.216	3.466	146.683	133.413
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	70.336	70.063	71.486	(623)	70.863	1,0886	1,0000	1,0114	78.025	1.968	79.993	64.627
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	33.623	33.571	33.602	(250)	33.352	1,0391	1,1708	1,0000	40.576	939	41.514	43.051
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES	13.193	13.324	15.041	(934)	14.107	1,1002	1,0538	1,0000	16.357	351	16.707	17.192
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	7.559	7.528	7.528	(68)	7.460	1,0596	1,0448	1,0000	8.259	209	8.468	8.542
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIR	32.717	32.661	33.753	(737)	33.015	1,0586	1,0450	1,0447	38.156	917	39.073	39.183
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	565	570	570	-	570	1,0781	1,0000	1,0000	615	16	630	624
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCE	58	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOC	159.277	160.599	162.635	(572)	162.062	1,0593	1,0449	0,9686	173.754	4.461	178.215	177.618
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	42.298	42.851	43.894	(322)	43.573	1,0593	1,0449	0,9704	46.800	1.183	47.983	47.704
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍ	59.318	59.293	59.293	(4.104)	55.189	1,0610	1,0444	1,0000	61.160	1.477	62.637	63.374
CIDE - COMBUSTÍVEIS	9.271	9.513	9.513	(85)	9.428	1,0000	1,0421	1,0000	9.575	261	9.836	9.836
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	579	576	576	126	702	1,0586	1,0450	1,0864	847	16	863	863
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	20.715	21.953	21.953	1.032	22.985	-	-	-	24.653	586	25.240	24.735
RECEITAS DE LOTERIAS	3.388	3.445	3.445	550	3.995	1,0583	1,0000	1,0000	4.228	97	4.325	4.246
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	1.303	1.308	1.308	-	1.308	1,0193	1,0450	1,0044	1.400	36	1.436	1.477
DEMAIS	16.024	17.199	16.499	482	16.982	1,0583	1,0450	1,0131	19.026	454	19.479	19.012
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>652.111</b>	<b>655.119</b>	<b>662.356</b>	<b>(7.861)</b>	<b>654.495</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>730.068</b>	<b>17.999</b>	<b>748.066</b>	<b>724.557</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

## ANEXO 5

### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR NATUREZA DA RECEITA E FONTES DE RECURSOS

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>11110101 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>30.501.494.835</b>	<b>3.377.245.792</b>	<b>33.878.740.627</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.011.225.769	2.769.341.550	27.780.567.319
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.490.269.066	607.904.242	6.098.173.308
<b>11110102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>3.998.285</b>	-	<b>3.998.285</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.278.596	-	3.278.596
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	719.689	-	719.689
<b>11110201 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>45.303.641</b>	-	<b>45.303.641</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.148.989	-	37.148.989
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.154.652	-	8.154.652
<b>11110202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>506.005</b>	-	<b>506.005</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	414.928	-	414.928
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91.077	-	91.077
<b>11120101 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS</b>	<b>426.840.484</b>	-	<b>426.840.484</b>
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	426.840.484	-	426.840.484
<b>11120102 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS</b>	<b>117.628.893</b>	-	<b>117.628.893</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.227.848	-	48.227.848
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	58.814.449	-	58.814.449
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.586.596	-	10.586.596
<b>11120410 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA</b>	<b>23.486.214.185</b>	<b>448.316.074</b>	<b>23.934.530.259</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.887.696.182	188.741.067	10.076.437.249
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	11.273.382.801	215.191.716	11.488.574.517
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.325.135.202	44.383.291	2.369.518.493
<b>11120411 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICA</b>	<b>29.506.790</b>	-	<b>29.506.790</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.422.367	-	12.422.367
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	14.163.255	-	14.163.255
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.921.168	-	2.921.168
<b>11120421 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA-LÍQUIDA DE INCENTIVOS</b>	<b>113.730.092.653</b>	<b>-557.683.026</b>	<b>113.172.409.627</b>



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	47.880.369.016	-234.784.554	47.645.584.462
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	54.590.444.467	-267.687.852	54.322.756.615
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.259.279.170	-55.210.620	11.204.068.550
<b>11120422 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA JURÍDICA</b>	<b>383.490.049</b>	-	<b>383.490.049</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	161.449.321	-	161.449.321
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	184.075.215	-	184.075.215
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	37.965.513	-	37.965.513
<b>11120431 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-TRABALHO</b>	<b>63.360.870.923</b>	<b>1.266.518.980</b>	<b>64.627.389.903</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.674.926.669	533.204.491	27.208.131.160
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	30.413.218.036	607.929.110	31.021.147.146
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.272.726.218	125.385.379	6.398.111.597
<b>11120432 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-CAPITAL</b>	<b>43.050.910.683</b>	-	<b>43.050.910.683</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.124.433.406	-	18.124.433.406
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	20.664.437.124	-	20.664.437.124
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.262.040.153	-	4.262.040.153
<b>11120433 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-REMESSA AO EXTERIOR</b>	<b>14.032.291.514</b>	<b>3.159.909.027</b>	<b>17.192.200.541</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.907.594.735	1.330.321.702	7.237.916.437
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.735.499.922	1.516.756.332	8.252.256.254
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.389.196.857	312.830.993	1.702.027.850
<b>11120434 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-OUTROS RENDIMENTOS</b>	<b>7.902.812.402</b>	<b>-36.652.336</b>	<b>7.866.160.066</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.327.084.029	-15.430.633	3.311.653.396
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.793.349.947	-17.593.122	3.775.756.825
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	782.378.426	-3.628.581	778.749.845
<b>11120435 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE</b>	<b>74.272.327</b>	-	<b>74.272.327</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	31.268.660	-	31.268.660
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	35.650.709	-	35.650.709
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.352.958	-	7.352.958
<b>11130101 - PRODUTOS DO FUMO</b>	<b>5.105.656.697</b>	<b>241.611.087</b>	<b>5.347.267.784</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.730.817.625	81.906.159	1.812.723.784
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.961.280.883	140.134.430	3.101.415.313
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	413.558.189	19.570.498	433.128.687



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>11130102 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-BEBIDAS</b>	<b>3.032.956.782</b>	<b>42.861.862</b>	<b>3.075.818.644</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.028.172.354	14.530.171	1.042.702.525
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.759.114.929	24.859.880	1.783.974.809
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	245.669.499	3.471.811	249.141.310
<b>11130103 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-AUTOMÓVEIS</b>	<b>8.050.598.267</b>	<b>43.885.137</b>	<b>8.094.483.404</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.729.152.818	14.877.061	2.744.029.879
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.669.346.993	25.453.380	4.694.800.373
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	652.098.456	3.554.696	655.653.152
<b>11130104 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS- VINCULADO À IMPORTAÇÃO</b>	<b>15.802.435.093</b>	<b>1.984.620.579</b>	<b>17.787.055.672</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.357.025.501	672.786.377	6.029.811.878
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.165.412.352	1.151.079.935	10.316.492.287
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.279.997.240	160.754.267	1.440.751.507
<b>11130109 - OUTROS PRODUTOS</b>	<b>16.744.747.011</b>	<b>-117.456.020</b>	<b>16.627.290.991</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.676.469.242	-39.817.591	5.636.651.651
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.711.953.266	-68.124.491	9.643.828.775
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.356.324.503	-9.513.938	1.346.810.565
<b>11130110 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>101.856.517</b>	<b>-</b>	<b>101.856.517</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.529.365	-	34.529.365
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	59.076.776	-	59.076.776
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.250.376	-	8.250.376
<b>11130301 - IOF - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO</b>	<b>8.520.772</b>	<b>-</b>	<b>8.520.772</b>
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	8.520.772	-	8.520.772
<b>11130309 - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES</b>	<b>37.899.381.150</b>	<b>1.185.457.532</b>	<b>39.084.838.682</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	31.077.492.547	972.075.176	32.049.567.723
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.821.888.603	213.382.356	7.035.270.959
<b>11130310 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMP. SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU RELAT. A TÍTULO OU VAL. MOBIL.</b>	<b>11.312.912</b>	<b>-</b>	<b>11.312.912</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.276.592	-	9.276.592
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.036.320	-	2.036.320
<b>11210201 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO - INSTALAÇÃO</b>	<b>1.205.754.995</b>	<b>244.142.673</b>	<b>1.449.897.668</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.205.754.995	244.142.673	1.449.897.668
<b>11210202 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - FUNCIONAMENTO</b>	<b>2.865.551.699</b>	<b>719.895.415</b>	<b>3.585.447.114</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.865.551.699	719.895.415	3.585.447.114
<b>11210300 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	<b>23.174.754</b>	-	<b>23.174.754</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	23.174.754	-	23.174.754
<b>11210401 - TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SEGURANÇA PRIVADA</b>	<b>47.612.868</b>	-	<b>47.612.868</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	47.612.868	-	47.612.868
<b>11210402 - TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SISTEMA NACIONAL DE ARMAS</b>	<b>6.864.600</b>	-	<b>6.864.600</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.864.600	-	6.864.600
<b>11210500 - TAXAS DE MIGRAÇÃO</b>	<b>536.280.400</b>	-	<b>536.280.400</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	536.280.400	-	536.280.400
<b>11211000 - TAXA DE LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS NUCLEARES E RADIOATIVOS E SUAS INSTALAÇÕES</b>	<b>6.285.894</b>	-	<b>6.285.894</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.285.894	-	6.285.894
<b>11211100 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - TAFIC</b>	<b>41.378.279</b>	-	<b>41.378.279</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	41.378.279	-	41.378.279
<b>11211300 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO</b>	<b>18.000.000</b>	-	<b>18.000.000</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	18.000.000	-	18.000.000
<b>11211400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>230.255.882</b>	-	<b>230.255.882</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	230.255.882	-	230.255.882
<b>11211500 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA</b>	<b>124.242.151</b>	-	<b>124.242.151</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	124.242.151	-	124.242.151
<b>11211600 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>459.905.828</b>	-	<b>459.905.828</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	459.905.828	-	459.905.828



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>11211700 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	<b>359.234.350</b>	-	<b>359.234.350</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	359.234.350	-	359.234.350
<b>11212001 - TAXA POR PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>75.991.224</b>	-	<b>75.991.224</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	75.991.224	-	75.991.224
<b>11212002 - TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO</b>	<b>3.208.610</b>	-	<b>3.208.610</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.208.610	-	3.208.610
<b>11212003 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE PRODUTOS</b>	<b>5.178.637</b>	-	<b>5.178.637</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.178.637	-	5.178.637
<b>11212004 - TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA</b>	<b>114.021</b>	-	<b>114.021</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	114.021	-	114.021
<b>11212005 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE OPERADORA</b>	<b>316.296</b>	-	<b>316.296</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	316.296	-	316.296
<b>11212006 - TAXA POR PEDIDO DE REAJUSTE DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA</b>	<b>634.021</b>	-	<b>634.021</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	634.021	-	634.021
<b>11212100 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>220.195.497</b>	-	<b>220.195.497</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	220.195.497	-	220.195.497
<b>11212200 - TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>508.205.687</b>	-	<b>508.205.687</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	508.205.687	-	508.205.687
<b>11212400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS E SORTEIOS</b>	<b>3.879.069</b>	-	<b>3.879.069</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.879.069	-	3.879.069
<b>11220100 - EMOLUMENTOS CONSULARES</b>	<b>194.040.000</b>	-	<b>194.040.000</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	194.040.000	-	194.040.000
<b>11220200 - TAXA PEDIDO VISTO CONTRATO DE TRABALHO ESTRANGEIRO - MTE</b>	<b>1.194.205</b>	-	<b>1.194.205</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	1.194.205	-	1.194.205
<b>11220300 - TAXA DE UTILIZ. DO SIST. ELETRÔNICO DE CONT. DE ARREC. DO ADIC. AO FRETE P/ A REN. DA MARINHA MERC. - MERCANTE</b>	<b>25.485.467</b>	-	<b>25.485.467</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	25.485.467	-	25.485.467
<b>11220400 - TAXAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR</b>	<b>30.649.144</b>	-	<b>30.649.144</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	30.649.144	-	30.649.144
<b>11220600 - TAXA JUDICIARIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>664.239</b>	-	<b>664.239</b>
127 - CUSTAS JUDICIAIS	664.239	-	664.239
<b>11220700 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>16.632.796</b>	-	<b>16.632.796</b>
127 - CUSTAS JUDICIAIS	16.632.796	-	16.632.796
<b>11220800 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS</b>	<b>466.444.684</b>	-	<b>466.444.684</b>
127 - CUSTAS JUDICIAIS	466.444.684	-	466.444.684
<b>11221100 - TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX</b>	<b>247.266.210</b>	-	<b>247.266.210</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	247.266.210	-	247.266.210
<b>11221201 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DE APRECIÇÃO DE ATOS E CONTRATOS</b>	<b>36.527.416</b>	-	<b>36.527.416</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	36.527.416	-	36.527.416
<b>11221500 - TAXA MILITAR</b>	<b>2.982.511</b>	-	<b>2.982.511</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	2.982.511	-	2.982.511
<b>11221900 - TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS</b>	<b>4.483.187</b>	-	<b>4.483.187</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	4.483.187	-	4.483.187
<b>11222100 - TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS</b>	<b>9.470.360</b>	-	<b>9.470.360</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	9.470.360	-	9.470.360
<b>11222200 - TAXA DE SERVIÇOS AQUÍCOLAS</b>	<b>14.108.928</b>	-	<b>14.108.928</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	14.108.928	-	14.108.928





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>11229900 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>26.833.560</b>	-	<b>26.833.560</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	26.833.560	-	26.833.560
<b>12100101 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>169.714.384.759</b>	<b>3.560.833.722</b>	<b>173.275.218.481</b>
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	135.771.507.811	2.848.666.978	138.620.174.789
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	33.942.876.948	712.166.744	34.655.043.692
<b>12100102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>1.080.365.071</b>	-	<b>1.080.365.071</b>
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	864.292.059	-	864.292.059
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	216.073.012	-	216.073.012
<b>12100200 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO</b>	<b>14.318.735.156</b>	<b>1.234.732.902</b>	<b>15.553.468.058</b>
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	14.318.735.156	1.234.732.902	15.553.468.058
<b>12100400 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL</b>	<b>265.558.216</b>	-	<b>265.558.216</b>
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	212.446.577	-	212.446.577
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	53.111.639	-	53.111.639
<b>12100500 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIÁRIO</b>	<b>117.054.960</b>	-	<b>117.054.960</b>
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	93.643.968	-	93.643.968
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.410.992	-	23.410.992
<b>12100600 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO</b>	<b>99.741.482</b>	-	<b>99.741.482</b>
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	79.793.190	-	79.793.190
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.948.292	-	19.948.292
<b>12100900 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS</b>	<b>1.425.946</b>	-	<b>1.425.946</b>
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.140.759	-	1.140.759
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	285.187	-	285.187
<b>12101500 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES</b>	<b>1.976.539.536</b>	<b>458.789.536</b>	<b>2.435.329.072</b>
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.581.231.636	367.031.629	1.948.263.265
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	395.307.900	91.757.907	487.065.807
<b>12101700 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>410.103</b>	-	<b>410.103</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	328.082	-	328.082



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	82.021	-	82.021
<b>12101801 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA FEDERAL</b>	<b>85.759.202</b>	-	<b>85.759.202</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	68.607.361	-	68.607.361
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.151.841	-	17.151.841
<b>12101802 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS ESPORTIVAS</b>	<b>57.520.581</b>	-	<b>57.520.581</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	46.016.463	-	46.016.463
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.504.118	-	11.504.118
<b>12101804 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS DE NÚMEROS</b>	<b>3.781.565.452</b>	-	<b>3.781.565.452</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.025.252.358	-	3.025.252.358
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	756.313.094	-	756.313.094
<b>12101805 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA INSTANTÂNEA</b>	<b>71.263.936</b>	-	<b>71.263.936</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	57.011.150	-	57.011.150
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.252.786	-	14.252.786
<b>12101806 - PRÊMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS.</b>	<b>213.513.262</b>	-	<b>213.513.262</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	170.810.614	-	170.810.614
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	42.702.648	-	42.702.648
<b>12101808 - CONTRIBUIÇÃO RECEITA DE CONCURSO DE PROGNÓSTICO ESPECÍFICO DESTINADO AO DESENV. DO FUTEBOL</b>	<b>27.362.919</b>	-	<b>27.362.919</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	21.890.333	-	21.890.333
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.472.586	-	5.472.586
<b>12101809 - OUTROS PRÊMIOS PRESCRITOS</b>	<b>8.710.682</b>	-	<b>8.710.682</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	6.968.550	-	6.968.550
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.742.132	-	1.742.132
<b>12102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>61.170.706</b>	-	<b>61.170.706</b>
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	61.170.706	-	61.170.706
<b>12102907 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>7.459.484.536</b>	-	<b>7.459.484.536</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	7.459.484.536	-	7.459.484.536



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>12102909 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>1.813.116.358</b>	-	<b>1.813.116.358</b>
PÚBLICO	1.813.116.358	-	1.813.116.358
<b>12102911 - CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>590.019.464</b>	-	<b>590.019.464</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	590.019.464	-	590.019.464
<b>12102917 - CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL - SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>297.007.046</b>	-	<b>297.007.046</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	297.007.046	-	297.007.046
<b>12102918 - CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO CIVIL - SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>125.351.787</b>	-	<b>125.351.787</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	125.351.787	-	125.351.787
<b>12102919 - CONTR. SERVIDOR PENSIONISTA - SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>10.179.039</b>	-	<b>10.179.039</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	10.179.039	-	10.179.039
<b>12103001 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL</b>	<b>4.527.865.627</b>	-	<b>4.527.865.627</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.527.865.627	-	4.527.865.627
<b>12103002 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>52.553.820.173</b>	<b>2.704.000.414</b>	<b>55.257.820.587</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	52.553.820.173	2.704.000.414	55.257.820.587
<b>12103003 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>98.508.828.960</b>	<b>5.068.478.626</b>	<b>103.577.307.586</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	98.508.828.960	5.068.478.626	103.577.307.586
<b>12103004 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES</b>	<b>23.011.670.815</b>	-	<b>23.011.670.815</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	23.011.670.815	-	23.011.670.815
<b>12103005 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>101.720.866</b>	-	<b>101.720.866</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	101.720.866	-	101.720.866
<b>12103006 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL</b>	<b>3.177.303.939</b>	-	<b>3.177.303.939</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.177.303.939	-	3.177.303.939
<b>12103007 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>4.647.233.769</b>	-	<b>4.647.233.769</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.647.233.769	-	4.647.233.769
<b>12103008 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>15.776.064.989</b>	-	<b>15.776.064.989</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.776.064.989	-	15.776.064.989
<b>12103009 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA</b>	<b>6.417.625.804</b>	-	<b>6.417.625.804</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.417.625.804	-	6.417.625.804
<b>12103011 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO</b>	<b>5.852</b>	-	<b>5.852</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.852	-	5.852
<b>12103012 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO</b>	<b>1.017.858.072</b>	-	<b>1.017.858.072</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.017.858.072	-	1.017.858.072
<b>12103013 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>8.236.765</b>	-	<b>8.236.765</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.236.765	-	8.236.765
<b>12103014 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO</b>	<b>2.741.386.284</b>	-	<b>2.741.386.284</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.741.386.284	-	2.741.386.284
<b>12103015 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>22.306.085.887</b>	-	<b>22.306.085.887</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	22.306.085.887	-	22.306.085.887
<b>12103016 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>2.388.337.381</b>	-	<b>2.388.337.381</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.388.337.381	-	2.388.337.381
<b>12103017 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUBROGAÇÃO</b>	<b>21.575.115.056</b>	-	<b>21.575.115.056</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.575.115.056	-	21.575.115.056
<b>12103018 - ARRECADAÇÃO FIES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>550.921.019</b>	-	<b>550.921.019</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	550.921.019	-	550.921.019
<b>12103021 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDICIAIS</b>	<b>1.488.490.656</b>	-	<b>1.488.490.656</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.488.490.656	-	1.488.490.656



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>12103023 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES E TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>1.820.142.059</b>	-	<b>1.820.142.059</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.820.142.059	-	1.820.142.059
<b>12103099 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>46.940.481</b>	-	<b>46.940.481</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	46.940.481	-	46.940.481
<b>12103101 - CONTR FUNDO DE SAUDE DA POLLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>11.938.061</b>	-	<b>11.938.061</b>
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	9.550.454	-	9.550.454
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.387.607	-	2.387.607
<b>12103102 - CONTR FUNDO DE SAUDE CORPO BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>8.495.419</b>	-	<b>8.495.419</b>
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	6.796.341	-	6.796.341
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.699.078	-	1.699.078
<b>12103201 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL</b>	<b>233.770.942</b>	-	<b>233.770.942</b>
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	187.016.756	-	187.016.756
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	46.754.186	-	46.754.186
<b>12103203 - ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>911.599.270</b>	<b>192.618.650</b>	<b>1.104.217.920</b>
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	729.279.419	154.094.920	883.374.339
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	182.319.851	38.523.730	220.843.581
<b>12103701 - RECEITAS DOS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO</b>	<b>44.465.205.965</b>	<b>1.704.515.719</b>	<b>46.169.721.684</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	35.572.164.775	1.363.612.575	36.935.777.350
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.893.041.190	340.903.144	9.233.944.334
<b>12103702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIB. P/ PROGRAMA DE INTEG. SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO</b>	<b>219.291.770</b>	-	<b>219.291.770</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	175.433.418	-	175.433.418
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.858.352	-	43.858.352
<b>12103801 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>61.453.279.554</b>	<b>-49.955.800</b>	<b>61.403.323.754</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	49.162.623.647	-39.964.640	49.122.659.007
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.290.655.907	-9.991.160	12.280.664.747
<b>12103802 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>202.065.599</b>	-	<b>202.065.599</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	161.652.483	-	161.652.483



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	40.413.116	-	40.413.116
<b>12104700 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA</b>	<b>2.823.008.401</b>	-	<b>2.823.008.401</b>
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.258.406.725	-	2.258.406.725
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	564.601.676	-	564.601.676
<b>12104800 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR</b>	<b>80.137.689</b>	-	<b>80.137.689</b>
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	64.110.154	-	64.110.154
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.027.535	-	16.027.535
<b>12200100 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN</b>	<b>28.801.704</b>	-	<b>28.801.704</b>
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	23.041.366	-	23.041.366
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.760.338	-	5.760.338
<b>12200200 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROG. DE REDIST. DE TERRAS E DE ESTÍMULO A AGROIND. DO NORTE E DO NORD. - PROTERRA</b>	<b>19.201.135</b>	-	<b>19.201.135</b>
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	15.360.913	-	15.360.913
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.840.222	-	3.840.222
<b>12200301 - SELO ESPECIAL DE CONTROLE</b>	<b>521.564.784</b>	-	<b>521.564.784</b>
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	417.251.831	-	417.251.831
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	104.312.953	-	104.312.953
<b>12200302 - LOJAS FRANCAS, ENTREPOSTOS ADUANEIROS E DEPOSITOS ALFANDEGADOS</b>	<b>234.919.770</b>	-	<b>234.919.770</b>
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	187.935.820	-	187.935.820
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	46.983.950	-	46.983.950
<b>12200500 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS</b>	<b>752.640</b>	-	<b>752.640</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	602.115	-	602.115
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	150.525	-	150.525
<b>12200601 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - REMESSAS</b>	<b>1.494.000</b>	-	<b>1.494.000</b>
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	1.195.205	-	1.195.205
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	298.795	-	298.795
<b>12200602 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - TÍTULOS</b>	<b>55.968.887</b>	-	<b>55.968.887</b>
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	44.775.114	-	44.775.114



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.193.773	-	11.193.773
<b>12201800 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE</b>	<b>2.732.578.581</b>	-	<b>2.732.578.581</b>
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.186.062.864	-	2.186.062.864
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	546.515.717	-	546.515.717
<b>12202400 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>1.113.829.236</b>	-	<b>1.113.829.236</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	891.063.390	-	891.063.390
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	222.765.846	-	222.765.846
<b>12202500 - CONTRIBUIÇÃO PELA LICENÇA DE USO, AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA</b>	<b>1.477.020.111</b>	-	<b>1.477.020.111</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.181.616.093	-	1.181.616.093
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	295.404.018	-	295.404.018
<b>12202601 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>1.003.069.579</b>	-	<b>1.003.069.579</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	802.455.666	-	802.455.666
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	200.613.913	-	200.613.913
<b>12202602 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>548.483.741</b>	-	<b>548.483.741</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	438.786.995	-	438.786.995
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	109.696.746	-	109.696.746
<b>12202801 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL CARBURANT</b>	<b>555.620.716</b>	-	<b>555.620.716</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	444.496.576	-	444.496.576
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	111.124.140	-	111.124.140
<b>12202802 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL CARB</b>	<b>9.277.003.693</b>	-	<b>9.277.003.693</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	7.421.602.957	-	7.421.602.957
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.855.400.736	-	1.855.400.736
<b>12202803 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIB. RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COM. DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL</b>	<b>1.940.191</b>	-	<b>1.940.191</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	1.552.155	-	1.552.155
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	388.036	-	388.036
<b>12204101 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PRINCIPAL</b>	<b>21.451.404</b>	-	<b>21.451.404</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	17.161.126	-	17.161.126



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.290.278	-	4.290.278
<b>12204103 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - RESIDUAL</b>	<b>3.139.721</b>	-	<b>3.139.721</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.511.780	-	2.511.780
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	627.941	-	627.941
<b>12204104 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>2.436.017</b>	-	<b>2.436.017</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.948.817	-	1.948.817
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	487.200	-	487.200
<b>12204201 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PRINCIPAL</b>	<b>74.065.174</b>	-	<b>74.065.174</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	59.252.142	-	59.252.142
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.813.032	-	14.813.032
<b>12204202 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - EXCEDENTE</b>	<b>130.789</b>	-	<b>130.789</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	104.635	-	104.635
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.154	-	26.154
<b>12204203 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - RESIDUAL</b>	<b>1.107.316</b>	-	<b>1.107.316</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	885.855	-	885.855
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	221.461	-	221.461
<b>12204204 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PARCELAMENTO DE D</b>	<b>37.434.400</b>	-	<b>37.434.400</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	29.947.524	-	29.947.524
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.486.876	-	7.486.876
<b>12209901 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS - PRINCIPAL</b>	<b>10.694</b>	-	<b>10.694</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.694	-	10.694
<b>13110000 - ALUGUÉIS</b>	<b>110.565.148</b>	-	<b>110.565.148</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.977.187	-	5.977.187
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.372.804	-	5.372.804
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	99.215.157	-	99.215.157
<b>13120000 - ARRENDAMENTOS</b>	<b>173.288.131</b>	-	<b>173.288.131</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.565.087	-	39.565.087





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.507.948	-	1.507.948
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	53.005.092	-	53.005.092
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	79.210.004	-	79.210.004
<b>13130000 - FOROS</b>	<b>81.822.943</b>	-	<b>81.822.943</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	81.822.943	-	81.822.943
<b>13140000 - LAUDÊMIOS</b>	<b>306.687.410</b>	-	<b>306.687.410</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	306.687.410	-	306.687.410
<b>13151000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE TERRENOS DA UNIÃO</b>	<b>16.316</b>	-	<b>16.316</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.936	-	15.936
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	380	-	380
<b>13152000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS E PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS</b>	<b>88.285.324</b>	-	<b>88.285.324</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.867.895	-	1.867.895
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	86.417.429	-	86.417.429
<b>13153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS</b>	<b>223.049.249</b>	-	<b>223.049.249</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	156.310.228	-	156.310.228
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.973.058	-	6.973.058
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	59.765.963	-	59.765.963
<b>13190000 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS</b>	<b>89.632.691</b>	-	<b>89.632.691</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	89.628.271	-	89.628.271
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.420	-	4.420
<b>13210000 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA</b>	<b>711.053.949</b>	-	<b>711.053.949</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	708.264.820	-	708.264.820
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.789.129	-	2.789.129
<b>13220000 - DIVIDENDOS</b>	<b>20.418.830.231</b>	-	<b>20.418.830.231</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	354.238.220	-	354.238.220
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	20.062.868.593	-	20.062.868.593
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.723.418	-	1.723.418
<b>13230000 - PARTICIPAÇÕES</b>	<b>8.169.769</b>	-	<b>8.169.769</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	8.169.769	-	8.169.769
<b>13250000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>7.963.811.485</b>	-	<b>7.963.811.485</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	6.359.440.336	-	6.359.440.336
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.456.067.517	-	1.456.067.517
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	148.303.632	-	148.303.632
<b>13260000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS</b>	<b>2.002.770.000</b>	-	<b>2.002.770.000</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.002.770.000	-	2.002.770.000
<b>13270000 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS</b>	<b>196.700.210</b>	-	<b>196.700.210</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	196.700.210	-	196.700.210
<b>13310101 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIO</b>	<b>27.527.636</b>	-	<b>27.527.636</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	27.527.636	-	27.527.636
<b>13310201 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO</b>	<b>1.048.199.624</b>	-	<b>1.048.199.624</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.048.199.624	-	1.048.199.624
<b>13310203 - RECEITA DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA</b>	<b>84.359.450</b>	-	<b>84.359.450</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	84.359.450	-	84.359.450
<b>13310204 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO , DE PERMISSÃO OU DE AUTORIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO</b>	<b>328.263</b>	-	<b>328.263</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	328.263	-	328.263
<b>13310205 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO, DE PERMISSÃO OU AUTORIZ. DE RODOV. OU OBRAS RODOVIÁRIAS FEDERAIS</b>	<b>985.002</b>	-	<b>985.002</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	985.002	-	985.002
<b>13310206 - RECEITA DE OUTORGA PARA A UTILIZAÇÃO DE POSIÇÕES ORBITAIS</b>	<b>385.452</b>	-	<b>385.452</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	385.452	-	385.452
<b>13310299 - OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>9.771.496</b>	-	<b>9.771.496</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.374.321	-	5.374.321
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	4.397.175	-	4.397.175
<b>13320101 - BÔNUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO</b>	<b>0</b>	<b>500.000.000</b>	<b>500.000.000</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0	500.000.000	500.000.000
<b>13320102 - PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO</b>	<b>182.232.060</b>	-	<b>182.232.060</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	182.232.060	-	182.232.060
<b>13320200 - RECEITA DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>65.744.824</b>	-	<b>65.744.824</b>
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	65.744.824	-	65.744.824
<b>13320300 - RECEITA DE OUTORGA DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL</b>	<b>146.562.417</b>	-	<b>146.562.417</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	146.562.417	-	146.562.417
<b>13320402 - RECEITA DE CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DEMAIS VALORES</b>	<b>6.069.322</b>	-	<b>6.069.322</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.069.322	-	6.069.322
<b>13320405 - RECEITA DE CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSÃO FLORESTAL</b>	<b>1.608.467</b>	-	<b>1.608.467</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.608.467	-	1.608.467
<b>13330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA</b>	<b>3.273.075</b>	-	<b>3.273.075</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.415.858	-	1.415.858
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.857.217	-	1.857.217
<b>13400100 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU</b>	<b>386.991.335</b>	-	<b>386.991.335</b>
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	386.991.335	-	386.991.335
<b>13400200 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DEMAIS EMPRESAS</b>	<b>1.704.256.271</b>	-	<b>1.704.256.271</b>
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.514.913.399	-	1.514.913.399
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	189.342.872	-	189.342.872
<b>13400300 - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS</b>	<b>2.010.842.921</b>	-	<b>2.010.842.921</b>
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.010.842.921	-	2.010.842.921
<b>13400400 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM TERRA</b>	<b>663.974.593</b>	-	<b>663.974.593</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	663.974.593	-	663.974.593
<b>13400500 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA</b>	<b>6.192.315.681</b>	-	<b>6.192.315.681</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	6.192.315.681	-	6.192.315.681
<b>13400600 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM TERRA</b>	<b>598.683.740</b>	-	<b>598.683.740</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	598.683.740	-	598.683.740
<b>13400700 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA</b>	<b>6.104.730.146</b>	-	<b>6.104.730.146</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	6.104.730.146	-	6.104.730.146
<b>13400800 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL</b>	<b>13.642.470.515</b>	-	<b>13.642.470.515</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	13.642.470.515	-	13.642.470.515
<b>13401002 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NAS ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS - EM PLATAFORMA</b>	<b>291.046.205</b>	-	<b>291.046.205</b>
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	58.209.241	-	58.209.241
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	232.836.964	-	232.836.964
<b>13401004 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NAS ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS - EM</b>	<b>285.318.106</b>	-	<b>285.318.106</b>
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	114.127.242	-	114.127.242
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	171.190.864	-	171.190.864
<b>13401005 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NAS ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS</b>	<b>682.305.580</b>	-	<b>682.305.580</b>
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	341.152.789	-	341.152.789
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	341.152.791	-	341.152.791
<b>13610100 - RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL</b>	<b>110.000.000</b>	-	<b>110.000.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	110.000.000	-	110.000.000
<b>13610200 - RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS</b>	<b>75.120.000</b>	-	<b>75.120.000</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	75.120.000	-	75.120.000
<b>13900000 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	<b>281.057.525</b>	-	<b>281.057.525</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	280.604.259	-	280.604.259
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	453.266	-	453.266
<b>14100000 - RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL</b>	<b>15.655.421</b>	-	<b>15.655.421</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	506.533	-	506.533



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.148.888	-	15.148.888
<b>14200000 - RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS</b>	<b>10.609.182</b>	-	<b>10.609.182</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	313.107	-	313.107
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.296.075	-	10.296.075
<b>14900000 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS</b>	<b>52.840</b>	-	<b>52.840</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	52.840	-	52.840
<b>15201200 - RECEITA DA INDÚSTRIA MECÂNICA</b>	<b>651.184.730</b>	-	<b>651.184.730</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	651.184.730	-	651.184.730
<b>15202000 - RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA</b>	<b>36.657.651</b>	-	<b>36.657.651</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.657.651	-	36.657.651
<b>15202101 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS</b>	<b>96.952.904</b>	-	<b>96.952.904</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	96.952.904	-	96.952.904
<b>15202102 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS</b>	<b>47.203</b>	-	<b>47.203</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	47.203	-	47.203
<b>15202200 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS</b>	<b>1.342.415</b>	-	<b>1.342.415</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.342.415	-	1.342.415
<b>15202600 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES</b>	<b>2.771.903</b>	-	<b>2.771.903</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.771.903	-	2.771.903
<b>15202700 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS</b>	<b>326.167</b>	-	<b>326.167</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	326.167	-	326.167
<b>15202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA</b>	<b>43.104.698</b>	-	<b>43.104.698</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.913.110	-	41.913.110
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.191.588	-	1.191.588
<b>15209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>422.404</b>	-	<b>422.404</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	422.404	-	422.404
<b>16000101 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS</b>	<b>4.451.491</b>	-	<b>4.451.491</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.451.491	-	4.451.491
<b>16000102 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE</b>	<b>15.532.235</b>	-	<b>15.532.235</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	468.206	-	468.206
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.064.029	-	15.064.029
<b>16000103 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS</b>	<b>991.405</b>	-	<b>991.405</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	991.405	-	991.405
<b>16000106 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA</b>	<b>48.174.305</b>	-	<b>48.174.305</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.518.058	-	45.518.058
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.656.247	-	2.656.247
<b>16000110 - RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FARDAMENTOS</b>	<b>6.577.227</b>	-	<b>6.577.227</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.577.227	-	6.577.227
<b>16000201 - JUROS DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>33.730.092.181</b>	-	<b>33.730.092.181</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	12.279.732.685	-	12.279.732.685
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	376.984.038	-	376.984.038
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	201.189.150	-	201.189.150
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	19.593.221.648	-	19.593.221.648
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.213.699.472	-	1.213.699.472
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	65.265.188	-	65.265.188
<b>16000203 - SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS</b>	<b>46.491</b>	-	<b>46.491</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	17.542	-	17.542
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	28.949	-	28.949
<b>16000206 - REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>7.105.860.000</b>	-	<b>7.105.860.000</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	7.105.860.000	-	7.105.860.000
<b>16000299 - OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	<b>6.745.962</b>	-	<b>6.745.962</b>
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	6.745.962	-	6.745.962



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>16000301 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO</b>	<b>307.435</b>	-	<b>307.435</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	307.435	-	307.435
<b>16000302 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO</b>	<b>209.012.830</b>	-	<b>209.012.830</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	209.012.830	-	209.012.830
<b>16000303 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO</b>	<b>8.878</b>	-	<b>8.878</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.878	-	8.878
<b>16000304 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO</b>	<b>4.908.066</b>	-	<b>4.908.066</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.908.066	-	4.908.066
<b>16000401 - SERVIÇO PUBLICIDADE LEGAL</b>	<b>23.043.194</b>	-	<b>23.043.194</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.043.194	-	23.043.194
<b>16000402 - SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO</b>	<b>30.000.457</b>	-	<b>30.000.457</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.000.457	-	30.000.457
<b>16000403 - OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>58.195</b>	-	<b>58.195</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	58.195	-	58.195
<b>16000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES</b>	<b>132.180.371</b>	-	<b>132.180.371</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.870.690	-	5.870.690
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	126.309.681	-	126.309.681
<b>16000503 - SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS</b>	<b>2.815.005</b>	-	<b>2.815.005</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.662	-	2.662
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.812.343	-	2.812.343
<b>16000505 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL</b>	<b>44.600.338</b>	-	<b>44.600.338</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	44.600.338	-	44.600.338
<b>16000599 - OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	<b>179.605</b>	-	<b>179.605</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.757	-	2.757
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	176.848	-	176.848



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>16000600 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS</b>	<b>257.184</b>	-	<b>257.184</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	257.184	-	257.184
<b>16000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM</b>	<b>39.835.274</b>	-	<b>39.835.274</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	39.835.274	-	39.835.274
<b>16000800 - SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS</b>	<b>47.194.147</b>	-	<b>47.194.147</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.032.688	-	25.032.688
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	22.161.459	-	22.161.459
<b>16000900 - SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO</b>	<b>126.507</b>	-	<b>126.507</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	126.507	-	126.507
<b>16001101 - METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA</b>	<b>405.784.021</b>	-	<b>405.784.021</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	405.784.021	-	405.784.021
<b>16001102 - METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL</b>	<b>2.510.663</b>	-	<b>2.510.663</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.510.663	-	2.510.663
<b>16001103 - METROLOGIA LEGAL</b>	<b>8.929.960</b>	-	<b>8.929.960</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.929.960	-	8.929.960
<b>16001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	<b>34.375.826</b>	-	<b>34.375.826</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.492.770	-	1.492.770
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	32.883.056	-	32.883.056
<b>16001105 - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA</b>	<b>385.946</b>	-	<b>385.946</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	385.946	-	385.946
<b>16001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS</b>	<b>13.896.439</b>	-	<b>13.896.439</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.475.660	-	1.475.660
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.963.385	-	1.963.385
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.457.394	-	10.457.394
<b>16001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>956.501.704</b>	<b>226.407.817</b>	<b>1.182.909.521</b>





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	554.242.216	226.407.817	780.650.033
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	241.522	-	241.522
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	402.017.966	-	402.017.966
<b>16001400 - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>128.091.067</b>	<b>-</b>	<b>128.091.067</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	128.091.067	-	128.091.067
<b>16001500 - SERVIÇOS DE METEOROLOGIA</b>	<b>534.174</b>	<b>-</b>	<b>534.174</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	447.288	-	447.288
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	86.886	-	86.886
<b>16001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS</b>	<b>241.366.987</b>	<b>-</b>	<b>241.366.987</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.539.464	-	28.539.464
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	212.827.523	-	212.827.523
<b>16001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS</b>	<b>6.448.355</b>	<b>-</b>	<b>6.448.355</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.244.053	-	6.244.053
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	204.302	-	204.302
<b>16001800 - SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO</b>	<b>6.867.397</b>	<b>-</b>	<b>6.867.397</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.867.397	-	6.867.397
<b>16001900 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS</b>	<b>38.914.854</b>	<b>-</b>	<b>38.914.854</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	287.227	-	287.227
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	38.627.627	-	38.627.627
<b>16002001 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES LIVRES</b>	<b>56.928.205</b>	<b>-</b>	<b>56.928.205</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.379	-	17.379
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	56.910.826	-	56.910.826
<b>16002002 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLIC. VINCUL. A ATIVID. DE PESQ. E DESEN</b>	<b>37.448.944</b>	<b>-</b>	<b>37.448.944</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	37.448.944	-	37.448.944
<b>16002100 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO</b>	<b>47.346.506</b>	<b>-</b>	<b>47.346.506</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	325.591	-	325.591
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	47.020.915	-	47.020.915



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>16002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS</b>	<b>131.144.082</b>	-	<b>131.144.082</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	106.263	-	106.263
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	131.037.819	-	131.037.819
<b>16002301 - SERVIÇOS DE PATENTES</b>	<b>102.580.298</b>	-	<b>102.580.298</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	418.629	-	418.629
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	102.161.669	-	102.161.669
<b>16002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS</b>	<b>109.632.724</b>	-	<b>109.632.724</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	109.632.724	-	109.632.724
<b>16002303 - SERVIÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA</b>	<b>19.249.072</b>	-	<b>19.249.072</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	166.070	-	166.070
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.083.002	-	19.083.002
<b>16002304 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS</b>	<b>25.053</b>	-	<b>25.053</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.053	-	25.053
<b>16002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR</b>	<b>375.120</b>	-	<b>375.120</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	375.120	-	375.120
<b>16002400 - SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO</b>	<b>45.410.026</b>	-	<b>45.410.026</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.409.966	-	45.409.966
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60	-	60
<b>16002500 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	<b>70.695.601</b>	-	<b>70.695.601</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	299.000	-	299.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.396.601	-	70.396.601
<b>16002600 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA</b>	<b>5.610.966</b>	-	<b>5.610.966</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.610.966	-	5.610.966
<b>16002800 - SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO</b>	<b>1.454.297</b>	-	<b>1.454.297</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.454.297	-	1.454.297
<b>16003000 - TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS</b>	<b>77.533.701</b>	-	<b>77.533.701</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	77.533.701	-	77.533.701
<b>16003101 - TARIFA AEROPORTUÁRIA</b>	<b>107.939</b>	-	<b>107.939</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	107.939	-	107.939
<b>16003102 - ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUÁRIA</b>	<b>611.327.800</b>	-	<b>611.327.800</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	611.327.800	-	611.327.800
<b>16003103 - PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL</b>	<b>270.045.231</b>	-	<b>270.045.231</b>
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	270.045.231	-	270.045.231
<b>16003200 - SERVIÇOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL</b>	<b>17.003.393</b>	-	<b>17.003.393</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.003.393	-	17.003.393
<b>16003301 - TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA</b>	<b>536.397.732</b>	-	<b>536.397.732</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	536.397.732	-	536.397.732
<b>16003302 - ADICIONAL SOBRE TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA</b>	<b>442.002.452</b>	-	<b>442.002.452</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	442.002.452	-	442.002.452
<b>16003500 - SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS</b>	<b>187.581.782</b>	-	<b>187.581.782</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	187.581.782	-	187.581.782
<b>16003601 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO BANCO CENTRAL</b>	<b>162.380.188</b>	-	<b>162.380.188</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	162.380.188	-	162.380.188
<b>16003602 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RESERVA DO BANCO CENTRAL</b>	<b>16.987.737</b>	-	<b>16.987.737</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	16.987.737	-	16.987.737
<b>16003702 - CONCESSÃO DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA</b>	<b>60.770.774</b>	-	<b>60.770.774</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60.770.774	-	60.770.774
<b>16003703 - COMISSÕES PELA PRESTAÇÃO DE GARANTIA</b>	<b>8.860</b>	-	<b>8.860</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.860	-	8.860



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>16003705 - RECEITA DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO</b>	<b>291.828.751</b>	<b>94.889.611</b>	<b>386.718.362</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	291.828.751	94.889.611	386.718.362
<b>16003800 - RECEITA DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE VISTORIA</b>	<b>2.385.733</b>	-	<b>2.385.733</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.385.733	-	2.385.733
<b>16003900 - SERVIÇOS VETERINÁRIOS</b>	<b>456.303</b>	-	<b>456.303</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	456.303	-	456.303
<b>16004000 - CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>2.048.130</b>	-	<b>2.048.130</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	80.913	-	80.913
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.158.000	-	1.158.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	809.217	-	809.217
<b>16005000 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM - OPERÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>417.701.390</b>	-	<b>417.701.390</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.161.658	-	36.161.658
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	381.539.732	-	381.539.732
<b>16005600 - CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA</b>	<b>3.996.433</b>	-	<b>3.996.433</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.996.433	-	3.996.433
<b>16009900 - OUTROS SERVIÇOS</b>	<b>28.794.678</b>	-	<b>28.794.678</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	468.167	-	468.167
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.326.511	-	28.326.511
<b>17300000 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>	<b>36.979.992</b>	-	<b>36.979.992</b>
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	3.149.992	-	3.149.992
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	33.000.000	-	33.000.000
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	830.000	-	830.000
<b>17400000 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR</b>	<b>66.155.300</b>	-	<b>66.155.300</b>
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	64.053.003	-	64.053.003
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	2.102.297	-	2.102.297
<b>17500000 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS</b>	<b>529.196</b>	-	<b>529.196</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	529.196	-	529.196
<b>17610000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>33.971.144</b>	<b>-</b>	<b>33.971.144</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	9.886.342	-	9.886.342
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	24.084.802	-	24.084.802
<b>17620000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDADES</b>	<b>73.905.096</b>	<b>-</b>	<b>73.905.096</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	21.649.795	-	21.649.795
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	52.255.301	-	52.255.301
<b>17630000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>49.706.107</b>	<b>-</b>	<b>49.706.107</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	5.033.333	-	5.033.333
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	44.672.774	-	44.672.774
<b>17640000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>	<b>421.975.679</b>	<b>-</b>	<b>421.975.679</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	380.523.744	-	380.523.744
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	41.451.935	-	41.451.935
<b>17720000 - PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>120.000</b>	<b>-</b>	<b>120.000</b>
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	120.000	-	120.000
<b>17730000 - PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>10.000</b>
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	10.000	-	10.000
<b>17740000 - PROVENIENTES DE DEPÓSITO NÃO-IDENTIFICADOS</b>	<b>120.000</b>	<b>-</b>	<b>120.000</b>
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	120.000	-	120.000
<b>19110101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>64.335.510</b>	<b>-</b>	<b>64.335.510</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.551.021	-	10.551.021
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.580.391	-	11.580.391
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	17.306.252	-	17.306.252
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	24.897.846	-	24.897.846
<b>19110102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>4.579.215</b>	<b>-</b>	<b>4.579.215</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	750.990	-	750.990
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	824.256	-	824.256



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.231.809	-	1.231.809
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.772.160	-	1.772.160
<b>19110201 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>321.157.974</b>	<b>-</b>	<b>321.157.974</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	52.669.909	-	52.669.909
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	154.155.827	-	154.155.827
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	31.794.640	-	31.794.640
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	53.633.384	-	53.633.384
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	28.904.214	-	28.904.214
<b>19110202 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>1.901.710.873</b>	<b>-</b>	<b>1.901.710.873</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	311.880.585	-	311.880.585
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	912.821.220	-	912.821.220
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	188.269.375	-	188.269.375
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	342.117.788	-	342.117.788
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	146.621.905	-	146.621.905
<b>19110203 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES</b>	<b>529.683.964</b>	<b>-</b>	<b>529.683.964</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	86.868.173	-	86.868.173
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	254.248.301	-	254.248.301
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	52.438.711	-	52.438.711
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	63.985.824	-	63.985.824
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	72.142.955	-	72.142.955
<b>19110204 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA JURÍDICA</b>	<b>507.776.240</b>	<b>-</b>	<b>507.776.240</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	83.275.305	-	83.275.305
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	243.732.596	-	243.732.596
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	50.269.847	-	50.269.847
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	80.888.755	-	80.888.755
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	49.609.737	-	49.609.737
<b>19110205 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE</b>	<b>80.305.473</b>	<b>-</b>	<b>80.305.473</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.170.098	-	13.170.098
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	38.546.628	-	38.546.628
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.950.240	-	7.950.240
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	9.700.902	-	9.700.902
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	10.937.605	-	10.937.605
<b>19110206 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO DE RENDA - PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>13.755.954</b>	<b>-</b>	<b>13.755.954</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.255.978	-	2.255.978
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.602.856	-	6.602.856
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.361.840	-	1.361.840
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.191.325	-	2.191.325
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.343.955	-	1.343.955
<b>19110301 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>183.917.167</b>	<b>-</b>	<b>183.917.167</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.162.417	-	30.162.417
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	106.671.957	-	106.671.957
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	14.897.290	-	14.897.290
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	19.955.014	-	19.955.014
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	12.230.489	-	12.230.489
<b>19110302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>84.235.022</b>	<b>-</b>	<b>84.235.022</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.814.543	-	13.814.543
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	48.856.318	-	48.856.318
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.823.036	-	6.823.036
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	9.139.499	-	9.139.499
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	5.601.626	-	5.601.626
<b>19110401 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS</b>	<b>67.903.936</b>	<b>-</b>	<b>67.903.936</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.136.243	-	11.136.243
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	12.222.706	-	12.222.706
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	16.928.453	-	16.928.453
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	27.616.534	-	27.616.534
<b>19110402 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DO IMP. S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU REL. TÍT. VAL. MOB.</b>	<b>7.979.091</b>	<b>-</b>	<b>7.979.091</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.308.568	-	1.308.568
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.436.234	-	1.436.234
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.989.188	-	1.989.188
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.245.101	-	3.245.101
<b>19110701 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>17.966</b>	<b>-</b>	<b>17.966</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.945	-	2.945
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.233	-	3.233
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	8.134	-	8.134
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.654	-	3.654
<b>19110702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>17.868</b>	<b>-</b>	<b>17.868</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.929	-	2.929
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.216	-	3.216
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	8.088	-	8.088
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.635	-	3.635
<b>19110801 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS</b>	<b>29.635.686</b>	-	<b>29.635.686</b>
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	29.635.686	-	29.635.686
<b>19110802 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS</b>	<b>8.166.991</b>	-	<b>8.166.991</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.339.386	-	1.339.386
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	4.083.505	-	4.083.505
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	735.025	-	735.025
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	301.357	-	301.357
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.707.718	-	1.707.718
<b>19113100 - MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>1.597.512</b>	-	<b>1.597.512</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.597.512	-	1.597.512
<b>19113200 - MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCITO</b>	<b>145.898</b>	-	<b>145.898</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	145.898	-	145.898
<b>19113400 - MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISCALIZAÇÃO MERCADOS SEGURO, DA CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA</b>	<b>65.519</b>	-	<b>65.519</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	65.519	-	65.519
<b>19113600 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR</b>	<b>1.035.760</b>	-	<b>1.035.760</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.035.760	-	1.035.760
<b>19113700 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>12.008</b>	-	<b>12.008</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	12.008	-	12.008
<b>19119901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL</b>	<b>3.347.901</b>	-	<b>3.347.901</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.347.901	-	3.347.901
<b>19119902 - PROGRAMA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS</b>	<b>64.311.108</b>	-	<b>64.311.108</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	64.311.108	-	64.311.108





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19120101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>570.569.535</b>	-	<b>570.569.535</b>
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	114.113.902	-	114.113.902
<b>19120102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>78.506.274</b>	-	<b>78.506.274</b>
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	62.805.021	-	62.805.021
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.701.253	-	15.701.253
<b>19120301 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS</b>	<b>758.769</b>	-	<b>758.769</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	206.229	-	206.229
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	185.294	-	185.294
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	215.492	-	215.492
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	151.754	-	151.754
<b>19120302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO</b>	<b>75.914</b>	-	<b>75.914</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	20.627	-	20.627
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	18.540	-	18.540
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	21.563	-	21.563
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.184	-	15.184
<b>19121000 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNI</b>	<b>607.104</b>	-	<b>607.104</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	607.104	-	607.104
<b>19122902 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>1.156.692</b>	-	<b>1.156.692</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	1.156.692	-	1.156.692
<b>19123001 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL</b>	<b>43.765.861</b>	-	<b>43.765.861</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	43.765.861	-	43.765.861
<b>19123002 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>350.792.956</b>	-	<b>350.792.956</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	350.792.956	-	350.792.956
<b>19123003 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>415.277.121</b>	-	<b>415.277.121</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	415.277.121	-	415.277.121
<b>19123005 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>266.076</b>	-	<b>266.076</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	266.076	-	266.076
<b>19123006 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL</b>	<b>19.790.306</b>	-	<b>19.790.306</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	19.790.306	-	19.790.306
<b>19123007 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>102.357.314</b>	-	<b>102.357.314</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	102.357.314	-	102.357.314
<b>19123008 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>64.083.639</b>	-	<b>64.083.639</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	64.083.639	-	64.083.639
<b>19123009 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA</b>	<b>56.783.077</b>	-	<b>56.783.077</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	56.783.077	-	56.783.077
<b>19123012 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO</b>	<b>4.635.665</b>	-	<b>4.635.665</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.635.665	-	4.635.665
<b>19123013 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>135.652</b>	-	<b>135.652</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	135.652	-	135.652
<b>19123014 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO</b>	<b>43.579.258</b>	-	<b>43.579.258</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	43.579.258	-	43.579.258
<b>19123015 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>167.670.894</b>	-	<b>167.670.894</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	167.670.894	-	167.670.894
<b>19123016 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>21.381.747</b>	-	<b>21.381.747</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.381.747	-	21.381.747
<b>19123017 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUBROGAÇÃO</b>	<b>167.595.906</b>	-	<b>167.595.906</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	167.595.906	-	167.595.906
<b>19123018 - MULTAS E JUROS DE MORA DA ARRECADAÇÃO FIES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOUREO NACIONAL</b>	<b>273.807</b>	-	<b>273.807</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	273.807	-	273.807



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19123021 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDIC.</b>	<b>11.029</b>	-	<b>11.029</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.029	-	11.029
<b>19123101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO</b>	<b>196.966.887</b>	-	<b>196.966.887</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	157.573.513	-	157.573.513
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.393.374	-	39.393.374
<b>19123102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DAS CONTR. P/ PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PUB.</b>	<b>17.249.374</b>	-	<b>17.249.374</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	13.799.502	-	13.799.502
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.449.872	-	3.449.872
<b>19123201 - RECEITA MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>430.497.429</b>	-	<b>430.497.429</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	344.397.946	-	344.397.946
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	86.099.483	-	86.099.483
<b>19123202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>22.113.649</b>	-	<b>22.113.649</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	17.690.922	-	17.690.922
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.422.727	-	4.422.727
<b>19123400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CPSS</b>	<b>7.122.177</b>	-	<b>7.122.177</b>
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	5.697.745	-	5.697.745
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.424.432	-	1.424.432
<b>19123600 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>34.528</b>	-	<b>34.528</b>
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	27.621	-	27.621
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.907	-	6.907
<b>19125200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE</b>	<b>71.499</b>	-	<b>71.499</b>
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	57.199	-	57.199
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.300	-	14.300
<b>19125300 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGO SEM JUSTA CAUSA</b>	<b>33.203.280</b>	-	<b>33.203.280</b>
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	26.562.628	-	26.562.628
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.640.652	-	6.640.652
<b>19125400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR</b>	<b>20.860.795</b>	-	<b>20.860.795</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	16.688.639	-	16.688.639
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.172.156	-	4.172.156
<b>19125501 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>831.255.849</b>	<b>-</b>	<b>831.255.849</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	665.004.682	-	665.004.682
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	166.251.167	-	166.251.167
<b>19125502 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>630.984.001</b>	<b>-</b>	<b>630.984.001</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	504.787.205	-	504.787.205
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	126.196.796	-	126.196.796
<b>19125505 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA CONTRIB. PROG. INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV. PÚBLICO</b>	<b>354.056.792</b>	<b>-</b>	<b>354.056.792</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	283.245.438	-	283.245.438
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	70.811.354	-	70.811.354
<b>19125506 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP</b>	<b>154.395.858</b>	<b>-</b>	<b>154.395.858</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	123.516.691	-	123.516.691
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.879.167	-	30.879.167
<b>19125507 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>749.450.835</b>	<b>-</b>	<b>749.450.835</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	599.560.672	-	599.560.672
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	149.890.163	-	149.890.163
<b>19125508 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>146.294.035</b>	<b>-</b>	<b>146.294.035</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	117.035.231	-	117.035.231
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.258.804	-	29.258.804
<b>19125600 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>25.267</b>	<b>-</b>	<b>25.267</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.267	-	25.267
<b>19129901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL</b>	<b>51.943.894</b>	<b>-</b>	<b>51.943.894</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	51.943.100	-	51.943.100
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	639	-	639
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	155	-	155
<b>19129902 - PROGRAMA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>353.754</b>	<b>-</b>	<b>353.754</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	353.754	-	353.754
<b>19130101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>4.503.611</b>	-	<b>4.503.611</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	738.592	-	738.592
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	810.650	-	810.650
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.428.350	-	2.428.350
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	526.019	-	526.019
<b>19130102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO</b>	<b>4.333.164</b>	-	<b>4.333.164</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	710.638	-	710.638
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	779.969	-	779.969
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.336.444	-	2.336.444
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	506.113	-	506.113
<b>19130201 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>68.287.850</b>	-	<b>68.287.850</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.749.834	-	5.749.834
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	32.778.171	-	32.778.171
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.760.495	-	6.760.495
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	15.870.097	-	15.870.097
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	7.129.253	-	7.129.253
<b>19130202 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>246.596.377</b>	-	<b>246.596.377</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.763.412	-	20.763.412
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	118.366.261	-	118.366.261
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	24.413.042	-	24.413.042
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	57.308.999	-	57.308.999
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	25.744.663	-	25.744.663
<b>19130203 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES</b>	<b>92.614.251</b>	-	<b>92.614.251</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.798.118	-	7.798.118
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.454.844	-	44.454.844
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.168.810	-	9.168.810
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	21.523.552	-	21.523.552
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	9.668.927	-	9.668.927
<b>19130204 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA</b>	<b>163.195.089</b>	-	<b>163.195.089</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.741.025	-	13.741.025
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	78.333.643	-	78.333.643
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	16.156.314	-	16.156.314



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	37.926.539	-	37.926.539
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	17.037.568	-	17.037.568
<b>19130205 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE</b>	<b>9.192.881</b>	<b>-</b>	<b>9.192.881</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	774.040	-	774.040
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.412.587	-	4.412.587
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	910.094	-	910.094
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.136.424	-	2.136.424
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	959.736	-	959.736
<b>19130206 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>7.426.785</b>	<b>-</b>	<b>7.426.785</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	625.334	-	625.334
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.564.859	-	3.564.859
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	735.250	-	735.250
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.725.985	-	1.725.985
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	775.357	-	775.357
<b>19130301 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>31.338.455</b>	<b>-</b>	<b>31.338.455</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.312.775	-	2.312.775
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	18.176.311	-	18.176.311
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.538.413	-	2.538.413
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	4.804.182	-	4.804.182
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.506.774	-	3.506.774
<b>19130302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍV. ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>40.278.676</b>	<b>-</b>	<b>40.278.676</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.972.565	-	2.972.565
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	23.361.638	-	23.361.638
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.262.572	-	3.262.572
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	10.351.621	-	10.351.621
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	330.280	-	330.280
<b>19130401 - RECEITA DE M. E JUROS DE M. DA DÍV. ATIVA DO IMP. S/ OPER. DE CRÉD., CÂMBIO E SEGURO OU REL. A TIT. OU VAL MOB</b>	<b>1.296.721</b>	<b>-</b>	<b>1.296.721</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	212.661	-	212.661
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	233.410	-	233.410
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	707.754	-	707.754
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	142.896	-	142.896
<b>19130402 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS</b>	<b>29.404</b>	<b>-</b>	<b>29.404</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.821	-	4.821



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.293	-	5.293
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	18.700	-	18.700
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	590	-	590
<b>19130701 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>4.903</b>	<b>-</b>	<b>4.903</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	804	-	804
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	882	-	882
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.645	-	2.645
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	572	-	572
<b>19130702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO</b>	<b>11.874</b>	<b>-</b>	<b>11.874</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.947	-	1.947
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.136	-	2.136
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	6.405	-	6.405
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.386	-	1.386
<b>19130800 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL</b>	<b>20.015.288</b>	<b>-</b>	<b>20.015.288</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.282.507	-	3.282.507
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10.007.656	-	10.007.656
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.801.372	-	1.801.372
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	3.884.964	-	3.884.964
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.038.789	-	1.038.789
<b>19139900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS</b>	<b>56.335.436</b>	<b>-</b>	<b>56.335.436</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	47.886.646	-	47.886.646
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	5.649.536	-	5.649.536
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	269.020	-	269.020
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.530.234	-	2.530.234
<b>19140101 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>53.054.118</b>	<b>-</b>	<b>53.054.118</b>
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	42.443.299	-	42.443.299
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.610.819	-	10.610.819
<b>19140102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>17.777.038</b>	<b>-</b>	<b>17.777.038</b>
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	14.221.634	-	14.221.634
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.555.404	-	3.555.404
<b>19140401 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIG. CONTRIBUINTE INDIV.</b>	<b>556.575</b>	<b>-</b>	<b>556.575</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	556.575	-	556.575
<b>19140402 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>35.309.345</b>	-	<b>35.309.345</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.309.345	-	35.309.345
<b>19140403 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>77.224.602</b>	-	<b>77.224.602</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	77.224.602	-	77.224.602
<b>19140404 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES</b>	<b>26.121</b>	-	<b>26.121</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	26.121	-	26.121
<b>19140405 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>160.599</b>	-	<b>160.599</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	160.599	-	160.599
<b>19140407 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>5.831</b>	-	<b>5.831</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.831	-	5.831
<b>19140408 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>14.636.475</b>	-	<b>14.636.475</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.636.475	-	14.636.475
<b>19140411 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO</b>	<b>83.790</b>	-	<b>83.790</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	83.790	-	83.790
<b>19140413 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>52.461</b>	-	<b>52.461</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	52.461	-	52.461
<b>19140414 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONT. PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO</b>	<b>72.090</b>	-	<b>72.090</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	72.090	-	72.090
<b>19140415 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>15.811.586</b>	-	<b>15.811.586</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.811.586	-	15.811.586
<b>19140501 - MULTA JUROS MORA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÕES PROGRAMAS INTEGRAÇÃO SOCIAL FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO</b>	<b>16.226.952</b>	-	<b>16.226.952</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	12.981.563	-	12.981.563
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.245.389	-	3.245.389





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19140502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL</b>	<b>4.732.284</b>	-	<b>4.732.284</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	3.785.830	-	3.785.830
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	946.454	-	946.454
<b>19140601 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>22.998.111</b>	-	<b>22.998.111</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	18.398.492	-	18.398.492
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.599.619	-	4.599.619
<b>19140602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>4.634.597</b>	-	<b>4.634.597</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	3.707.681	-	3.707.681
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	926.916	-	926.916
<b>19141000 - MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE</b>	<b>2.310</b>	-	<b>2.310</b>
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.847	-	1.847
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	463	-	463
<b>19141101 - RECEITA DE MJM DÍVIDA ATIVA DA CONTRIB RELAT À ATIVID DE COMERC DE PETRÓLEO GÁS NAT ALCOOL COMBUST</b>	<b>1.710</b>	-	<b>1.710</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	461	-	461
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	419	-	419
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	487	-	487
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	343	-	343
<b>19141102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA A COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO</b>	<b>11.006</b>	-	<b>11.006</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	2.987	-	2.987
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.689	-	2.689
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.128	-	3.128
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.202	-	2.202
<b>19141201 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>222.717.276</b>	-	<b>222.717.276</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	178.173.823	-	178.173.823
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	44.543.453	-	44.543.453
<b>19141202 - JUROS DE MORA FUNDAF - REC. DO REFI E DO PAES DA DÍV. ATIVA DA CONTRIB. PARA O FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>192.170.139</b>	-	<b>192.170.139</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	153.736.115	-	153.736.115
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	38.434.024	-	38.434.024
<b>19141205 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DA CONTRIB. P/ OS PROG. DE INTEG. SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PÚBLICO</b>	<b>74.880.459</b>	-	<b>74.880.459</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	59.904.369	-	59.904.369
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.976.090	-	14.976.090
<b>19141206 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. REFIS PAES DA DAS CONTRIB. PROG. DE INTEG. SOCIAL E FORM. PATRIM. SERV. PÚBLICO</b>	<b>53.720.298</b>	<b>-</b>	<b>53.720.298</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	42.976.240	-	42.976.240
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.744.058	-	10.744.058
<b>19141207 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍV. ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>125.681.350</b>	<b>-</b>	<b>125.681.350</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	100.545.082	-	100.545.082
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.136.268	-	25.136.268
<b>19141208 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DO REFIS E DO PAES DA DA CONTRIB. SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>59.287.629</b>	<b>-</b>	<b>59.287.629</b>
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	47.430.106	-	47.430.106
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.857.523	-	11.857.523
<b>19149901 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL</b>	<b>17.977.809</b>	<b>-</b>	<b>17.977.809</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.713.350	-	5.713.350
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	10.786.692	-	10.786.692
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	8.984	-	8.984
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.468.783	-	1.468.783
<b>19149902 - PROGRAMA DE PARCELAEMNTOS - MJM DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS COTRIBUIÇÕES</b>	<b>13.913.836</b>	<b>-</b>	<b>13.913.836</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.537.711	-	5.537.711
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	7.652.609	-	7.652.609
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	723.516	-	723.516
<b>19150100 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>	<b>2.318.055</b>	<b>-</b>	<b>2.318.055</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.318.055	-	2.318.055
<b>19150200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA RECEITA DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS</b>	<b>648</b>	<b>-</b>	<b>648</b>
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	648	-	648
<b>19150400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERÁRIA</b>	<b>4.440</b>	<b>-</b>	<b>4.440</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.440	-	4.440
<b>19150500 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL</b>	<b>181</b>	<b>-</b>	<b>181</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	181	-	181
<b>19150800 - MJM DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA MULTA PREVISTA NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA</b>	<b>18.048</b>	-	<b>18.048</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	18.048	-	18.048
<b>19151800 - MJM DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA AS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS.</b>	<b>1.501.020</b>	-	<b>1.501.020</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.501.020	-	1.501.020
<b>19151900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS</b>	<b>8</b>	-	<b>8</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8	-	8
<b>19159901 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL</b>	<b>168.720.644</b>	-	<b>168.720.644</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	161.470.728	-	161.470.728
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	7.063.580	-	7.063.580
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	135.195	-	135.195
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	51.141	-	51.141
<b>19159902 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS MJM DA DIV ATIVA DE OUTRAS RECEITAS</b>	<b>3.617.405</b>	-	<b>3.617.405</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.474.806	-	3.474.806
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	83.645	-	83.645
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	871	-	871
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	58.083	-	58.083
<b>19180100 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUÉIS</b>	<b>160.264</b>	-	<b>160.264</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.318	-	5.318
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.591	-	45.591
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	109.355	-	109.355
<b>19180200 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS</b>	<b>526.180</b>	-	<b>526.180</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	193.979	-	193.979
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	168	-	168
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	332.033	-	332.033
<b>19180300 - MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDÊMIOS</b>	<b>1.252.662</b>	-	<b>1.252.662</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.252.662	-	1.252.662
<b>19180500 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALIENAÇÕES DE OUTROS BENS IMÓVEIS</b>	<b>75.795</b>	-	<b>75.795</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	75.795	-	75.795
<b>19180700 - MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS</b>	<b>4.768.732</b>	-	<b>4.768.732</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.768.732	-	4.768.732
<b>19180800 - MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPAÇÃO</b>	<b>10.096.026</b>	-	<b>10.096.026</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.080.755	-	10.080.755
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.103	-	2.103
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.168	-	13.168
<b>19181200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DE ALIENAÇÕES BENS APREENDIDOS</b>	<b>598.680</b>	-	<b>598.680</b>
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	598.680	-	598.680
<b>19181400 - MULTA E JUROS DE MORA DA RECEITA DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS</b>	<b>5.072</b>	-	<b>5.072</b>
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	5.072	-	5.072
<b>19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA</b>	<b>343.732.737</b>	-	<b>343.732.737</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.854.679	-	14.854.679
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	180.784	-	180.784
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	178.414.600	-	178.414.600
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	17.191.442	-	17.191.442
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.834.154	-	25.834.154
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.644.808	-	3.644.808
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.995.008	-	2.995.008
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	100.617.262	-	100.617.262
<b>19190100 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE METROLOGIA</b>	<b>127.553.498</b>	-	<b>127.553.498</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	127.553.498	-	127.553.498
<b>19190200 - MULTAS DO REGULAMENTO PARA O TRÁFEGO MARÍTIMO</b>	<b>3.696.096</b>	-	<b>3.696.096</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.696.096	-	3.696.096
<b>19190300 - MULTA DE POLUIÇÃO DE ÁGUAS</b>	<b>50.774</b>	-	<b>50.774</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	50.774	-	50.774
<b>19190600 - MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS</b>	<b>24.488.619</b>	-	<b>24.488.619</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.488.619	-	24.488.619
<b>19190800 - MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVIÇO MILITAR</b>	<b>4.122.711</b>	-	<b>4.122.711</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.122.711	-	4.122.711
<b>19190900 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>52.546.942</b>	-	<b>52.546.942</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	33.576.557	-	33.576.557
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	18.970.385	-	18.970.385
<b>19191000 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA</b>	<b>19.211.351</b>	-	<b>19.211.351</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	19.211.351	-	19.211.351
<b>19191300 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS</b>	<b>46.490.862</b>	-	<b>46.490.862</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	46.490.862	-	46.490.862
<b>19191400 - MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>	<b>210.905.220</b>	-	<b>210.905.220</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	210.905.220	-	210.905.220
<b>19191500 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO</b>	<b>621.033.183</b>	<b>166.701.433</b>	<b>787.734.616</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	621.033.183	166.701.433	787.734.616
<b>19191600 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL</b>	<b>28.453.716</b>	-	<b>28.453.716</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	28.453.716	-	28.453.716
<b>19192601 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS TRABALHISTAS</b>	<b>142.060</b>	-	<b>142.060</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	142.060	-	142.060
<b>19192602 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS</b>	<b>42.529.662</b>	-	<b>42.529.662</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	42.529.662	-	42.529.662
<b>19192700 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS</b>	<b>19.181.935</b>	-	<b>19.181.935</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.467.252	-	5.467.252
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.714.683	-	13.714.683
<b>19192800 - MULTAS DECORRENTES DA OPERAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS E CARGAS</b>	<b>24.289.300</b>	-	<b>24.289.300</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.289.300	-	24.289.300
<b>19193000 - MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA</b>	<b>11.407.031</b>	-	<b>11.407.031</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	11.407.031	-	11.407.031
<b>19193100 - MULTA DE TARIFA DE PEDÁGIO</b>	<b>3.242.212</b>	-	<b>3.242.212</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.242.212	-	3.242.212
<b>19193200 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAIS CONDENATÓRIAS</b>	<b>5.459.037</b>	-	<b>5.459.037</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.459.037	-	5.459.037
<b>19193300 - RECEITA DE QUEBRA DE FIANÇA</b>	<b>356.945</b>	-	<b>356.945</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	356.945	-	356.945
<b>19193500 - MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE</b>	<b>57.812.123</b>	-	<b>57.812.123</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	57.812.123	-	57.812.123
<b>19193600 - MULTA DE SEGURANÇA PRIVADA</b>	<b>7.012.440</b>	-	<b>7.012.440</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.012.440	-	7.012.440
<b>19194100 - MULTAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA</b>	<b>221.627</b>	-	<b>221.627</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	221.627	-	221.627
<b>19194800 - MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU</b>	<b>3.610.105</b>	-	<b>3.610.105</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.610.105	-	3.610.105
<b>19194900 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR</b>	<b>354.060</b>	-	<b>354.060</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	354.060	-	354.060
<b>19195000 - MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO</b>	<b>107.831.380</b>	-	<b>107.831.380</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.001.217	-	26.001.217
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	79.348.890	-	79.348.890
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.481.273	-	2.481.273
<b>19195200 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERÁRIA</b>	<b>16.058.516</b>	-	<b>16.058.516</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	16.058.516	-	16.058.516
<b>19199900 - OUTRAS MULTAS</b>	<b>6.426.086.463</b>	-	<b>6.426.086.463</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.832.365.726	-	5.832.365.726
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.777	-	26.777
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	591.056.998	-	591.056.998
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.636.962	-	2.636.962
<b>19210600 - INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO</b>	<b>4.844.934</b>	-	<b>4.844.934</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	141.595	-	141.595
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.870.629	-	2.870.629
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.832.710	-	1.832.710
<b>19219900 - OUTRAS INDENIZAÇÕES</b>	<b>113.667.945</b>	-	<b>113.667.945</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	49.018.708	-	49.018.708
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	53.471	-	53.471
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	64.595.766	-	64.595.766
<b>19220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS</b>	<b>1.057.372.509</b>	-	<b>1.057.372.509</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	460.778.306	-	460.778.306
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.009.841	-	2.009.841
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	298.285.729	-	298.285.729
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	1.926.060	-	1.926.060
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.766.758	-	2.766.758
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	291.605.815	-	291.605.815
<b>19220200 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS</b>	<b>91.908.206</b>	-	<b>91.908.206</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	128.303	-	128.303
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	85.528.191	-	85.528.191
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.251.712	-	6.251.712
<b>19220500 - RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>	<b>741.838</b>	-	<b>741.838</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	741.838	-	741.838
<b>19220600 - RESSARCIMENTO DO CUSTO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS</b>	<b>74.000.000</b>	-	<b>74.000.000</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	74.000.000	-	74.000.000
<b>19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>630.897.223</b>	-	<b>630.897.223</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	519.635.835	-	519.635.835
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.491.084	-	8.491.084
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	59.010.051	-	59.010.051
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.760.253	-	43.760.253
<b>19220800 - RESSARCIMENTO DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS TÉCNICO-PERICIAIS</b>	<b>17.512.844</b>	-	<b>17.512.844</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.512.844	-	17.512.844
<b>19220900 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS</b>	<b>19.192.692</b>	-	<b>19.192.692</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	19.192.692	-	19.192.692
<b>19221001 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¿ PRINCIPAL</b>	<b>1.232.847</b>	-	<b>1.232.847</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.232.847	-	1.232.847
<b>19221002 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¿ PARCELAMEN</b>	<b>1.682</b>	-	<b>1.682</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.682	-	1.682
<b>19221100 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE</b>	<b>210.630.000</b>	-	<b>210.630.000</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	210.630.000	-	210.630.000
<b>19222000 - RECUPERAÇÃO DE SINISTROS</b>	<b>17.863.782</b>	-	<b>17.863.782</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.863.782	-	17.863.782
<b>19222100 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DECORRENTES DE DEPORTAÇÃO</b>	<b>41.411</b>	-	<b>41.411</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.411	-	41.411
<b>19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES</b>	<b>287.104.037</b>	-	<b>287.104.037</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	138.042.410	-	138.042.410
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.652.210	-	43.652.210
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	105.409.417	-	105.409.417
<b>19310101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>225.736.536</b>	-	<b>225.736.536</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	95.035.091	-	95.035.091
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	108.353.531	-	108.353.531
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	22.347.914	-	22.347.914





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19310102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>274.461.185</b>	-	<b>274.461.185</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	115.548.170	-	115.548.170
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	131.741.361	-	131.741.361
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	27.171.654	-	27.171.654
<b>19310103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES</b>	<b>103.966.960</b>	-	<b>103.966.960</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.770.098	-	43.770.098
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	49.904.135	-	49.904.135
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.292.727	-	10.292.727
<b>19310104 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA</b>	<b>84.583.974</b>	-	<b>84.583.974</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	35.609.863	-	35.609.863
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	40.600.299	-	40.600.299
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.373.812	-	8.373.812
<b>19310105 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPSTOS DE RENDA - RETIDO NA FONTE</b>	<b>4.130.411</b>	-	<b>4.130.411</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.738.913	-	1.738.913
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.982.590	-	1.982.590
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	408.908	-	408.908
<b>19310106 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>8.067.787</b>	-	<b>8.067.787</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.396.546	-	3.396.546
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.872.533	-	3.872.533
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	798.708	-	798.708
<b>19310201 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - PRINCIPAL</b>	<b>43.216.568</b>	-	<b>43.216.568</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.650.424	-	14.650.424
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	25.065.606	-	25.065.606
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.500.538	-	3.500.538
<b>19310202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>35.982.355</b>	-	<b>35.982.355</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.198.026	-	12.198.026
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	20.869.763	-	20.869.763
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.914.566	-	2.914.566
<b>19310301 - RECEITA DA DIV ATIVA DO IMP S/ OPERAÇÕES DE CRÉD, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VAL MOB. - PRINC</b>	<b>1.024.669</b>	-	<b>1.024.669</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	840.232	-	840.232
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	184.437	-	184.437



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19310302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMP. S/ OPERAÇÕES DE CRED, CAMB, SEG, OU REL. A TIT OU VAL MOB</b>	<b>142.939</b>	-	<b>142.939</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	117.213	-	117.213
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	25.726	-	25.726
<b>19310400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL</b>	<b>21.551.158</b>	-	<b>21.551.158</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.835.977	-	8.835.977
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10.775.581	-	10.775.581
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.939.600	-	1.939.600
<b>19310501 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL</b>	<b>3.690.515</b>	-	<b>3.690.515</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.026.225	-	3.026.225
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	664.290	-	664.290
<b>19310502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO</b>	<b>3.669.364</b>	-	<b>3.669.364</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.008.883	-	3.008.883
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	660.481	-	660.481
<b>19310601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL</b>	<b>246.393</b>	-	<b>246.393</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	202.046	-	202.046
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	44.347	-	44.347
<b>19310602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>162.982</b>	-	<b>162.982</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	133.651	-	133.651
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	29.331	-	29.331
<b>19310700 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS</b>	<b>1.457.929</b>	-	<b>1.457.929</b>
127 - CUSTAS JUDICIAIS	1.457.929	-	1.457.929
<b>19319901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL</b>	<b>3.658.740.015</b>	-	<b>3.658.740.015</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.651.183.423	-	3.651.183.423
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.556.592	-	7.556.592
<b>19319902 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS</b>	<b>592</b>	-	<b>592</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	592	-	592
<b>19320101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL</b>	<b>276.871</b>	-	<b>276.871</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	276.871	-	276.871
<b>19320102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>139.988.389</b>	-	<b>139.988.389</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	139.988.389	-	139.988.389
<b>19320103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>259.467.360</b>	-	<b>259.467.360</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	259.467.360	-	259.467.360
<b>19320104 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES</b>	<b>58.532</b>	-	<b>58.532</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	58.532	-	58.532
<b>19320105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>123.426</b>	-	<b>123.426</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	123.426	-	123.426
<b>19320107 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>10.945</b>	-	<b>10.945</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.945	-	10.945
<b>19320108 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>35.399.663</b>	-	<b>35.399.663</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.399.663	-	35.399.663
<b>19320111 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO</b>	<b>32.480</b>	-	<b>32.480</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	32.480	-	32.480
<b>19320113 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>17.037</b>	-	<b>17.037</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.037	-	17.037
<b>19320114 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO</b>	<b>53.785</b>	-	<b>53.785</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.785	-	53.785
<b>19320115 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>11.196.021</b>	-	<b>11.196.021</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.196.021	-	11.196.021
<b>19320121 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONT. PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDICIAIS</b>	<b>7.293.150</b>	-	<b>7.293.150</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.293.150	-	7.293.150



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19320122 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA-PARCELAMENTOS</b>	<b>1.173.980.800</b>	-	<b>1.173.980.800</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.173.980.800	-	1.173.980.800
<b>19320201 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - PRINCIPAL</b>	<b>449.914.784</b>	-	<b>449.914.784</b>
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	359.931.830	-	359.931.830
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	89.982.954	-	89.982.954
<b>19320202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>215.375.643</b>	-	<b>215.375.643</b>
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	172.300.519	-	172.300.519
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.075.124	-	43.075.124
<b>19320501 - RECEITA DA DÍV. ATIV.DAS CONT. P/ OS PROG. DE INTEG. SOC. E DE FORM. DO PAT. DO SERV. PÚB. - PRINCIPAL</b>	<b>385.529.146</b>	-	<b>385.529.146</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	308.423.319	-	308.423.319
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	77.105.827	-	77.105.827
<b>19320502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DAS CONT P/ OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORM PAT SERV. PUB</b>	<b>56.848.053</b>	-	<b>56.848.053</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	45.478.445	-	45.478.445
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.369.608	-	11.369.608
<b>19320601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS - PRINCIPAL</b>	<b>160.983.842</b>	-	<b>160.983.842</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	128.787.078	-	128.787.078
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.196.764	-	32.196.764
<b>19320602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>46.899.045</b>	-	<b>46.899.045</b>
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	37.519.239	-	37.519.239
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.379.806	-	9.379.806
<b>19320800 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS.</b>	<b>13.962.369</b>	-	<b>13.962.369</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	13.962.369	-	13.962.369
<b>19320900 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA COTA PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE.</b>	<b>1.838.494</b>	-	<b>1.838.494</b>
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.470.794	-	1.470.794
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	367.700	-	367.700
<b>19321601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL</b>	<b>9.025.625</b>	-	<b>9.025.625</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.954.849	-	8.954.849



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	56.628	-	56.628
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.148	-	14.148
<b>19321602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.627.518</b>	<b>-</b>	<b>1.627.518</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.624.986	-	1.624.986
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.028	-	2.028
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	504	-	504
<b>19321700 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>	<b>175.387.275</b>	<b>-</b>	<b>175.387.275</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	175.387.275	-	175.387.275
<b>19322002 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO REL À COMERCIALIZAÇÃO PETRÓLEO E DERIV GAS NAT ALCO</b>	<b>267.932</b>	<b>-</b>	<b>267.932</b>
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	214.347	-	214.347
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	53.585	-	53.585
<b>19322105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL</b>	<b>42.450</b>	<b>-</b>	<b>42.450</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	42.450	-	42.450
<b>19322400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA MULTA PREVISTA NO CÓD. BRASILEIRO DE AERONÁUTICA</b>	<b>819.813</b>	<b>-</b>	<b>819.813</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	819.813	-	819.813
<b>19323400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS</b>	<b>6.373.433</b>	<b>-</b>	<b>6.373.433</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.373.433	-	6.373.433
<b>19323500 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>5.352</b>	<b>-</b>	<b>5.352</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.352	-	5.352
<b>19329901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL</b>	<b>323.848.886</b>	<b>-</b>	<b>323.848.886</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	293.856.134	-	293.856.134
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.444.696	-	2.444.696
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	309.456	-	309.456
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	27.238.600	-	27.238.600
<b>19329902 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS</b>	<b>1.229.588</b>	<b>-</b>	<b>1.229.588</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.229.588	-	1,229.588
<b>19900100 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS</b>	<b>32.967.555</b>	<b>-</b>	<b>32.967.555</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.967.555	-	32.967.555
<b>19900201 - RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS</b>	<b>466.520.673</b>	-	<b>466.520.673</b>
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	461.177.838	-	461.177.838
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.342.835	-	5.342.835
<b>19900202 - RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA</b>	<b>78.537.391</b>	-	<b>78.537.391</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.732.635	-	32.732.635
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	45.800.322	-	45.800.322
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.434	-	4.434
<b>19900301 - RECEITA DE LEILÕES DE MERCADORIAS APREENDIDAS</b>	<b>106.658.696</b>	-	<b>106.658.696</b>
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	106.658.696	-	106.658.696
<b>19900302 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS</b>	<b>8.235.078</b>	-	<b>8.235.078</b>
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	2.056.902	-	2.056.902
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.177.552	-	6.177.552
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	624	-	624
<b>19900304 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS</b>	<b>11.039.950</b>	-	<b>11.039.950</b>
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	11.039.950	-	11.039.950
<b>19900400 - PRODUTO DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR)</b>	<b>1.183.618</b>	-	<b>1.183.618</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.176.033	-	1.176.033
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.585	-	7.585
<b>19900500 - RECEITA DE BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR DA UNIÃO</b>	<b>883.403</b>	-	<b>883.403</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	883.403	-	883.403
<b>19900600 - RECEITA DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PELA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA</b>	<b>3.192.930</b>	-	<b>3.192.930</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.192.930	-	3.192.930
<b>19900700 - RECEITA DOS DIREITOS "ANTIDUMPING" E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS</b>	<b>258.117.695</b>	-	<b>258.117.695</b>
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	258.117.695	-	258.117.695
<b>19901600 - RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO</b>	<b>3.286.642.025</b>	<b>1.450.968.590</b>	<b>4.737.610.615</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.286.642.025	1.450.968.590	4.737.610.615
<b>19901800 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO</b>	<b>69.878.127</b>	-	<b>69.878.127</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	69.878.127	-	69.878.127
<b>19901900 - RECOLHIMENTO DO BENEFICIÁRIO AO FUNDO DE SAÚDE MILITAR</b>	<b>1.019.803.136</b>	-	<b>1.019.803.136</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.019.803.136	-	1.019.803.136
<b>19902000 - CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA - MONTEPIO CIVIL</b>	<b>2.283.221</b>	-	<b>2.283.221</b>
117 - MONTEPIOS	2.283.221	-	2.283.221
<b>19902400 - RECEITA DE LEILÃO DE COTAS DE IMPORTAÇÃO</b>	<b>9.305.148</b>	-	<b>9.305.148</b>
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	9.305.148	-	9.305.148
<b>19902500 - RECOLHIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS</b>	<b>635.565.706</b>	<b>140.585.367</b>	<b>776.151.073</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	635.565.706	140.585.367	776.151.073
<b>19909900 - OUTRAS RECEITAS</b>	<b>8.509.491.126</b>	<b>525.581.639</b>	<b>9.035.072.765</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.472.892.215	525.581.639	8.998.473.854
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.315.596	-	4.315.596
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	32.283.315	-	32.283.315
<b>21110100 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL</b>	<b>653.282.592.607</b>	-	<b>653.282.592.607</b>
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	653.282.592.607	-	653.282.592.607
<b>21110200 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA</b>	<b>540.000.000</b>	-	<b>540.000.000</b>
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	540.000.000	-	540.000.000
<b>21110300 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES</b>	<b>187.352.417.341</b>	-	<b>187.352.417.341</b>
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	187.352.417.341	-	187.352.417.341
<b>21140000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS</b>	<b>8.000.000</b>	-	<b>8.000.000</b>
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	8.000.000	-	8.000.000
<b>21230000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS</b>	<b>3.380.006.627</b>	-	<b>3.380.006.627</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.658.823.957	-	1.658.823.957
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	1.721.182.670	-	1.721.182.670
<b>22120101 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM</b>	<b>2.000.000.000</b>	<b>-</b>	<b>2.000.000.000</b>
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	2.000.000.000	-	2.000.000.000
<b>22120702 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>18.000.000</b>	<b>-</b>	<b>18.000.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	18.000.000	-	18.000.000
<b>22120902 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES PRÓPRIOS DO FUNCAFÉ</b>	<b>70.000.000</b>	<b>-</b>	<b>70.000.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.000.000	-	70.000.000
<b>22140000 - ALIENAÇÃO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES</b>	<b>2.303.330</b>	<b>-</b>	<b>2.303.330</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.303.330	-	2.303.330
<b>22150000 - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS</b>	<b>5.497.133</b>	<b>-</b>	<b>5.497.133</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	230.000	-	230.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.267.133	-	5.267.133
<b>22160000 - ALIENAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>	<b>63.106</b>	<b>-</b>	<b>63.106</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.000	-	30.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	33.106	-	33.106
<b>22170000 - ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>	<b>40.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	40.000	-	40.000
<b>22190000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS</b>	<b>3.848.792</b>	<b>-</b>	<b>3.848.792</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	307.242	-	307.242
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	100.000	-	100.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.441.550	-	3.441.550
<b>22210000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA</b>	<b>28.100.000</b>	<b>-</b>	<b>28.100.000</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.100.000	-	28.100.000
<b>22220100 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO - DOMÍNIO PLENO, ÚTIL E DIRETO</b>	<b>2.973.517.901</b>	<b>-</b>	<b>2.973.517.901</b>





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.973.517.901	-	2.973.517.901
<b>22220400 - RECEITA DA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS RES. DE PROPR. DA UNIÃO, E DOS VINC. OU INCORPOR</b>	<b>26.482.099</b>	-	<b>26.482.099</b>
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	26.482.099	-	26.482.099
<b>22240000 - ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS RURAIS</b>	<b>3.741.641</b>	-	<b>3.741.641</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.741.641	-	3.741.641
<b>22250000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS</b>	<b>214.433.304</b>	-	<b>214.433.304</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	200.000.000	-	200.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	14.433.304	-	14.433.304
<b>22290000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS</b>	<b>30.217.276</b>	-	<b>30.217.276</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.217.276	-	30.217.276
<b>23001000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - BEA/BIB</b>	<b>12.467.459</b>	-	<b>12.467.459</b>
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	12.467.459	-	12.467.459
<b>23003000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>20.349.530.111</b>	-	<b>20.349.530.111</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.739.595.289	-	4.739.595.289
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.609.934.822	-	15.609.934.822
<b>23004000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>394.248.656</b>	-	<b>394.248.656</b>
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	394.248.656	-	394.248.656
<b>23005000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO</b>	<b>1.118.644.000</b>	-	<b>1.118.644.000</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	39.958.000	-	39.958.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.078.686.000	-	1.078.686.000
<b>23007002 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - EM CONTRATO</b>	<b>2.458.376.898</b>	-	<b>2.458.376.898</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.256.898	-	3.256.898
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.455.120.000	-	2.455.120.000
<b>23008001 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS</b>	<b>1.202.951.232</b>	-	<b>1.202.951.232</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.201.668.118	-	1.201.668.118



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.283.114	-	1.283.114
<b>23008002 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS</b>	<b>125.412.798</b>	-	<b>125.412.798</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	72.853.509	-	72.853.509
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	52.559.289	-	52.559.289
<b>23009900 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS</b>	<b>3.255.230.670</b>	-	<b>3.255.230.670</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.133.164.567	-	3.133.164.567
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	12.569.223	-	12.569.223
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	109.496.880	-	109.496.880
<b>24600000 - TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>4.600.240</b>	-	<b>4.600.240</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.600.240	-	4.600.240
<b>24710000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>664.851.020</b>	-	<b>664.851.020</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	596.437.333	-	596.437.333
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	68.413.687	-	68.413.687
<b>24720000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>4.806.997</b>	-	<b>4.806.997</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.000.001	-	4.000.001
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	806.996	-	806.996
<b>24730000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>4.428.589</b>	-	<b>4.428.589</b>
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.428.589	-	4.428.589
<b>24740000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>	<b>2.160.590</b>	-	<b>2.160.590</b>
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	2.160.590	-	2.160.590
<b>25300000 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL</b>	<b>42.439.000.000</b>	-	<b>42.439.000.000</b>
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	42.439.000.000	-	42.439.000.000
<b>25400000 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>36.052.841.233</b>	-	<b>36.052.841.233</b>
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	36.052.841.233	-	36.052.841.233
<b>25600000 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DE CAFÉ - FUNCAFÉ</b>	<b>300.000</b>	-	<b>300.000</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

				R\$ 1,00
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)	
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	300.000	-	300.000	
<b>71210201 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO - INSTALAÇÃO</b>	<b>150.464</b>	-	<b>150.464</b>	
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	150.464	-	150.464	
<b>72102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - CPSS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>14.408.758.941</b>	-	<b>14.408.758.941</b>	
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	14.408.758.941	-	14.408.758.941	
<b>72102916 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>563.492.436</b>	-	<b>563.492.436</b>	
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	563.492.436	-	563.492.436	
<b>73110000 - ALUGUÉIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>911.383</b>	-	<b>911.383</b>	
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	911.383	-	911.383	
<b>73120000 - ARRENDAMENTOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>151.065</b>	-	<b>151.065</b>	
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	151.065	-	151.065	
<b>73153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS</b>	<b>1.184.812</b>	-	<b>1.184.812</b>	
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.143.797	-	1.143.797	
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.015	-	41.015	
<b>73330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>126.315</b>	-	<b>126.315</b>	
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	126.315	-	126.315	
<b>75201200 - RECEITA DA INDÚSTRIA MECÂNICA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>23.701.038</b>	-	<b>23.701.038</b>	
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.701.038	-	23.701.038	
<b>75202101 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.241.848</b>	-	<b>4.241.848</b>	
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.241.848	-	4.241.848	
<b>75202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>108.381.200</b>	-	<b>108.381.200</b>	
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	108.373.501	-	108.373.501	
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.699	-	7.699	
<b>75209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.898.140</b>	-	<b>3.898.140</b>	



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.898.140	-	3.898.140
<b>76000102 - SERVIÇO DE COM. DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAIS ESCOLARES E PUBLICIDADE - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>259.554</b>	-	<b>259.554</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	57.983	-	57.983
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	201.571	-	201.571
<b>76000199 - OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>44.836</b>	-	<b>44.836</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	44.836	-	44.836
<b>76000304 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>96.327</b>	-	<b>96.327</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	96.327	-	96.327
<b>76000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>33.914.355</b>	-	<b>33.914.355</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.000.000	-	30.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.914.355	-	3.914.355
<b>76000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>336.617</b>	-	<b>336.617</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	336.617	-	336.617
<b>76000800 - SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>10.462</b>	-	<b>10.462</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	576	-	576
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.886	-	9.886
<b>76001101 - METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATÓRIA DELEGADA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>315.022</b>	-	<b>315.022</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	315.022	-	315.022
<b>76001102 - METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>116.440</b>	-	<b>116.440</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	116.440	-	116.440
<b>76001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>35.612</b>	-	<b>35.612</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	35.612	-	35.612
<b>76001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>242.414</b>	-	<b>242.414</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	741	-	741
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	241.673	-	241.673



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>76001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>5.118.005</b>	-	<b>5.118.005</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.429	-	1.429
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.116.576	-	5.116.576
<b>76001400 - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>29.623</b>	-	<b>29.623</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.623	-	29.623
<b>76001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>7.313.520</b>	-	<b>7.313.520</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.598.411	-	1.598.411
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.715.109	-	5.715.109
<b>76001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>189.661</b>	-	<b>189.661</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	189.661	-	189.661
<b>76002100 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>29.440</b>	-	<b>29.440</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.440	-	29.440
<b>76002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.250.368</b>	-	<b>4.250.368</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.250.368	-	4.250.368
<b>76002301 - SERVIÇOS DE PATENTES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>266.184</b>	-	<b>266.184</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	266.184	-	266.184
<b>76002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>35.064</b>	-	<b>35.064</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	35.064	-	35.064
<b>76002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>816</b>	-	<b>816</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	816	-	816
<b>76002500 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.536</b>	-	<b>3.536</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.536	-	3.536
<b>76005000 - TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>6.925.736</b>	-	<b>6.925.736</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.925.736	-	6.925.736
<b>76009900 - OUTROS SERVIÇOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>240.284</b>	-	<b>240.284</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	240.284	-	240.284
<b>79189900 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>6.769</b>	-	<b>6.769</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.769	-	6.769
<b>79220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.830.037</b>	-	<b>2.830.037</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.927	-	36.927
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	2.768.789	-	2.768.789
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	24.321	-	24.321
<b>79220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>327.294</b>	-	<b>327.294</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	326.621	-	326.621
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	673	-	673
<b>79229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>410.970</b>	-	<b>410.970</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	410.970	-	410.970
<b>79909900 - OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.960</b>	-	<b>1.960</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.960	-	1.960
<b>81110100 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL:</b>	<b>23.048.398</b>	-	<b>23.048.398</b>
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	23.048.398	-	23.048.398
<b>Total</b>	<b>2.118.273.683.441</b>	<b>29.981.821.002</b>	<b>2.148.255.504.443</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

## ANEXO 6

### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR FONTE DE RECURSOS

	R\$ 1,00		
Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	210.407.244.711	6.953.917.982	217.361.162.693
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	158.501.880.510	3.327.999.318	161.829.879.828
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	540.157.361	-	540.157.361
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	16.346.795	-	16.346.795
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	513.489.272	-	513.489.272
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	7.868.096.339	-	7.868.096.339
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	43.156.185.712	1.422.884.394	44.579.070.106
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	14.318.735.156	1.234.732.902	15.553.468.058
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	38.402.279	-	38.402.279
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	65.925.608	-	65.925.608
117 - MONTEPIOS	2.283.221	-	2.283.221
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.396.912.532	-	3.396.912.532
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	8.520.772	-	8.520.772
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.140.759	-	1.140.759
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.581.231.636	367.031.629	1.948.263.265
127 - CUSTAS JUDICIAIS	485.199.648	-	485.199.648
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	548.773.825	500.000.000	1.048.773.825
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	45.970.319	-	45.970.319
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	605.187.651	-	605.187.651
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	3.680.629.866	-	3.680.629.866
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	24.338.667	-	24.338.667
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.901.904.734	-	1.901.904.734
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.187.592.704	-	2.187.592.704
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	120.354.228	-	120.354.228
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	36.500.270.365	1.363.612.575	37.863.882.940
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.010.848.641	-	2.010.848.641
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	27.202.174.675	-	27.202.174.675
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	653.282.592.607	-	653.282.592.607
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	187.352.417.341	-	187.352.417.341
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	745.180.619	-	745.180.619
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.658.823.957	-	1.658.823.957
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	1.721.182.670	-	1.721.182.670
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.574.738.024	1.772.266.018	7.347.004.042
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	49.874.777.488	-39.964.640	49.834.812.848
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	42.439.000.000	-	42.439.000.000
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	137.743.957.806	2.848.666.978	140.592.624.784
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	266.057.806.043	7.772.479.040	273.830.285.083



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	10.296.323.906	-	10.296.323.906
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	506.978.160	-	506.978.160
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.047.767.044	-	1.047.767.044
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	20.195.707.439	-	20.195.707.439
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	3.468.239.261	-	3.468.239.261
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	26.482.099	-	26.482.099
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	540.000.000	-	540.000.000
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	15.033.422.083	-	15.033.422.083
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	607.905.265	-	607.905.265
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	3.432.700.282	-	3.432.700.282
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	35.203.156.470	-	35.203.156.470
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.148.253.558	166.701.433	4.314.954.991
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	418.193.680	-	418.193.680
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.302.179.910	154.094.920	1.456.274.830
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	5.234.089.549	964.038.088	6.198.127.637
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	21.503.975.789	-	21.503.975.789
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.017.530.548	-	1.017.530.548
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	360.064.569	-	360.064.569
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	189.342.872	-	189.342.872
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.365.768.146	-	2.365.768.146
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	590.473.166	-	590.473.166
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	36.052.841.233	-	36.052.841.233
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	250.000	-	250.000
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	67.202.995	-	67.202.995
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	34.926.060	-	34.926.060
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	20.071.038.362	-	20.071.038.362
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	8.000.000	-	8.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.565.227.102	-	7.565.227.102
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.717.284.426	-	1.717.284.426
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	240.376.971	-	240.376.971
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	291.630.136	-	291.630.136
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	148.303.632	-	148.303.632
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	1.359.196	-	1.359.196
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	62.406.414.991	1.173.360.365	63.579.775.356
<b>Total</b>	<b>2.118.273.683.441</b>	<b>29.981.821.002</b>	<b>2.148.255.504.443</b>





# **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

## **ANEXO 7 – ESPELHO DAS EMENDAS DE RELATOR**

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990001 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11110101	Imposto de Importação	A	1	112	607.904.242	
	98000 - Rec. Tesouro	11110101	Imposto de Importação	A	1	100	2.769.341.550	
<b>Total :</b>							<b>3.377.245.792</b>	
<i>80990002 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11120410	Pessoa Física	A	1	112	44.383.291	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120410	Pessoa Física	A	1	101	201.742.235	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120410	Pessoa Física	A	1	101	2.689.896	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120410	Pessoa Física	A	1	101	2.689.896	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120410	Pessoa Física	A	1	101	8.069.689	
	98000 - Rec. Tesouro	11120410	Pessoa Física	A	1	100	188.741.067	
<b>Total :</b>							<b>448.316.074</b>	
<i>80990003 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	112	-55.210.620	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-250.957.362	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-10.038.294	
	98000 - Rec. Tesouro	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	100	-234.784.554	
<b>Total :</b>							<b>-557.683.026</b>	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990004 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	112	125.385.379	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	569.933.540	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	22.797.342	
	98000 - Rec. Tesouro	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	100	533.204.491	
<b>Total :</b>							1.266.518.980	
<i>80990005 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	112	312.830.993	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	1.421.959.065	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	56.878.361	
	98000 - Rec. Tesouro	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	100	1.330.321.702	
<b>Total :</b>							3.159.909.027	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990006 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	112	-3.628.581	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-16.493.551	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-219.915	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-219.914	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-659.742	
	98000 - Rec. Tesouro	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	100	-15.430.633	
<b>Total :</b>							-36.652.336	
<i>80990007 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11130101	IPI - Fumo	A	1	112	19.570.498	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	132.886.099	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	4.348.999	
	98000 - Rec. Tesouro	11130101	IPI - Fumo	A	1	100	81.906.159	
<b>Total :</b>							241.611.087	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990008 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação		11130102 IPI-Bebidas	A	1	112	3.471.811	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda		11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	23.574.025	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO		11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO		11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE		11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	771.513	
	98000 - Rec. Tesouro		11130102 IPI-Bebidas	A	1	100	14.530.171	
<b>Total :</b>							<b>42.861.862</b>	
<i>80990009 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação		11130103 IPI- Automóveis	A	1	112	3.554.696	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda		11130103 IPI- Automóveis	A	1	101	24.136.826	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO		11130103 IPI- Automóveis	A	1	101	263.311	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO		11130103 IPI- Automóveis	A	1	101	263.311	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE		11130103 IPI- Automóveis	A	1	101	789.932	
	98000 - Rec. Tesouro		11130103 IPI- Automóveis	A	1	100	14.877.061	
<b>Total :</b>							<b>43.885.137</b>	
<i>80990010 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação		11130104 IPI- Vinculado à Importação	A	1	112	160.754.267	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda		11130104 IPI- Vinculado à Importação	A	1	101	1.091.541.319	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO		11130104 IPI- Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO		11130104 IPI- Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE		11130104 IPI- Vinculado à Importação	A	1	101	35.723.170	
	98000 - Rec. Tesouro		11130104 IPI- Vinculado à Importação	A	1	100	672.786.377	
<b>Total :</b>							<b>1.984.620.579</b>	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990011 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11130109	IPI - Outros	D	1	112	-9.513.938	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-64.600.811	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-2.114.208	
	98000 - Rec. Tesouro	11130109	IPI - Outros	D	1	100	-39.817.591	
<b>Total :</b>							<b>-117.456.020</b>	
<i>80990012 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11130309	IOF -Demais A Operações	A	1	112	213.382.356	
	98000 - Rec. Tesouro	11130309	IOF -Demais A Operações	A	1	100	972.075.176	
<b>Total :</b>							<b>1.185.457.532</b>	
<i>80990013 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	COFINS	A	1	900	712.166.744	
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	COFINS	A	2	153	2.848.666.978	
<b>Total :</b>							<b>3.560.833.722</b>	
<i>80990014 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103002	Cont. Prev. Seg. Assalariado	A	2	154	2.704.000.414	
<b>Total :</b>							<b>2.704.000.414</b>	
<i>80990015 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103003	Contr. Prev. Emp. Seg. Assal.	A	2	154	5.068.478.626	
<b>Total :</b>							<b>5.068.478.626</b>	
<i>80990016 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	38901 - FAT	12103701	PIS/PASEP	A	1	140	545.445.030	
	38901 - FAT	12103701	PIS/PASEP	A	2	140	818.167.545	
	98000 - Rec. Tesouro	12103701	PIS/PASEP	A	1	900	340.903.144	
<b>Total :</b>							<b>1.704.515.719</b>	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990017 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	CSLL	D	1	900	-9.991.160	
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	CSLL	D	2	151	-39.964.640	
<b>Total :</b>							-49.955.800	
<i>80990018 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	19909900	Outras Receitas	A	1	100	525.581.639	
<b>Total :</b>							525.581.639	
<i>80990019 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	25103 - Secretaria da Receita Federal	16001300	Serv Administrativos	A	1	150	226.407.817	
<b>Total :</b>							226.407.817	
<i>80990020 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	25914 - Fundo de Garantia à Exportação	16003705	Rec Seg Créd Exportação	A	1	150	94.889.611	
<b>Total :</b>							94.889.611	
<i>80990021 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	36901 - Fundo Nacional de Saúde	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvat	A	2	150	1.302.437.846	
	56901 - FUNSET	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvat	A	1	150	148.530.744	
<b>Total :</b>							1.450.968.590	
<i>80990022 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26298 - FNDE	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	493.893.161	
	73107 - Rec. sob Sup. do M. Educação	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	740.839.741	
<b>Total :</b>							1.234.732.902	
<i>80990023 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	41231 - ANATEL	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	12.207.133	
	98000 - Rec. Tesouro	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	231.935.540	
<b>Total :</b>							244.142.673	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990024 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	41231 - ANATEL		11210202 Fistel - Funcionamento	A	1	178	29.425.281	
	98000 - Rec. Tesouro		11210202 Fistel - Funcionamento	A	1	178	690.470.134	
<b>Total :</b>							719.895.415	
<i>80990025 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro		12101500 Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	1	900	91.757.907	
	98000 - Rec. Tesouro		12101500 Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	2	123	367.031.629	
<b>Total :</b>							458.789.536	
<i>80990026 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	22101 - M. Ag., Pec. e Abastecimento		12103203 Adic Cont Previdencia	A	1	176	3.081.897	
	49201 - INCRA		12103203 Adic Cont Previdencia	A	1	176	151.013.023	
	98000 - Rec. Tesouro		12103203 Adic Cont Previdencia	A	1	900	38.523.730	
<b>Total :</b>							192.618.650	
<i>80990027 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	30107 - Dep. Polícia Rod. Federal		19191500 Multas Legis. Transito	A	1	174	94.128.722	
	39252 - DNIT		19191500 Multas Legis. Transito	A	1	174	1.841.860	
	56901 - FUNSET		19191500 Multas Legis. Transito	A	1	174	70.730.851	
<b>Total :</b>							166.701.433	
<i>80990028 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro		19902500 Transf. depósitos Judiciais	A	1	100	140.585.367	
<b>Total :</b>							140.585.367	
<i>80990029 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	32265 - ANP		13320101 Bônus Ass Contrato Concessão	A	1	129	500.000.000	
<b>Total :</b>							500.000.000	





**Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)**

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990001**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA RECEITA		VALOR	
1 Orçamento Fiscal	26101	Ministério da Educação	11110101	Imposto de Importação	Acrécimo	607.904.242
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11110101	Imposto de Importação	Acrécimo	2.769.341.550

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990002**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA RECEITA		VALOR	
1 Orçamento Fiscal	26101	Ministério da Educação	11120410	Pessoa Física	Acrécimo	44.383.291
1 Orçamento Fiscal	73108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11120410	Pessoa Física	Acrécimo	201.742.235
1 Orçamento Fiscal	74913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11120410	Pessoa Física	Acrécimo	2.689.896
1 Orçamento Fiscal	74914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11120410	Pessoa Física	Acrécimo	2.689.896
1 Orçamento Fiscal	74915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11120410	Pessoa Física	Acrécimo	8.069.689
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11120410	Pessoa Física	Acrécimo	188.741.067

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)**

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990003**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 55.210.620
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais -	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 250.957.362
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fun	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 3.346.098
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fun	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 3.346.098
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fun	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 10.038.294
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 234.784.554

**JUSTIFICATIVA**

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990004**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 125.385.379
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais -	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 569.933.540
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 7.599.114
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 7.599.114
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 22.797.342
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 533.204.491

**JUSTIFICATIVA**

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)**

AUTOR DA EMENDA

**8099 - Relator de Receita**

EMENDA

**80990005**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 312.830.993
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 1.421.959.065
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 18.959.453
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 18.959.453
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 56.878.361
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 1.330.321.702

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

**8099 - Relator de Receita**

EMENDA

**80990006**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 3.628.581
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais -	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 16.493.551
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fun	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 219.915
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fun	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 219.914
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fun	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 659.742
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 15.430.633

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)**

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990007**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130101 IPI - Fumo	Acréscimo 19.570.498
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130101 IPI - Fumo	Acréscimo 132.886.099
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130101 IPI - Fumo	Acréscimo 1.449.666
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130101 IPI - Fumo	Acréscimo 1.449.666
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130101 IPI - Fumo	Acréscimo 4.348.999
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130101 IPI - Fumo	Acréscimo 81.906.159

**JUSTIFICATIVA**

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990008**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130102 IPI-Bebidas	Acréscimo 3.471.811
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130102 IPI-Bebidas	Acréscimo 23.574.025
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130102 IPI-Bebidas	Acréscimo 257.171
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130102 IPI-Bebidas	Acréscimo 257.171
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130102 IPI-Bebidas	Acréscimo 771.513
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130102 IPI-Bebidas	Acréscimo 14.530.171

**JUSTIFICATIVA**

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)**

AUTOR DA EMENDA

**8099 - Relator de Receita**

EMENDA

**80990009**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 3.554.696
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 24.136.826
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 263.311
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 263.311
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 789.932
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 14.877.061

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

**8099 - Relator de Receita**

EMENDA

**80990010**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 160.754.267
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 1.091.541.319
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 11.907.723
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 11.907.723
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 35.723.170
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 672.786.377

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)**

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990011**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 9.513.938
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais -	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 64.600.811
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fun	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 704.736
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fun	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 704.736
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fun	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 2.114.208
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 39.817.591

**JUSTIFICATIVA**

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990012**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130309 IOF -Demais Operações	Acréscimo 213.382.356
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130309 IOF -Demais Operações	Acréscimo 972.075.176

**JUSTIFICATIVA**

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990013**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12100101 COFINS	Acréscimo 712.166.744
2 Orçamento da Seguridade S	98000 Receita do Tesouro da União	12100101 COFINS	Acréscimo 2.848.666.978

**JUSTIFICATIVA**

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990014

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 Orçamento da Seguridade S	33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social	12103002 Cont. Prev. Seg. Assalariado	Acréscimo 2.704.000.414

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990015

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 Orçamento da Seguridade S	33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social	12103003 Contr. Prev. Emp. Seg. Assal.	Acréscimo 5.068.478.626

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990016

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12103701 PIS/PASEP	Acréscimo 545.445.030
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12103701 PIS/PASEP	Acréscimo 340.903.144
2 Orçamento da Seguridade S	38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12103701 PIS/PASEP	Acréscimo 818.167.545

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990017

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12103801 CSLL	Decréscimo 9.991.160
2 Orçamento da Seguridade Social	98000 Receita do Tesouro da União	12103801 CSLL	Decréscimo 39.964.640

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)**

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990018**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR			
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	19909900	Outras Receitas	Acréscimo	525.581.639

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990019**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR			
1 Orçamento Fiscal	25103	Secretaria da Receita Federal do Brasil	16001300	Serv Administrativos	Acréscimo	226.407.817

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990020**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR			
1 Orçamento Fiscal	25914	Fundo de Garantia à Exportação - FGE	16003705	Rec Seg Créd Exportação	Acréscimo	94.889.611

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990021**

MODALIDADE DA EMENDA

**Relator da Receita**

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR			
1 Orçamento Fiscal	56901	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvt	Acréscimo	148.530.744
2 Orçamento da Seguridade S	36901	Fundo Nacional de Saúde	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvt	Acréscimo	1.302.437.846

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões





Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990022

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	12100200 Contrib Sal Educação Acréscimo 493.893.161
1 Orçamento Fiscal	73107	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	12100200 Contrib Sal Educação Acréscimo 740.839.741

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990023

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11210201 Fistel - Instalações Acréscimo 12.207.133
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11210201 Fistel - Instalações Acréscimo 231.935.540

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990024

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11210202 Fistel - Funcionamento Acréscimo 29.425.281
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11210202 Fistel - Funcionamento Acréscimo 690.470.134

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990025

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	12101500 Contrib. P/ Cust Pens. Mil. Acréscimo 91.757.907
2 Orçamento da Seguridade S	98000	Receita do Tesouro da União	12101500 Contrib. P/ Cust Pens. Mil. Acréscimo 367.031.629

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões



Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990026

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12103203 Adic Cont Previdencia	Acréscimo 3.081.897
1 Orçamento Fiscal	49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	12103203 Adic Cont Previdencia	Acréscimo 151.013.023
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12103203 Adic Cont Previdencia	Acréscimo 38.523.730

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990027

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal	19191500 Multas Legisl. Transito	Acréscimo 94.128.722
1 Orçamento Fiscal	39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	19191500 Multas Legisl. Transito	Acréscimo 1.841.860
1 Orçamento Fiscal	56901 Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	19191500 Multas Legisl. Transito	Acréscimo 70.730.851

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990028

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	19902500 Transf. depósitos Judiciais	Acréscimo 140.585.367

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990029

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	13320101 Bônus Ass Contrato Concessão	Acréscimo 500.000.000

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões



**Espelho de Emendas Apresentadas à Receita**



# **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

**Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN**

## **ANEXO 8 – ESPELHO DAS EMENDAS DE RENÚNCIA**



**Espelho de Emendas de Renúncia de Receita de Relator de Receita**





**Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita**

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

**9041 - João Dado**

**90410001**

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Câmara dos Deputados

TIPO: PL

NÚMERO: 1711/2011

AUTOR: DEP. JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	97.625.000

COMPENSAÇÃO DE DESPESA:

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	97.625.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suprir exigência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige neutralidade fiscal ou compensação tópica, optamos pela primeira alternativa.

O PL nº 1.711/2011 propõe isentar do IPI os veículos nacionais adquiridos por feirantes, que exercem a atividade há mais de cinco anos, como forma de compensar os altos custos de atividade indispensável à população, garantidora de qualidade e de menores custos para a alimentação.

Esta emenda visa tornar neutra a renúncia de receita, que deverá ser considerada já na elaboração da proposta orçamentária para 2012.

A memória de cálculo de seu impacto foi realizada pela COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS E DE PREVISÃO E ANÁLISE DE ARRECADAÇÃO/SRFB/MF em NOTA COGET/COEST Nº 019/2011 Brasília, 19 de abril de 2011, que assim se pronunciou:

"...3. Considerando que não há informações disponíveis sobre o montante da produção nacional a ser adquirido para o transporte e comércio de produtos animais ou vegetais em feiras livres, estima-se, para efeitos do cálculo de renúncia, um percentual situado entre 10% a 50% do total da produção nacional dos veículos, de peso em carga máxima de até cinco (05) toneladas, classificados na posição NCM 87.04 da Tabela do IPI (TIPI). Assim, a renúncia do IPI estaria compreendida entre R\$ 35,5 milhões e R\$ 177,5 milhões." Considerando-se o valor máximo, por conservadorismo e responsabilidade fiscal, e reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o impacot em 2012 alcançará R\$ 97.625.000,00.

A proposição teve a seguinte distribuição: apense-se à(ao) PL nº 4217/2008. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões - art. 24 II, Regime de tramitação: ordinária. Às Comissões de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). A proposição encontra-se no presente em apreciação na CFT.

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

**9041 - João Dado**

**90410002**

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Câmara dos Deputados

TIPO: PL

NÚMERO: 2614/2007

AUTOR: DEP. JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
--------	----------------------	------------------	-------



**Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita**

<b>AUTOR DA EMENDA</b>	<b>EMENDA</b>
<b>9041 - João Dado</b>	<b>90410002</b>

<b>1</b>	<b>Orçamento Fiscal</b>	<b>98000</b>	<b>Rec. Tesouro</b>	<b>11130103</b>	<b>IPI-Automóveis</b>	<b>102.410.000</b>
----------	-------------------------	--------------	---------------------	-----------------	-----------------------	--------------------

**COMPENSAÇÃO DE DESPESA:**

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	102.410.000

**JUSTIFICATIVA**

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos industrializados (IPI) incidente sobre veículos adquiridos por fiscais de administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais. A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em sua Nota COGET/COEST nº 044/2009, de 22.07.2009, estimou o impacto em R\$ 186,20 milhões, reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente a R\$ 102.410.000,00.

A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CFT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário financeiro e mérito. Supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. As razões sociais e humanitárias, que originaram a isenção do IPI, hoje em vigor para os veículos utilizados por taxistas e por pessoas portadoras de deficiência, têm suporte no caráter de extrafiscalidade deste imposto. Também neste caso buscamos igual apoio, com vistas a invocar razões de investimento profissional, ao estender a isenção do IPI para os veículos de uso de fiscais, das diversas esferas de governo, no exercício de suas atividades profissionais. Má conservação das vias públicas, insegurança no trânsito, desgastes acelerados dos veículos e remunerações insuficientes são algumas das dificuldades que enfrentam os fiscais na defesa do erário público, do correto cumprimento da legislação trabalhista, das adequadas condições sanitárias da produção agropecuária e, portanto, na defesa de toda a Sociedade. 3 Os sucessivos cortes orçamentários infringidos aos órgãos públicos, nas diversas esferas de atuação, promoveram a perda de veículos de serviço, o que, com exceção dos procedimentos externos de fiscalização, têm levado funcionários a utilizarem seus próprios veículos no exercício de tarefas oficiais. A melhoria das condições de trabalho de tais funcionários trará, com certeza, melhores resultados nas arrecadações dos tributos, refletindo nas receitas orçamentárias federais, estaduais e municipais. Ademais, tal como ocorre com os taxistas, o veículo, nestas circunstâncias, representa instrumento básico de trabalho.

<b>AUTOR DA EMENDA</b>	<b>EMENDA</b>
<b>9041 - João Dado</b>	<b>90410003</b>

**MODALIDADE DA EMENDA**

**Deputado Federal**

**PROPOSIÇÃO CORRELATA:**

ORIGEM:  TIPO:  NÚMERO:

AUTOR:

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR	
<b>2</b>	<b>Orçamento da Segurida</b>	<b>98000 Rec. Tesouro</b>	<b>12103701 PIS/PASEP</b>	<b>25.500.000</b>

**COMPENSAÇÃO DE DESPESA:**

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
------------	-----------	------	-----------	-------



**Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita**

<b>AUTOR DA EMENDA</b>	<b>EMENDA</b>
<b>9041 - João Dado</b>	<b>90410003</b>

007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	25.500.000
--------	------------------	---	--------	------------

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa suprir exigência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige neutralidade fiscal ou compensação tópica, optamos pela primeira alternativa.

O PL nº 4.593/2004, do Dep. Vicentinho, institui isenção da Contribuição para o PIS/PASEP para as entidades sindicais de trabalhadores e remite créditos tributários da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Esta emenda visa tornar neutra a renúncia de receita no tocante exclusivamente quanto à isenção da contribuição para o PIS/PASEP das instituições previstas no PL 4.593/2004, cujos valores deverão ser considerados já proposta orçamentária para 2012.

A memória de cálculo de seu impacto foi realizada pela COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS E DE PREVISÃO E ANÁLISE DE ARRECADAÇÃO/SRFB/MF, atualizando a Nota COGET/COEST Nº 035/2010, emitiu a NOTA COGET/COEST nº 018/2011 Brasília, de 13 de abril de 2011, que assim se pronunciou:

"3. A estimativa da renúncia da contribuição PIS/Pasep sobre folha de salários com a isenção das organizações sindicais dos trabalhadores é de R\$ 23,2 milhões, R\$ 25,5 milhões e 28,1 milhões para os anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente."

A proposição teve a seguinte distribuição despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II.

O PL 4.593/2004 teve sua aprovação pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) na reunião de 26/08/2009 com o Parecer Vencedor, Dep. Roberto Santiago (PV-SP), pela aprovação deste e das emendas apresentadas na Comissão.

A proposição encontra-se em apreciação no âmbito da CFT para apreciação quanto ao mérito e compatibilidade e adequação orçamentário-financeira.

<b>AUTOR DA EMENDA</b>	<b>EMENDA</b>
<b>9041 - João Dado</b>	<b>90410004</b>

**MODALIDADE DA EMENDA**

Deputado Federal

**PROPOSIÇÃO CORRELATA:**

ORIGEM:  TIPO:  NÚMERO:

AUTOR:

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Rec. Tesouro	11120410 Pessoa Física	46.200.000

**COMPENSAÇÃO DE DESPESA:**

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	46.200.000

**JUSTIFICATIVA**

O PL 634/2007, objeto desta emenda de renúncia de receita, nesta data sob exame de mérito e adequação na CFT sob nossa relatoria.

A LDO/2012 art. 88 determina que "as proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei, decretos legislativos ou medidas provisórias e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de





**Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita**

**AUTOR DA EMENDA**

**EMENDA**

**9041 - João Dado**

**90410004**

receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria."

Em razão do acolhimento pela Relatoria da Receita da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ; CMO da emenda nº 90410004, de nossa autoria, a LOA para 2011 contém, em sua programação, dotação específica destinada à compensação do PL nº 634/07, apensado, na UO 90.000 Reserva de Contingência, in verbis:

¿0999.0E72.0090 ; Reserva para compensação de projetos de lei sujeitos a deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade orçamentário-financeira. ¿ Reserva para compensação de projetos de lei de renúncias de receitas (PL 2.472/2003, PL 634/2007 e PL 842/2007, numeração na Câmara dos Deputados).¿

Nessa dotação, foram consignados R\$ 75.544.957, para compensação das três proposições ali referidas. Desse montante, R\$ 46.200.000 correspondem ao impacto do PL nº 634/2007, em valor equivalente à estimativa de R\$ 84.000.000, conforme a Nota Técnica RFB/Copan nº 307, de 28 de abril de 2009, reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta emenda permite que o PL nº 634/2007 mantenha sua neutralidade fiscal no exercício de 2012.

A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em seu MEMO RFB/GAB/Nº 307/2009 de 28.04.2009 estimou o impacto anualizado em R\$ 84 milhões. A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CFT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário financeiro e mérito. Supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. A proposta que apresentamos caminha no sentido de amenizar a falta de atuação do Estado, no cumprimento de seu dever Constitucional de fornecer tratamento de saúde de qualidade ao cidadão. Com efeito, o art.196 da Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Porém, como podemos facilmente constatar, o serviço público de saúde mostra-se não só incapaz, mas também inadequado para atender toda a demanda da população brasileira. Apesar de o cidadão destinar parcela cada vez maior de seus salários para engordar a receita tributária da União, a verba destinada aos investimentos em saúde é cada vez mais insuficiente. Em razão disso, o trabalhador assalariado é impelido a procurar serviços privados, apelando à contratação de planos de saúde, a fim de garantir o seu bem-estar e de seus familiares. Reconhecendo sua omissão, o Estado permite a dedução desse valor da base de cálculo do imposto de renda pessoa física. De sorte que é ressarcida apenas parte da quantia gasta pelo contribuinte, de acordo com a alíquota efetiva que incidirá sobre seus rendimentos. Ademais, além de não reaver tudo o que gastou consigo e seus dependentes, muitas vezes o contribuinte paga despesas de planos de saúde de pessoas que, embora estejam sob seu auxílio, não lhe dão direito à dedução. Ocorre que devido ao alto índice de desemprego do país, muitas pessoas, mesmo não sendo consideradas dependentes, têm seus planos de saúde pagos por familiares. Porém, não é permitido a estes deduzir essa despesa na declaração do imposto. Assim, o beneficiário deixa de descontar o valor pago na sua declaração, pois, obviamente, não tem renda a declarar, e quem efetivamente pagou é impedido de realizar a dedução. Não consideramos justa essa situação, já que, se fossem seguidas as normas constitucionais, o valor dos tributos pagos pela população deveria proporcionar saúde pública de qualidade a todos. Nossa intenção, portanto, é apenas minorar esse fardo injustamente imposto ao contribuinte, possibilitando-lhe que recupere ao menos parte do montante que gastou em razão de o Estado não cumprir suas obrigações. Dessa forma, tendo em vista a justiça e elevado interesse social da medida, contamos



**Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita**

---

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

**9041 - João Dado**

**90410004**

com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

---



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
**Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN**

**ANEXO 9 - PARECERES ÀS EMENDAS**

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990001 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11110101 Imposto de Importação	A	1	112	607.904.242	
		98000-Rec. Tesouro	11110101 Imposto de Importação	A	1	100	2.769.341.550	
							Total :	3.377.245.792
80990002 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11120410 Pessoa Física	A	1	112	44.383.291	
		73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120410 Pessoa Física	A	1	101	201.742.235	
		74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120410 Pessoa Física	A	1	101	2.689.896	
		74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120410 Pessoa Física	A	1	101	2.689.896	
		74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120410 Pessoa Física	A	1	101	8.069.689	
		98000-Rec. Tesouro	11120410 Pessoa Física	A	1	100	188.741.067	
							Total :	448.316.074

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990003 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
	26101-M. da Educação	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	112	-55.210.620	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-250.957.362	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-10.038.294	
	98000-Rec. Tesouro	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	100	-234.784.554	
							Total :	-557.683.026
80990004 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
	26101-M. da Educação	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	112	125.385.379	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	569.933.540	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	22.797.342	
	98000-Rec. Tesouro	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	100	533.204.491	
							Total :	1.266.518.980

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990005 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
	26101-M. da Educação	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	112	312.830.993	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	1.421.959.065	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	56.878.361	
	98000-Rec. Tesouro	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	100	1.330.321.702	
							Total :	3.159.909.027
80990006 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
	26101-M. da Educação	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	112	-3.628.581	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-16.493.551	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-219.915	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-219.914	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-659.742	
	98000-Rec. Tesouro	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	100	-15.430.633	
							Total :	-36.652.336

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990007 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11130101 IPI - Fumo	A	1	112	19.570.498	
		73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130101 IPI - Fumo	A	1	101	132.886.099	
		74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130101 IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
		74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130101 IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
		74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130101 IPI - Fumo	A	1	101	4.348.999	
		98000-Rec. Tesouro	11130101 IPI - Fumo	A	1	100	81.906.159	
							Total :	241.611.087
<i>80990008 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11130102 IPI-Bebidas	A	1	112	3.471.811	
		73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	23.574.025	
		74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
		74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
		74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130102 IPI-Bebidas	A	1	101	771.513	
		98000-Rec. Tesouro	11130102 IPI-Bebidas	A	1	100	14.530.171	
							Total :	42.861.862
<i>80990009 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11130103 IPI-Automóveis	A	1	112	3.554.696	
		73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130103 IPI-Automóveis	A	1	101	24.136.826	
		74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130103 IPI-Automóveis	A	1	101	263.311	
		74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130103 IPI-Automóveis	A	1	101	263.311	
		74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130103 IPI-Automóveis	A	1	101	789.932	
		98000-Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	A	1	100	14.877.061	
							Total :	43.885.137

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990010 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11130104 IPI-Vinculado à Importação	A	1	112	160.754.267	
		73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130104 IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	1.091.541.319	
		74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130104 IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
		74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130104 IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
		74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130104 IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	35.723.170	
		98000-Rec. Tesouro	11130104 IPI-Vinculado à Importação	A	1	100	672.786.377	
							Total :	1.984.620.579
80990011 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11130109 IPI - Outros	D	1	112	-9.513.938	
		73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130109 IPI - Outros	D	1	101	-64.600.811	
		74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130109 IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
		74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130109 IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
		74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130109 IPI - Outros	D	1	101	-2.114.208	
		98000-Rec. Tesouro	11130109 IPI - Outros	D	1	100	-39.817.591	
							Total :	-117.456.020
80990012 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
		26101-M. da Educação	11130309 IOF -Demais Operações	A	1	112	213.382.356	
		98000-Rec. Tesouro	11130309 IOF -Demais Operações	A	1	100	972.075.176	
							Total :	1.185.457.532
80990013 Relator de Receita								<i>Pela Aprovação</i>
		98000-Rec. Tesouro	12100101 COFINS	A	1	900	712.166.744	
		98000-Rec. Tesouro	12100101 COFINS	A	2	153	2.848.666.978	
							Total :	3.560.833.722



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990014 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		33904-F. Regime Geral Prev. Social	12103002 Cont. Prev. Seg. Assalariado	A	2	154	2.704.000.414	
							Total :	2.704.000.414
80990015 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		33904-F. Regime Geral Prev. Social	12103003 Contr. Prev. Emp. Seg. Assal.	A	2	154	5.068.478.626	
							Total :	5.068.478.626
80990016 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		38901-FAT	12103701 PIS/PASEP	A	1	140	545.445.030	
		98000-Rec. Tesouro	12103701 PIS/PASEP	A	1	900	340.903.144	
		38901-FAT	12103701 PIS/PASEP	A	2	140	818.167.545	
							Total :	1.704.515.719
80990017 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		98000-Rec. Tesouro	12103801 CSLL	D	1	900	-9.991.160	
		98000-Rec. Tesouro	12103801 CSLL	D	2	151	-39.964.640	
							Total :	-49.955.800
80990018 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		98000-Rec. Tesouro	19909900 Outras Receitas	A	1	100	525.581.639	
							Total :	525.581.639
80990019 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		25103-Secretaria da Receita Federal	16001300 Serv Administrativ os	A	1	150	226.407.817	
							Total :	226.407.817
80990020 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
		25914-Fundo de Garantia à Exportação	16003705 Rec Seg Créd Exportação	A	1	150	94.889.611	
							Total :	94.889.611

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990021 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	36901 - Fundo Nacional de Saúde	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvt	A	2	150	1.302.437.846	
	56901 - FUNSET	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvt	A	1	150	148.530.744	
							Total :	1.450.968.590
80990022 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26298 - FNDE	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	493.893.161	
	73107 - Rec. sob Sup. do M. Educação	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	740.839.741	
							Total :	1.234.732.902
80990023 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	41231 - ANATEL	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	12.207.133	
	98000 - Rec. Tesouro	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	231.935.540	
							Total :	244.142.673
80990024 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	41231 - ANATEL	11210202	Fistel - Funcionamento	A	1	178	29.425.281	
	98000 - Rec. Tesouro	11210202	Fistel - Funcionamento	A	1	178	690.470.134	
							Total :	719.895.415
80990025 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	12101500	Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	1	900	91.757.907	
	98000 - Rec. Tesouro	12101500	Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	2	123	367.031.629	
							Total :	458.789.536

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990026 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000-Rec. Tesouro	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	900	38.523.730	
	22101-M. Ag., Pec. e Abastecimento	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	176	3.081.897	
	49201-INCRA	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	176	151.013.023	
							Total :	192.618.650
80990027 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	30107-Dep. Polícia Rod. Federal	19191500	Multas Legis. Transito	A	1	174	94.128.722	
	39252-DNIT	19191500	Multas Legis. Transito	A	1	174	1.841.860	
	56901-FUNSET	19191500	Multas Legis. Transito	A	1	174	70.730.851	
							Total :	166.701.433
80990028 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000-Rec. Tesouro	19902500	Transf. depósitos Judiciais	A	1	100	140.585.367	
							Total :	140.585.367
80990029 <i>Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	32265-ANP	13320101	Bônus Ass Contrato Concessão	A	1	129	500.000.000	
							Total :	500.000.000

Pareceres às Emendas à Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
---------------	--------------	-----------	-----------------	-------------	-------------	-------------	--------------	----------------

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

Emendas de Renúncia de Receita pela Rejeição

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
90410001	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000	- Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	P			-97.625.000	
						Total :	-97.625.000	
90410002	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000	- Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	P			-102.410.000	
						Total :	-102.410.000	
90410003	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000	- Rec. Tesouro	12103701 PIS/PASEP	P			-25.500.000	
						Total :	-25.500.000	
90410004	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000	- Rec. Tesouro	11120410 Pessoa Física	P			-46.200.000	
						Total :	-46.200.000	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita por Autor

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
90410001	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000 - Rec. Tesouro	11130103	IPI- Automóveis	P			-97.625.000	
							<b>Total :</b>	-97.625.000
90410002	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000 - Rec. Tesouro	11130103	IPI- Automóveis	P			-102.410.000	
							<b>Total :</b>	-102.410.000
90410003	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000 - Rec. Tesouro	12103701	PIS/PASEP	P			-25.500.000	
							<b>Total :</b>	-25.500.000
90410004	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
	98000 - Rec. Tesouro	11120410	Pessoa Física	P			-46.200.000	
							<b>Total :</b>	-46.200.000